



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA – PGH/UFRPE**

Lenivaldo Idalino de Oliveira Júnior

**CADERNOS NEGROS:
Entre a arte literária e a luta pelos direitos da população negra
brasileira (1978 - 1988)**

RECIFE, 2017

Lenivaldo Idalino de Oliveira Júnior

CADERNOS NEGROS:

Entre a arte literária e a luta pelos direitos da população negra brasileira (1978 - 1988)

Texto entregue ao Programa de Pós-Graduação em História (PGH), como requisito para obtenção do título de Mestre em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Discente: Lenivaldo Idalino de O. Júnior

Orientadora: Dr.^a Ana Lúcia do N. Oliveira

Recife, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

O48c Oliveira Júnior, Lenivaldo Idalino de
 Cadernos negros: entre a arte literária e a luta pelos direitos da
 população negra brasileira (1978-1988) / Lenivaldo Idalino de Oliveira
 Júnior. – 2017.
 160 f. : il.

 Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
 Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,
 BR-PE, 2017.
 Inclui referências e anexo(s).

 1. História afro-brasileira 2. Cultura afro-brasileira 3. Movimentos
 sociais – Brasil 3. Literatura brasileira 4. Negros 5. Quilombos
 I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento, orient. II. Título

CDD 981



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA – PGH/UFRPE**

CADERNOS NEGROS:

Entre a arte literária e a luta pelos direitos da população negra brasileira (1978 - 1988)

Lenivaldo Idalino de Oliveira Júnior

APROVADA EM 13 / 03 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – PGH/UFRPE

Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva
Programa Pós-Graduação em História – PGH/UFRPE

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza
Programa Pós-Graduação em Educação – PGE/UFPE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao **Prof. Dr. Tiago de Melo Gomes**, do Departamento de História, do Curso de Licenciatura Plena em História e do Mestrado em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que desde a graduação acompanhou meu percurso acadêmico, tendo ministrado as disciplinas de História da América I (5º Período), Teoria da História (6º Período) e História Contemporânea I (7º Período), além de ter participado da banca de defesa do meu Projeto de Mestrado em 2015 e ter ministrado a disciplina Teoria e Metodologia da História durante o primeiro período do Mestrado em História da UFRPE. Sua espontaneidade e leveza na explicação dos conteúdos fez-me perceber que a historiografia é muito mais que a análise crítica dos fatos e documentos, pois ela é, acima de tudo, poder de transformação social.

AGRADEDIMENTOS

Agradecer um trabalho acadêmico, principalmente em textos como dissertações e teses, nunca é uma tarefa fácil, mas é sem dúvida a mais prazerosa, pois é nesse momento que paramos e refletimos todo nosso esforço intelectual; percebemos os detalhes daqueles que realmente nos ajudaram na construção do trabalho, seja dando ideias ou simplesmente ouvindo nossos desabaços científicos sobre a pesquisa. Agradecer é acima de tudo demonstrar ao outro a importância que ele teve na elaboração objetiva e subjetiva do trabalho, por isso geralmente deixo para agradecer meus trabalhos nos últimos momentos da escrita.

Dessa forma, ao finalizar esta pesquisa, olhei para meu próprio passado e refleti sobre como foi chegar até aqui. Portanto, início esta etapa do trabalho fazendo um imenso agradecimento aos meus pais, Lenivaldo Oliveira e Josenilda Silva, e meus irmãos, Júlio César e Jucilene Maria, pois sem eles eu não teria a oportunidade de prestar o vestibular numa instituição pública e dedicar minha vida aos estudos. Mesmo sem entenderem muito bem o ofício do historiador, sempre apoiaram minha escolha e me fizeram continuar na Especialização em Cultura Pernambucana e no Mestrado em História, dando apoio e incentivo sempre que foi necessário.

Agradeço especialmente a minha esposa, Rafaela Alcântara, pois sem ela eu também não teria feito muito das minhas escolhas acadêmicas e pessoais. Desde antes de iniciar minha vida acadêmica na Graduação em História da UFRPE, ela já estava do meu lado; me viu terminar a graduação, iniciar a especialização, ter passado em um concurso público, ter reprovado numa seleção de mestrado, ter sido aprovado na mesma seleção no ano seguinte, ou seja, toda minha vida acadêmica-profissional. Além disso, ela acompanhou o cotidiano das disciplinas do mestrado e os intemperes da pesquisa, ouvindo, dando opiniões e incentivando para que continuasse os estudos e a escrita. Ela, sem dúvida, foi a que mais ouviu sobre meu projeto e a que mais incentivou para que ele desse certo.

Olhando para trás percebo algumas pessoas que foram cruciais para minha percepção sobre a historiografia, dentre eles, destaco a contribuição crucial da Prof.^a Dr.^a Lúcia Falcão Barbosa, que através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) me mostrou que a docência é muito mais que o conteúdo historiográfico que aprendemos nas aulas de história. Ela me mostrou que

era possível unificar a história com o ensino e aplicar em sala de aula tudo aquilo que aprendemos na graduação. Sem ela eu não teria iniciado minhas pesquisas acadêmicas e não teria aprendido que os conceitos históricos são fluidos e dinâmicos.

Além de Lúcia Falcão, destaco durante a graduação o papel essencial que os professores Wellington Barbosa e Lucas Victor tiveram na minha formação profissional, pois eles acompanharam de perto minha trajetória acadêmica e sempre que possível davam-me dicas para que melhorasse minha visão historiográfica sobre o documento e a crítica historiográfica. Ademais, ambos coordenaram o PIBID-História da UFRPE durante o período em que fui bolsista do programa, por isso fizeram com que meus projetos pudessem ser desenvolvidos com desenvoltura e excelência.

O Prof. Wellington, por sinal, me influenciou indiretamente na ideia desta pesquisa, pois através de sua disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira no quinto período da graduação pude conhecer os primeiros textos sobre o assunto e perceber a problemática existente principalmente na história negra brasileira. Ele acompanhou minha pesquisa desde o PIBID até a consecução do projeto de mestrado, por isso foi sem dúvida uma pessoa de extrema importância para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também aos meus amigos da graduação, que embora distantes e separados pelo tempo continuaram me acompanhando e dando apoio às minhas escolhas pessoais e acadêmicas. Em especial, agradeço a Cássia Diniz que além da amizade acadêmica, tornou-se minha amiga para a vida e madrinha de casamento, continuando ao meu lado após o término da graduação. Sua força de vontade e responsabilidade com certeza me influenciou para que eu buscasse o melhor para minha vida acadêmica. Agradeço todo seu tempo, gentileza e delicadeza ao me mostrar que era possível chegar até aqui.

Agradeço aos meus amigos da Especialização em Cultura Pernambucana, da Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), em especial à Mônica Pereira e Mariângela Borba que confiaram em minha aprovação no mestrado antes mesmo de saber qual programa eu iria tentar. Suas conversas e incentivos com certeza me fizeram encarar a seleção de cabeça erguida e com a força necessária para o sucesso nessa empreitada de dois anos de dedicação praticamente exclusiva. Além disso, agradeço ao Prof. Mário Ribeiro dos Santos, ao qual conheci durante a

especialização através da disciplina História de Pernambuco e foi de grande importância para minha vida acadêmica neste período, pois sua orientação durante o Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização foi crucial para minha maneira de ler e entender a história.

Agradeço aos meus amigos do Mestrado em História, tanto os da Linha 1 (Cultura, Memória e Patrimônio) quanto os da Linha 2 (Política, Instituições e Identidades), pois ao menos nestes anos não houve diferenciação entre as linhas, pois todos se sentiam-se pertencentes ao Mestrado em História da UFRPE. Em especial agradeço a Elton Flor, que além de colega do mestrado foi também meu colega na graduação e, com certeza, o que melhor conhecia meu trabalho acadêmico e minha trajetória de vida. Agradeço também especialmente à Juliana Ferreira, Karina Farah, Rômulo Gonzales, Fred Pedrosa, Cícero Figueira e Jorge Veloso, pois eles foram as pessoas que mais estiveram comigo durante o processo de elaboração da pesquisa, me enviando artigos e eventos sobre o meu tema, ouvindo e dando dicas para que meu trabalho melhorasse cada vez mais.

Agradeço também aos meus amigos pessoais que mesmo distantes da vida acadêmica me fizeram continuar e acreditar que era possível terminar este trabalho. Em especial agradeço a Eliaquim Pereira, Endriê Santana, Felipe Ferreira, Carolina Bezerra, Carlos Eduardo, Rhayssa Lima, Raissa Medeiros, Cristiane Souza, Rayane Dias e Emmanuelle Lima, pois eles (as) foram essenciais no processo que me trouxe até aqui. Todas as conversas sobre o trabalho e a pesquisa, as dicas que me deram, o incentivo e a aceitação nas minhas escolhas me fizeram crescer pessoalmente e academicamente.

Agradeço imensamente ao pessoal do trabalho na Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (UFPE), que não me atrevo a chamar de colegas, pois para mim são amigos, e sendo assim merecem o adjetivo correto para este momento. Em especial, agradeço à Leidijane Dias, Cristhianni Beserra, Roseane Silva, Matheus Cruz, Rayssa Rocha e Karla Gomes, pois eles direta e indiretamente contribuíram para que este trabalho desse certo, seja com frases de apoio ou com dicas sobre o trabalho.

Agradeço aos meus professores da banca de mestrado que aceitaram acompanhar minha pesquisa mesmo alguns deles não tendo conhecido meu trabalho desde a sua essência. Por isso, obrigado Prof.^a Dr.^a Eleta Freire, Prof. Dr. Ricardo Pacheco, Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza e Prof. Dr. Wellington

Barbosa. Vocês foram de grande importância durante toda consecução deste trabalho desde antes da qualificação do texto, seja conversando sobre historiografia nas horas vagas do trabalho na UFPE (Prof.^a Eleta Freire), seja modificando minha linha de pensamento através da disciplina Seminário de Pesquisa I (Prof. Ricardo Pacheco), seja contribuindo para elaboração do projeto de mestrado durante a disciplina Teoria e História da Educação I (Prof. Edilson Souza), seja através de todas as conversas e sugestões durante minha graduação (Prof. Wellington Barbosa). Este trabalho tem um pouco de cada um de vocês, pois o aprendizado em história é diário e a cada aula ou conversa que tive com vocês foram proveitosas e contribuíram para como eu vejo o papel da história e o ofício do historiador.

Além disso, este trabalho não seria possível sem a contribuição essencial do Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que enviou via correios todos os contos e poesias dos Cadernos Negros mesmo sem me conhecer pessoalmente, mesmo sem nunca ter sequer ouvido sequer minha voz ao telefone. Pessoas como ele nos fazem acreditar no ser humano, pois retirar dinheiro do próprio bolso, utilizar tempo para xerocar todos os dez volumes, encadernar e ainda enviar por correios mesmo sem conhecer a pessoa ao qual receberia a encomenda é realmente algo de extrema bondade para com o próximo. Além disso, seus textos acadêmicos me fizeram compreender os principais conceitos da literatura negra brasileira, contribuindo de sobremaneira na consecução deste trabalho. Obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado... Nunca poderei retribuir a ajuda que ele teve para consecução deste trabalho.

Por fim, agradeço a minha orientadora do mestrado, Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento, que além de ter sido minha professora da graduação, ministrando as disciplinas de Pré-História (1^o) e História do Nordeste (7^o), esteve presente no dia da seleção do mestrado e posteriormente aceitou minha orientação mesmo sendo distante daquilo que era seu foco de pesquisa. Mesmo distante no pós-doutorado durante o primeiro ano do mestrado, esteve presente dialogando e incentivando para que minha pesquisa ocorresse e eu chegasse até aqui. Sem dúvida minha admiração por ela cresceu muito nesses últimos dois anos, pois a forma aberta como ela ver a historiografia me permitiu arriscar temas e conceitos durante a elaboração da minha dissertação, fazendo-a ter não apenas a minha essência historiográfica, mas também a dela. Muito obrigado por aceitar este trabalho e por

ser tudo aquilo que foi nesse processo, com certeza sem a sua contribuição não chegaria até aqui entregando este trabalho à banca e defendendo com vigor e certeza de um trabalho realizado.

Obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado, obrigado...

Primeiramente, Fora Temer!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da literatura para compreensão histórica e a construção sócio-política da população negra brasileira no período compreendido entre o final da década de 1970 e o final da década de 1980. Sabe-se que historicamente os escritores negros brasileiros utilizaram a arte literária para protestar contra a discriminação racial e o preconceito sociocultural existentes em nossa sociedade. As décadas de 1970 e 1980 foram propícias para o surgimento de diversos setores sociais que lutaram por melhorias nas condições de vida, dessa forma, grupos como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Quilombhoje Literatura ganharam força e expressão nacional, tornando-se aglutinadores dos povos negros no Brasil. Sendo assim, este trabalho visa refletir o periódico Cadernos Negros (CN's), distribuído inicialmente pelo poeta e contista Cuti (Luiz Silva) e posteriormente operacionalizado pelo Grupo Quilombhoje Literatura, ao qual debatia os problemas sociais vividos pela população negra brasileira através de poesias e contos literários. Para consecução deste trabalho, analisamos os primeiros volumes dos CN's a fim de identificar como os escritores procuraram sensibilizar a população negra da época para lutar em prol de melhorias sociais e políticas no Brasil. Para tanto, utilizamos os conceitos de racismo, memória e identidade, uma vez que eles proporcionaram uma percepção mais aprofundada do objeto de pesquisa e demonstraram a importância do periódico para momento político-social do período. Por fim, percebemos ao longo da pesquisa, que os CN's procuraram expressar a voz do povo negro, através de uma literatura rica e problematizadora, capaz de interpretar os problemas políticos e socioculturais e transformar o modo como a população enxergava o problema do racismo e da discriminação cultural.

Palavras-Chave: História e Cultura Afro-Brasileira. Movimentos Sociais no Brasil. Literatura Negra Brasileira. Cadernos Negros. Grupo Quilombhoje Literatura.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la importancia de la literatura a la comprensión histórica y la construcción socio-política de los negros en el período comprendido entre finales de 1970 y finales de 1980. Se sabe que históricamente negros Brasileños escritores utilizaron el arte literario para protestar contra la discriminación racial y el vigente perjuicio socio-culturales en nuestra sociedad. Los años 1970 y 1980 eran propicias para la aparición de diversos sectores sociales que luchaban por mejoras en las condiciones de vida, por lo tanto, grupos como el Movimento Negro Unificado (MNU) y Quilombhoje Literatura ganaron fuerza y la expresión nacional, convirtiéndose en carpetas de la población negra en Brasil. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo reflejar la periódica Cadernos Negros (CN's), distribuido inicialmente por el poeta y cuentista Cuti (Luiz Silva) y posteriormente operado por Quilombhoje Literatura del grupo, que estaba debatiendo los problemas sociales experimentados por las personas negras a través de poemas y cuentos literaria. Para lograr este estudio, se analizaron los primeros volúmenes de CN de identificar cómo los escritores trataron de sensibilizar a la población negro de la hora de luchar por el bien de mejoras sociales y políticos en Brasil. Por lo tanto, utilizamos los conceptos de racismo, la memoria y la identidad, ya que proporcionan una visión más profunda del objeto de investigación y demostraron la importancia de la revista para el momento político y social de la época. Finalmente, nos dimos cuenta durante la investigación, el CN's del buscaba expresar la voz de las personas de raza negra, a través de una literatura rica y problema, capaz de interpretar los problemas políticos y socio-culturales y transformar la forma en que las personas vieron el problema del racismo y discriminación cultural.

Palabras Clave: Historia y Cultura Afro-Brasileña. Los movimientos sociales en Brasil. Negro literatura brasileña. Cadernos Negros. Grupo Quilombhoje.

LISTA DE ABREVIATURAS

SIGLA	SIGNIFICADO
AI	Ato Institucional
CDAB	Comitê Democrático Afro-Brasileiro
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CISA	Centro de Operações da Aeronáutica
CN	Cadernos Negros
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI	Destacamento de Operações de Informações
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
FEABESP	Federação das Entidades Afro-Brasileiras da Cidade de São Paulo
FECONEZU	Festival Comunitário Negro Zumbi
FNB	Frente Negra Pernambucana
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PT	Partido dos Trabalhadores
SNI	Secretaria Nacional de Informação
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TPB	Teatro Popular Brasileiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco
UHC	União dos Homens de Cor

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Hamilton Cardoso, militante e jornalista que escreveu reportagem sobre a manifestação do movimento negro contra os atos de violência ocorridos na Cidade de São Paulo	066
Imagem 02 - Foto de Carolina Maria de Jesus em meio aos barracos da favela Canindé (SP)	073
Imagem 03 - Logo do Grupo Quilombhoje	077
Imagem 04 - Lançamento dos Cadernos Negros (Volume 1) na Livraria Teixeira (São Paulo)	088

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	016
1. HISTÓRIA E LITERATURA: REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS E OS PARADIGMAS DA LITERATURA NEGRA NO BRASIL	028
1.1. Entre a história e a literatura: Apontamentos teórico-metodológicos e o olhar para o ofício do historiador.....	030
1.2. Construindo um conceito: Os paradigmas da Literatura Negra no Brasil	038
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO SÓCIO-POLÍTICO: A LUTA PELA CIDADANIA NO BRASIL	050
2.1. Movimentos Sociais no Brasil: A luta por espaço na sociedade	054
2.2. A volta do Movimento Negro e a criação do MNU	062
2.3. Nós temos literatura: A criação dos Cadernos Negros e o Grupo Quilombhoje.....	071
3. RACISMO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A LITERATURA DOS CADERNOS NEGROS E A LUTA PELOS DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E CULTURAIS	085
3.1. A luta contra o racismo no Brasil: Entre a Arte Literária e o Movimento Social	089
3.2. Lembrar para não esquecer: A questão da memória nos Cadernos Negros ...	102
3.3. O conceito de identidade a partir da literatura negra	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	135
Fontes	135
Bibliografia	136
Sites	140
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

O historiador que antes varria a sala, deixando-a brilhante, deu-se conta de que todos aqueles restos varridos formavam um monte no meio da sala, porém debaixo do tapete (DIEHL, 2002, p. 16).

A reflexão do historiador Astor Antônio Diehl (2002) diz muito sobre a evolução da historiografia no que concerne ao documento e a análise feita pelo profissional da história. Durante a conhecida Escola Positivista, no século XIX, apenas os documentos oficiais faziam parte da gama de arquivos aos quais os historiadores poderiam utilizar para fazer suas análises, entretanto, isso fazia com que um leque de possibilidades fosse deixado de lado, criando várias lacunas que muitas vezes os documentos oficiais não conseguiam preencher.

Pensando nisso, durante pouco mais de um ano no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), elaborei sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lúcia Falcão Barbosa, do Departamento de História da UFRPE, um projeto de intervenção didática intitulado “Cultura e história afro-brasileira através da literatura”, no qual utilizamos autores da literatura negra brasileira para discutir o momento político, social e cultural do Brasil no século XIX.

Nossa proposta era refletir, junto aos alunos, temas referentes à sociedade e à cultura brasileira através de outros olhares, utilizando a literatura para repensar os conteúdos da disciplina História do Brasil e Literatura Brasileira, obrigatórias na educação básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e a Lei 10.639/2003¹.

Para tanto, utilizamos autores consagrados da literatura afro-brasileira, como, por exemplo, Cruz e Souza, Machado de Assis, Lima Barreto etc., a fim de compreender como a vida e as obras desses autores foram importantes para construção do pensamento sócio-político no segundo império brasileiro. Nosso projeto foi executado com os alunos dos 1º e 2º anos da Escola de Referência em

¹ Lei Federal aprovada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) que obriga as escolas públicas e particulares a comporem nos conteúdos da Educação Básica assuntos referentes à História e Cultura Afro-brasileira e História da África.

Ensino Médio (EREM) – Professor Cândido Duarte, contando com a contribuição de outros bolsistas de iniciação à docência da UFRPE e dos professores de Ciências Humanas (História, Filosofia e Sociologia) da escola.

Esse trabalho, além de ajudar nossa formação docente enquanto professores de história, contribuiu para elaborarmos nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual analisamos como a literatura negra pode contribuir na aprendizagem dos estudantes da educação básica e ajudá-los a compreender através da interdisciplinaridade a História do Brasil e seus diversos paradigmas na segunda metade do século XIX.

Após o término da graduação, ingressei na Especialização em Cultura Pernambucana, na Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), ao qual pudemos discutir conteúdos referentes à música, à dança, ao teatro, à literatura, dentre outras artes típicas da história e da cultura pernambucana, além de conceitos relativos à história, à sociologia, à identidade, à antropologia e à memória.

No decorrer deste curso elaborei – com a orientação do Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos, do Departamento de História da Universidade de Pernambuco (UPE) – um projeto de pesquisa de TCC que procurou discutir a contribuição histórica do autor negro recifense Francisco Solano Trindade, analisando sua obra e os diversos seguimentos sociais aos quais participou, tais como a Frente Negra Pernambucana (FNP), o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (CDAB), o Teatro Popular Brasileiro (TPB) etc. Através dessa pesquisa foi possível compreender a sociedade brasileira entre a década 1930 e 1950, além de perceber a luta pelos direitos socioculturais do povo negro brasileiro neste período e a dificuldade de inserção social no Brasil pós-abolição.

Após o desenvolvimento destes projetos e das escritas dos TCC's na graduação e especialização, percebemos como a literatura pode ser utilizada como fonte para pensarmos a história e a cultura dos negros no Brasil, além de compreendermos que o ofício do historiador vai além dos documentos oficiais, pois a humanidade utiliza de diversos meios para produzir conhecimento e, por isso, estes meios devem ser analisados para compreendermos o movimento sociocultural que culminou nas tomadas de decisões sociais.

De acordo com o autor Lloyd S. Kramer (in HUNT, 2001, p. 131), “a busca de novas formas de abordar o passado levou os historiadores à antropologia, economia, psicologia e sociologia; no momento, essa busca os terá conduzindo para

a crítica literária”. Ainda segundo o autor, “o uso da crítica literária na análise de textos e problemas históricos suscita questões imediatas quanto às formas de crítica literária que podem ser de maior utilidade para o historiador” (in HUNT, p. 131). Sendo assim, percebeu-se que utilizar a literatura como um objeto para análise histórica e apreender dela fatores que fazem refletir a cultura e a sociedade são mecanismos que ampliam o olhar do historiador, fazendo com que ele enxergue outros meios de compreensão do passado e exerça seu papel social frente às diversas abordagens históricas.

Ao longo dos últimos anos, especialmente nas duas últimas décadas, vários autores vêm pesquisando sobre a história e a cultura afro-brasileira, contribuindo para que a reflexão acerca do tema continue viva e latente na sociedade brasileira, mas até pouco tempo atrás a disseminação desses trabalhos era restrita aos membros militantes do movimento negro. Após a adição da Lei 10.639/03 esses trabalhos ganharam destaque nas universidades e na indústria literária nacional, fazendo com que sua disseminação ocorresse de forma mais diversa e ampliada.

O pesquisador Petrônio Domingues (2007) procurou discutir como se deu a escalada das lutas dos povos negro-brasileiros após a proclamação da primeira república brasileira. De acordo com ele,

Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizavam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p. 101).

Segundo este pesquisador, houve três grandes fases ao qual é possível destacar para que se possa entender o Movimento Negro no Brasil. No primeiro momento, compreendido entre 1889 e 1937, foi possível vivenciar o germe da união dos primeiros negros libertos da Lei Áurea em 1888, com a criação de clubes e agremiações que contribuía para ajudar à população negra a adentrar no mercado de trabalho e ensiná-los a ler e escrever, pois acreditava-se que este impasse dificultava os “homens de cor” na conquista de espaço na sociedade, uma vez que não houve interesse governamental para estimular a formação dos ex-escravos pós-abolição.

Nesse período destacam-se as primeiras publicações da imprensa negra, ao qual serviu para difundir as dificuldades do povo negro na nova sociedade brasileira. De acordo com Domingues (2007, p. 105), a imprensa negra dava destaque “as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira”.

O grande expoente dessa fase foi a Frente Negra Brasileira (FNB) que chegou, inclusive, a organizar um partido político com ideologia de direita que tentava dar espaço e visibilidade para população negra do período, mas acabou sendo extinta em 1937 através do decreto de Getúlio Vargas que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos nacionais com o advento da política do Estado Novo.

De acordo com o depoimento de Francisco Lucrecio, um dos fundadores da FNB,

A Frente Negra foi um movimento social que ajudou muito nas lutas pelas posições do negro aqui em São Paulo. Existiam diversas entidades negras. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, tínhamos de lutar no campo político, tínhamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse ².

Não obstante, foi justamente neste período que começou a ser disseminado nas universidades e na mídia o conceito de “Democracia Racial”, através de publicações de teses, dissertações, artigos e livros científicos que “comprovavam” a existência de uma “harmonia social das etnias brasileiras” que constituíam nossa nação. Sobre este respeito, o autor Christophe Brochier (2014, p. 123-150) compreende que a origem do termo apareceu com Gilberto Freyre ainda na década de 1930, mas até 1960 autores consagrados como Florestan Fernandes continuavam a insistir nesta hipótese, uma vez que a mesma ainda permanecia refletida na sociedade como um conceito cristalizado.

² Disponível em: < <http://www.quilombhoje.com.br/frentenegra/franciscolucrecio.htm> >.

Para Domingues (2007), a segunda fase do movimento negro ocorreu entre 1945 e 1964, período compreendido entre a Segunda República Brasileira e a Ditadura Militar. Após o fim da Era Vargas, os setores populares passaram a se reagrupar, inclusive os próprios movimentos negros organizados da época. As razões estabelecidas para essas uniões deveram-se, principalmente, ao crescimento da percepção do racismo no Brasil e a crítica de que mesmo após mais de meio século de liberdade jurídica, os descendentes de escravos ainda eram tratados como parte secundária da sociedade.

Um dos grandes representantes dessa fase foi a União dos Homens de Cor (UHC). De acordo com Joselina da Silva (2003, p. 225), a UHC tinha como um dos objetivos “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Sendo assim, esta organização foi de extrema importância para alfabetizar homens e mulheres negras que vagavam sem rumo e sem incentivo social, político e cultural vindos do governo brasileiro.

A terceira fase do movimento estendeu entre 1978 e o início dos anos 2000, através da grande efervescência dos movimentos sociais no Brasil e no Mundo, fruto da crítica feita ao conceito de identidade cultural e papel das etnias no contexto político e social. Nos Estados Unidos, por exemplo, despontaram Martin Luther King e Malcon X; na Europa diversos setores sociais se engajaram em prol de melhorias nas condições de vida e de trabalho; no Brasil, seguindo o cunho marxista, dezenas de grupos sociais negros se uniram e formaram o Movimento Negro Unificado (MNU), organização que aglutinou a luta do movimento negro e trouxe fôlego para novas conquistas. Segundo Domingues (2007, p. 115), “naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos, na capacitação de professores”, dentre outras lutas.

Dessa forma, levando em consideração a luta do movimento negro brasileiro desde o final do período escravista, almeja-se nessa dissertação analisar um desses grupos que procurou colocar a sociedade e a cultura afro-brasileira em pauta no cenário nacional: O Quilombhoje³, mais especificamente uma das produções desse

³ O Quilombhoje Literatura é um grupo paulistano de escritores fundado por Luiz Silva (Cutí) e outros autores negros da cidade de São Paulo em 1980. Desde 1983 esse grupo se encarrega de organizar, fazer o lançamento e distribuição dos Cadernos Negros, além de fazerem palestras e eventos.

grupo, os Cadernos Negros (CN), tentando compreender como a literatura negra é capaz de fornecer elementos essenciais para pensarmos a luta e os desafios do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980 e percebermos as estratégias sócio-políticas desenvolvidas no período.

Em 1978 surgiu em São Paulo o periódico Cadernos Negros com o objetivo de incentivar autores da literatura negra a produzir poemas e contos que refletissem o pensamento do negro brasileiro e discutisse sobre o racismo, a discriminação e o preconceito existente em nossa sociedade. O crítico literário Severino do Ramo Correia (2010, p. 06) analisou alguns poemas e contos do periódico e compreendeu que os autores dos Cadernos Negros “emprestam sua voz e seu talento, fazendo ecoar o tambor que anuncia uma arte que emerge do povo subalternizado e invisibilizado na construção da memória coletiva afro-brasileira”.

Na mesma perspectiva, o pesquisador Carlindo Fausto Antônio (2005, p. 21), analisou alguns periódicos dos Cadernos Negros e percebeu que eles “comprovam, ao longo dos vinte e sete volumes [até o momento de sua tese], o papel central de uma produção teórica para desnaturalizar o racismo e a necessidade de um projeto literário claramente explicitado” [GRIFO NOSSO]. Neste contexto, entende-se que os CN's não apenas procuravam divulgar o pensamento sociocultural do negro brasileiro, mas também buscavam o reconhecimento do povo afro-brasileiro na sociedade e lutavam por melhorias nas condições de vida desta população.

Antônio (2010) procurou catalogar a obra dos Cadernos Negros, analisando a forma linguística (polifonia, cosmologia negra e os lugares das noções textuais da negrura) e literária (recorrências temáticas) que o povo afrodescendente escrevia, além de transcorrer sobre as características de cada volume. Nossa pesquisa, no entanto, procura compreender até que ponto esta literatura contribuiu para que a sociedade fosse repensada e reestruturada, observando o papel dos autores e o contexto aos quais suas produções ocorreram.

Nessa perspectiva, algumas questões nortearam nossa pesquisa e nos fizeram investigar os elementos que contribuíram para a consecução do periódico, como, por exemplo, qual o papel da literatura na luta do movimento negro brasileiro? Por que São Paulo foi a cidade que fundou o Grupo Quilombhoje e os Cadernos Negros? Por que mesmo após todas as conquistas, os CN's continuaram com suas publicações, sendo hoje o periódico negro mais antigo do Brasil?

Nosso trabalho se concentra a partir do final da década de 1970, pois nesse período os escritores dos Cadernos Negros começaram a lançar seus primeiros volumes na cidade de São Paulo e o Movimento Negro Unificado (MNU) fez seu primeiro ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o que contribuiu para disseminar as reivindicações de outros movimentos sociais negros espalhados pelo Brasil.

Ademais, nessa década vários fatos históricos, como, por exemplo, o advento da abertura política feita pela Ditadura Militar, as greves trabalhistas, o crescimento dos movimentos sociais de raça, gênero e classe etc. contribuíram para que o movimento negro ganhasse força nas ruas, nas mídias e nos diversos setores sociais do nosso país, pois como vimos anteriormente foi um momento em que a população negra se uniu para lutar pela construção de um Brasil mais democrático e menos racista, sendo, portanto, uma época de grande efervescência para reflexão das lutas sociais.

Resolvemos cessar nossa pesquisa em 1988 com o fim da Ditadura Militar no Brasil e os primeiros passos da redemocratização nacional através da promulgação da VIII Constituição Federal e a reabertura democrática nacional, pois acreditamos que a partir desse momento um ciclo no pensamento social da nação é concluído e novos paradigmas sócio-filosóficos são criados, inclusive o modo como a sociedade passou a enxergar as diversas culturas e identidades que nos cercam.

É importante destacar que os aspectos teórico-metodológicos da nossa pesquisa configuram-se em estudos relacionadas à história cultural, mas textos de história política e social são levados em consideração, além de textos de críticos literários, sociólogos, filósofos e educadores, uma vez que eles nos apontam elementos importantes para nossa problemática, além de contribuírem para pensarmos o papel da história e suas fontes. Entendemos que um historiador não pode ficar preso em apenas um conceito de história; ele deve procurar compreender os outros elementos científicos e perceber até que ponto eles podem ser positivos e/ou negativos para sua abordagem histórica.

Nesse sentido, a leitura do texto de Sandra Pesavento (2004) fez com que entendêssemos a complexidade de escrever história e, principalmente, o método de trabalho da História Cultural. De acordo com a autora, a História Cultural “permite reconstruir o passado como objeto de pesquisa, tentar atingir a percepção dos indivíduos no tempo, quais são seus valores, aspirações, modelos, ambições e

temores” (PESAVENTO, 2004, p. 71). Portanto, entende-se que a pesquisa acerca dos contos escritos para o periódico *Cadernos Negros* durante a luta do movimento negro brasileiro nas supracitadas décadas faz-nos entender como aqueles indivíduos enxergavam a sociedade em que viviam, quais seus valores e objetivos a serem alcançados.

Para Peter Burke (2011, p. 26), “é necessário ler os documentos nas entrelinhas”, ou seja, perceber como os contos dos *Cadernos Negros* podem contribuir para pensarmos a sociedade brasileira, os problemas vividos pelo povo negro-brasileiro durante o período em questão, as soluções encontradas para combater as dificuldades enfrentadas etc. Dessa forma, parafraseando o mesmo autor, assim como os historiadores, os autores de literatura negra apresentam a representação da realidade ao qual viviam (BURKE, 2011, p. 27).

Pesavento (2004) percebe que o campo da História Cultural dá ao historiador uma infinidade de temas e objetos, ao qual permite a ele conflitar a verdade e os fatos. Para esta autora, a verdade é um conceito inexistente na História Cultural, pois a história é uma gama de interpretações que fatalmente mudará com o tempo, sendo assim, o historiador enxerga a história a partir da sua visão de mundo, que pode mudar com o tempo e o espaço na medida em que novas descobertas e abordagens forem sendo feitas e analisadas.

Nesse sentido, pensar na construção do fazer historiográfico é refletir no propósito da ciência histórica na transformação da sociedade. Não obstante, percebe-se que “a história como disciplina, com plausibilidade científica, está passando por um tempo de provocações” (DIEHL, 2002, p. 18). Portanto, o homem modifica sua visão de ver o mundo e faz com que a própria história seja reinterpretada.

Dessa forma, o fazer historiográfico se desenvolve na medida em que o historiador observa seu tema, estabelece parâmetros e métodos e opera sua crítica. Como veremos no decorrer do nosso trabalho, história e ficção teoricamente nunca estiveram separadas, pois as duas passam pelo mesmo propósito e se desenvolvem da mesma forma, uma vez que ambas são construídas pelos anseios e desejos da humanidade.

José Carlos Reis (2010) esclarece um pouco a problemática do fazer historiográfico. De acordo com o autor, “a história não faz reviver os eventos que narra, [ela] é uma criação do autor e não dos seus atores” (REIS, 2010, p. 15)

[GRIFO NOSSO]. O historiador, nessa perspectiva, cria sua narrativa observando o passado, mas influenciado pela cultura do presente e pelas suas próprias leituras. Ademais, Michel de Certeau (2010, p. 95) percebeu que a escrita da história “é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma lição”, ou seja, a operação historiográfica é uma prática social e o historiador é o agente responsável pela visualização da transformação social e cultural da humanidade.

Logo, a história está intimamente ligada à memória, apesar de serem conceitos distintos e compreenderem o passado de forma diferente. Reis (2010) entende – a partir da obra de Paul Ricoeur (2007) – que o papel da escrita da história está relacionado com o modo como entendemos a memória, o passado e principalmente o esquecimento. De acordo com o autor, “o uso adequado da memória é a busca da *verdade do passado*” (REIS, 2010, p. 36). Além disso, é importante perceber que “o resgate das memórias coletivas e individuais permite o desdobramento metodológico em uma infinidade de possíveis leituras do passado” (DIEHL, 2002, p. 24).

Como bem preceituou o historiador Jurandir Malerba (2006, p. 118),

Não há cultura humana sem um elemento constitutivo de memória comum. Ao lembrar, interpretar e representar o passado, as pessoas compreendem sua vida cotidiana e desenvolvem uma perspectiva futura delas próprias e de seu mundo.

Portanto, o trabalho do historiador é analisar o passado e perceber as mudanças socioculturais ao qual a sociedade passou, levando em consideração o homem e seu tempo. Esse objetivo faz com que o historiador busque fontes e perceba nelas elementos que dialogam com a transformação social. Dessa forma, o ofício do historiador depende do documento analisado, ou seja, da forma como ele interpreta o passado valendo-se do seu objeto, pois, como bem compreendeu Michel de Certeau (2010, p. 73), “o livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório”.

Nessa perspectiva, o trabalho de Eni Samara e Smênia Tupy (2007) é de extrema importância para entendermos o papel do historiador e o método de pesquisa desempenhado por ele, além de compreendermos a importância do documento na construção da narrativa histórica. De acordo com as autoras,

[...] uma definição precisa do documento histórico, não apenas varia no tempo e espaço como também, dependendo do próprio avanço da investigação histórica, demonstra estar em sintonia com os interesses pessoais e identidades culturais de cada pesquisador (SAMARA & TUPY, 2007, p. 19).

O documento é a fonte do historiador, sendo assim, é a partir dele que o pesquisador realiza sua análise sobre o objeto e faz sua crítica histórica, seja ele um documento oficial, não-oficial e até oral. Entretanto, as autoras enfatizam a importância de conhecer a bibliografia existente sobre o objeto de pesquisa, pois é a partir dela que o historiador identifica os problemas não resolvidos e constrói sua crítica, ou seja, através da revisão bibliográfica é possível encontrar o trabalho no tempo e espaço, dando continuidade às pesquisas sobre a temática analisada.

Pesquisar história, nesse sentido, é reescrever e reinterpretar os fatos narrados pela sociedade distante ou não do historiador. Portanto, entende-se que os Cadernos Negros são uma fonte importante para o estudo da história, pois eles refletem como aquela sociedade exercia sua crítica social e utilizava a arte para politizar e sensibilizar uma parcela da sociedade na luta por direitos civis, sociais, políticos e culturais.

Samara e Tupy (2007) entendem que o principal aliado do historiador é a sua metodologia de pesquisa, pois é a partir dela que o pesquisador trilha seu caminho, buscando respostas e propondo novas formas de enxergar seu tema/objeto. Para as autoras,

O recurso ao uso de técnicas e mesmo metodologias das áreas afins e a própria visão multidisciplinar das ciências contribuíram sobremaneira para o aprimoramento dos estudos históricos que não deixam de considerar diferenças de gênero, classe ou categoria social e também a etnia (SAMARA & TUPY, 2007, p. 06).

Durante nossa pesquisa para a construção das atividades do PIBID e para a elaboração do TCC da Graduação em História e da Especialização em Cultura Pernambucana, percebemos a imensidão temática que nosso objeto pode alcançar, portanto, para a pesquisa do mestrado focamos a análise dos prefácios e contos escritos para o periódico Cadernos Negros do final da década de 1970 até o final da

década de 1980, verificando quais questões eram levantadas nesse período e quais elementos socioculturais estavam impressos em suas narrativas.

Nesse sentido, de acordo com Correia (2010, p. 35), os Cadernos Negros

[...] são uma inauguração de um tipo de literatura feita, baseada no lixo da cultura, valorizando as experiências, a multiplicidade dos acontecimentos, insanidades e desabafos, que de início fugiu das oficialidades, entretanto, apesar de não ter tido escapatória no mar da institucionalizada indústria cultural, continua porta-voz da escritura dos vencidos e derrotados.

Para consecução deste trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica dos autores que escreveram sobre a relação da história com a literatura, a fim de buscar respostas que dialogassem com nossa maneira de enxergar a história, pois entendemos que o poeta/contista ao imaginar situações que possivelmente podem ter existido na sociedade ao qual viveu, reflete não apenas seu cotidiano, mas também a própria história do seu tempo, pois faz com que o leitor utilize a estória para pensar sobre si e sobre o mundo.

A principal luta do movimento negro é demonstrar que a sociedade brasileira não enxerga com os mesmos olhos o povo afrodescendente que aqui permaneceu após a abolição, sendo assim, a estratégia da literatura foi uma das formas pela qual os grupos sociais tentaram colocar em pauta o tema negro na sociedade, a fim de fazê-la refletir sobre si e sobre o outro.

Decidimos fazer uma pesquisa qualitativa, pois como bem preceituou Suely Ferreira Deslantes et al (2009, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A partir da análise qualitativa dos Cadernos Negros foi possível encontrar respostas que contribuiriam para pensarmos a sociedade brasileira. Para tanto, consideramos os documentos de forma sequencial, as problemáticas criticadas pelos autores e a forma como eles se expressavam. De acordo com Deslantes et al (2009, p. 12), “o objeto das Ciências Humanas é histórico. Isto significa que cada

sociedade humana existe, se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras”. Portanto, pesquisar sobre os Cadernos Negros é procurar entender os problemas sociais e políticos do povo negro brasileiro e sua forma de lutar pela igualdade de direitos na sociedade, utilizando a literatura como meio de análise e de crítica histórica.

Para consecução desta dissertação, dividimos o trabalho em três capítulos distintos contendo oito subcapítulos, ao qual procuramos elencar de maneira sequencial os elementos necessários à compreensão do nosso objetivo final. No primeiro capítulo trabalhamos a concepção de história e literatura; a relação entre as duas disciplinas/ciências; o método de trabalho de cada uma e como esse conhecimento será necessário para estabelecermos parâmetros para nossa pesquisa nos capítulos subsequentes.

Além disso, neste capítulo trabalhamos a questão do conceito de literatura negra e os diversos paradigmas na cultura política brasileira. Para tanto, utilizamos autores da literatura negra para entender como foi o processo de enfrentamento político-ideológico que levou a literatura negra ao patamar que chegou durante as décadas de 1970-1980. Este estudo foi importante para desvendar os problemas existentes no próprio conceito de literatura negra e, posteriormente, para compreensão do nosso objeto de pesquisa.

No segundo capítulo, procuramos fazer a contextualização histórica do período pesquisado, uma vez que acredita-se que a literatura negra não está dissociada do momento político e cultural vivido pela sociedade brasileira no período destacado. Para tanto, iniciamos nosso debate fazendo uma reflexão do período compreendido como Ditadura Militar, especificamente o período referente à chamada “abertura política” ocorrida nos governos de Geisel e Figueiredo. Além disso, trabalhamos a questão da ressurreição do movimento negro brasileiro neste período e quais suas principais pautas e questões políticas da época, uma vez que elas estiveram intrinsecamente ligadas ao nosso objeto de pesquisa. Por fim, encerramos este capítulo fazendo uma análise da construção dos Cadernos Negros e do Grupo Quilombhoje no cerne das questões existentes no período destacado, utilizando como fonte os prefácios dos Cadernos Negros e as entrevistas publicadas em revistas e sites.

Por fim, no terceiro e último capítulo procuramos analisar os contos publicados pelos Cadernos Negros no primeiro ano de publicação (1979),

entendendo a relação existente nas estórias proferidas pelos escritores e o mundo a sua volta. Para tanto, utilizamos como suporte teórico-metodológico os conceitos de racismo, memória e identidade, pois acreditamos que o cerne de toda construção dos Cadernos Negros está inserido neste contexto de luta e resistência enfrentado pelo movimento negro do período e o preconceito e a discriminação racial foram os principais elementos que fizeram com que o periódico passasse a existir.

Nesse sentido, entendemos que a pesquisa dos contos dos Cadernos Negros conseguiu fazer com que compreendêssemos melhor a sociedade brasileira no final da Ditadura Militar, pois este periódico foi e continua sendo de grande circulação nacional, tanto no meio acadêmico quanto nas esferas sociais do movimento negro. A compreensão da literatura deste periódico, nesse sentido, é de extrema importância social para compreendermos os problemas pelos quais os afrodescendentes passaram, uma vez que refletem os anseios e a busca pelo reconhecimento social e cultural desta população.

– CAPÍTULO I –

HISTÓRIA E LITERATURA: REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS E OS PARADIGMAS DA LITERATURA NEGRA NO BRASIL

Não há oposição entre história e ficção. A história é poética, construída com a linguagem figurativa, é uma disputa entre figurações daquilo que o passado poderia consistir (REIS, 2010, p. 16).

A citação acima discutida pelo historiador José Carlos Reis (2010) conclui a ideia do historiador inglês Hayden White sobre a relação da história com a literatura e até que ponto as duas ciências convergem e divergem. Estamos acostumados a pensar que escrever história é um ato solitário, onde o historiador se vale dos documentos para pensar e construir sua narrativa, o que não é muito diferente do poeta e/ou contista que ao enxergar o mundo, escreve sua ficção, muitas vezes retratando a realidade que enxerga. Mas será que toda escrita ficcional é de fato ficção ou o poeta/contista/romancista pode utilizar elementos do dia-dia para construir sua poética e, dessa forma, criar sua própria história?

Neste capítulo iremos discutir a relação da história com a literatura, utilizando autores da teoria e da metodologia da história, a fim de perceber o quanto a literatura representa para história e como um historiador pode utilizá-la para pensar o passado e suas fontes. Sabe-se que após a Escola dos Annales a história se abriu para dialogar com outras ciências afins e que a literatura tornou-se objeto e fonte para o historiador, mas utilizá-la numa análise sobre o passado requer alguns apontamentos importantes para que o texto seja compreendido enquanto análise histórica e não apenas literária.

Autores como Roger Chartier (1991 e 2009), Hayden White (1994), José Carlos Reis (2010), Michel de Certeau (2010), dentre outros, nos mostram o caminho para trabalhar com essa fonte e, por isso, são importantes para nosso trabalho, afinal almejamos utilizar a literatura para pensar a história, portanto conhecer a obra desses autores nos ajudará a pensar sobre o tema. Os papéis da teoria e da metodologia, neste sentido, trilham nosso caminho para repensarmos a narrativa historiográfica e como trabalharemos nosso objeto como fonte e como representação histórica em um determinado marco temporal.

Além disso, pretendemos discutir neste capítulo os diversos paradigmas que cercam a teoria da literatura negra no Brasil, pois acreditamos que este conhecimento será imprescindível na análise dos próximos capítulos (principalmente do terceiro). Acredita-se que estes paradigmas colaboram para a análise do nosso objeto principal, uma vez que nos mostram os caminhos para encontrarmos respostas acerca da criação e distribuição dos Cadernos Negros nas décadas de 1970 e 1980.

Para tanto, utilizamos autores como Zilá Bernd (2011), Florentina Souza (2006), Maria Nazaré de Lima (2006), Domício Proença Filho (1997), Eduardo de Assis Duarte (2008) etc., pois acredita-se que a compreensão das suas pesquisas permitem-nos entender a construção de um conceito de literatura negra no Brasil, além de refletir sobre o ofício da arte literária no contexto social, político e cultural.

Espera-se ao final deste capítulo criar subsídios para compreender a literatura como fonte, seu método e seu alcance na construção da nossa narrativa, além de entender como a literatura negra se estabeleceu na nossa sociedade até chegarmos à criação de movimentos sociais da segunda metade do século XX e a utilização dos Cadernos Negros, sensibilizando e politizando a população afro-brasileira desde o final da década de 1970 até a contemporaneidade.

1.1. Entre a história e a literatura: Apontamentos teórico-metodológicos e o olhar para o ofício do historiador

A história pode ser comparada a um conjunto simbólico que entrecruza o passado, o presente e o futuro. Podemos escrever história falando do passado, utilizando-se de fontes que selecionamos para interpretar nosso tempo histórico, mas também podemos dissertar história olhando para nosso presente e verificando que os fatos do agora são resquícios de um passado que não passou ou herança da nossa própria cultura e memória histórica.

A Escola Positivista enxergava a história como uma linha reta, onde os fatos ocorriam e eram inseridos no tempo gradativamente, mas atualmente sabemos que esta linha imaginária dos positivistas não pode ser uma reta infalível e incontestável. Esta linha pode ter ondulações, pode cruzar-se entre si e pode, inclusive, ser quebrada e acompanhada por outras linhas antes invisíveis na ótica do pesquisador. A história, nesta perspectiva, depende do olhar do historiador e seu tempo, ela pode

ser vista de cima, de lado e de baixo, ela pode vir na horizontal ou na vertical, ela pode estar dentro ou fora, pois ela é cíclica e plural.

José Carlos Reis (2010, p. 14) entende que “o historiador cria explicações a *posteriori*, selecionando e hierarquizando causas, elegendo causas e eventos mais ou menos “importantes”. Ou seja, a escrita da história é feita pelo historiador, que está sujeito a condicioná-la de acordo com as suas leituras, com os seus documentos, com a sua cultura e com aqueles aos quais ele convive, afinal, nenhum de nós está livre de sofrer influências do meio, pois fazemos parte do próprio meio onde vivemos socialmente.

Reis (2010, p. 15) problematiza o ofício do historiador ao afirmar que “a história não faz reviver os eventos que narra, pois [ela] é uma criação do autor e não dos seus atores” [GRIFO NOSSO]. Ora, se o historiador não pode descrever exatamente como o fato ocorreu pelo simples motivo de não estar presente durante o acontecimento dissertado (e mesmo se estivesse presente não poderia enxergar o todo do fato histórico, pois estaria condicionado a sua visão de mundo e as perspectivas que delas são permitidas no momento); se ele tem a limitação do documento para interpretar o passado; se ele é influenciado pelo meio. Nesse sentido, o que o diferencia de um autor de literatura e/ou ficção?

Após a leitura de Reis (2010, p. 22), compreendemos que:

A história existe e é praticada por uma comunidade especializada, logo, ela seria “aquilo que os historiadores fazem”. Ela seria o que pratica a comunidade dos historiadores e pode-se encontrar a estrutura lógica do seu método observando o modo como os historiadores operam. No entanto, o “modo como os historiadores operam” é histórico, muda, e, mesmo observando a prática concreta da comunidade historiadora, não se pode definir de forma estável o que ela faz.

Sendo assim, a história é uma representação e o historiador está limitado a escrever a partir dos seus documentos aos quais cataloga e analisa, ou seja, ele pode até conjecturar sobre o que não está nos documentos, mas está ciente de que suas escolhas conceituais permitem uma compreensão do passado que pode ser verdadeira ou não, portanto, são concepções limitadas ao lugar social e ao espaço-tempo de análise. Escrever história, dessa forma, não é algo fácil, pois requer que o autor seja capaz de enxergar nos documentos selecionados eventos e fatos para

fazer sua narrativa sobre um passado que na maioria das vezes ele não viveu e nem conviveu.

A história, segundo Reis (2010, p. 25), “anda na contramão da filosofia, da ciência, da religião e do senso comum”, pois estes procuram a “verdade” fora do tempo, enquanto que o historiador, pelo contrário, “pulveriza, dissolve, desintegra, em durações múltiplas e incompatíveis, as suas verdades”, verdades estas dificilmente encontradas no ofício do historiador, pois elas são quase sempre representações do acontecimento histórico levando em consideração a própria história, cultura e memória do pesquisador (CHARTIER, 1991, p. 173-191).

Nessa perspectiva, o historiador faz dos documentos a sua própria “verdade”, apesar de saber que sua visão está limitada e que jamais poderá expressar o todo do fato histórico, tendo em vista suas limitações teórico-metodológicas. Seu ofício não é exclusivamente registrar o documento tal qual lhe é apresentado, mas sim criticá-lo, analisá-lo, mensurá-lo e transformá-lo numa narrativa compreensível no tempo e no espaço. É neste momento que as escolas históricas nos apresentam o caminho para entendermos a historiografia, pois o método de cada escola modifica a visão acerca do objeto e faz com que a narrativa histórica se transforme.

O historiador francês Roger Chartier (2009) percebe que existe uma “instituição histórica”, e é a partir dela que o historiador trilha seu caminho, pois ela oferece respaldo ao seu ofício. Segundo este historiador,

[...] as determinações que regem a escritura da história remetem mais fundamentalmente às práticas estabelecidas pelas instituições técnicas da disciplina, que distribuem, de maneira variável conforme a época e o lugar, a hierarquia do tema, as fontes e as obras (CHARTIER, 2009, p. 19-20).

Nesse sentido, entende-se que a historiografia depende do tempo e do espaço, pois o tempo determina a importância do estudo para sociedade, o lugar social influencia a escrita do historiador e as fontes e as obras determinam o caminho pelo qual o pesquisador operará sua narrativa crítica. Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, era comum pesquisar sobre os reis e os impérios, analisando a vida e a obra de um personagem singular na cultura local, como se ele fosse o único responsável pela transformação social, econômica e cultural de toda sociedade durante o tempo em que reinou.

Atualmente, no entanto, percebe-se que o historiador está muito mais preocupado em saber como era a dinâmica social e cultural dos grupos urbanos do período dos reis e impérios, ou seja, tanto dos abastados quanto da minoria excluída, da relação entre a elite-popular, elite-elite e popular-popular. Esta mudança de paradigmas transformou a história e desmistificou muitos caminhos, dando respostas à problemáticas sequer questionadas pelos historiadores em outras épocas.

Dessa forma, percebe-se que a crise dos paradigmas e a transformação cultural da sociedade fez com que o historiador modificasse seu olhar, enxergasse outros caminhos e vislumbresse novas metodologias para responder a problemática do seu tempo. Para Chartier (2009, p. 20),

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, dizer e fazer.

Nesse sentido, pensar numa narrativa histórica significa perceber as relações sociais entre as classes, seja ela horizontal ou vertical, convergente ou divergente, singular ou plural. Percebe-se, dessa forma, que a escrita da história é um ato social, pois o historiador escolhe, elenca e qualifica seus documentos para posteriormente apresentá-lo aos seus pares e divulgá-los à sociedade. Mas, como bem preceituou Chartier (2009), durante essa operação o historiador está limitado a “restrições e convenções” que lhes mostram o que “pensar, dizer e fazer”.

Essas restrições podem ser entendidas como a metodologia de trabalho do historiador, por isso é importante que ela esteja intimamente relacionada ao seu objeto, uma vez que ele dá a base para sua análise e confere respaldo à sua pesquisa. Existem metodologias para trabalhar com cada tipo de fonte, sejam elas oral ou documental, livros ou periódicos, visual ou auditivo etc. O historiador, assim como todo pesquisador – seja nas ciências humanas ou exatas –, deve procurar o melhor caminho para que sua análise atinja resultados satisfatórios na pesquisa.

As convenções podem ser vistas como o apoio teórico do historiador, ou seja, os autores aos quais ele dialoga ou diverge, pois eles dão o suporte para que o

historiador consiga compreender seu objeto/fonte no tempo e espaço, sendo, portanto, importantes para a operação historiográfica. As convenções também podem ser entendidas como a escola histórica ao qual o pesquisador se identifica, como por exemplo: História Cultural, História Política, História Social, Econômica etc.

Segundo Michel de Certeau (2010, p. 73-74), para que uma pesquisa histórica tenha validade é preciso que a mesma seja reconhecida pelos pares, ou seja, “aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos objetos e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio ao qual elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas”. Portanto, é relevante dizer que existe certo rigor no que diz respeito ao procedimento operatório da escrita da história, uma vez que ela não ocorre aleatoriamente.

Certeau (2010) divide a operação historiográfica em três grandes eixos que são necessários para se pensar uma escrita da história. O primeiro eixo dar-se pelo “lugar social” de onde o autor transmite seu objeto. Como já discutido anteriormente, este lugar social identifica a obra na medida em que ela sugere caminhos que indicam onde o autor está inserido epistemologicamente e quais suas práticas socioculturais. O segundo eixo seria o ato da “prática” historiográfica, o que para o autor não é apenas os métodos, “mas a função da história no conjunto das ciências atuais” (CERTEAU, 2010, p. 87). Por fim, o terceiro eixo estaria exatamente na “escrita”, pois é a partir dela que o historiador desenvolve seu enredo e transforma o documento numa narrativa compreensível no tempo e espaço.

A obra de Certeau nos ajuda a entender qual o verdadeiro papel do historiador no âmbito social, pois na medida em que percebemos que temos a capacidade de transformar a sociedade e que cabe a nós (historiadores) reconhecer acontecimentos que marcarão a humanidade, podemos entender que nosso papel é construir a crítica sobre o documento, inserindo-o no tempo para que a sociedade possa compreender os fatos e, ainda, que nossos pares possam utilizar nossas pesquisas para dar continuidade às análises sobre nossos objetos/fontes, refazendo, portanto, nossa própria história. Como bem percebeu Certeau (2010, p. 95), a escrita da história é “uma prática social que confere ao leitor um lugar bem determinado, redistribuindo espaços das referências simbólicas e impondo, assim, uma lição”.

Na mesma ótica, segundo Peter Burke (2011, p. 25),

O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo.

Tendo em vista toda esta discussão acerca do ofício do historiador e a escrita da história, faz-se o seguinte questionamento: se a literatura é um documento e está inserida no tempo e no espaço, como podemos utilizar suas narrativas como fonte para pensarmos a história apesar da sua inerente veia ficcional e distanciamento com a “verdade”?

Sabe-se que todo texto literário é escrito por um autor e que sua literatura pode ou não estar influenciada pelo meio onde vive, mas, além disso, sua literatura pode representar a sua própria existência e/ou representar a sociedade e/ou representar, inclusive, estratégias de luta e resistência dentro do contexto ao qual foi escrito. Dessa forma, ficam as questões: estas literaturas deixam de ser ficção e passam a integrar o panteão da historiografia? A história passa a ser literatura na medida em que as duas ciências se convergem para o mesmo fim?

Para responder a estas problemáticas no âmbito da história recorreremos ao historiador inglês Hayden White (1994), quando ele discutiu conceitos referentes à história e à ficção, sua implicação na historiografia e as convergências e divergências no ofício de cada profissional. Segundo ele,

[...] os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (WHITE, 1994, p. 137).

A partir disso, é possível enxergar o historiador de um lado e o romancista/contista/poeta de outro, uma vez que não faz parte do ofício do segundo a procura da verdade, tal qual preceituou os historiadores positivistas no século XIX, pois eles estão livres para criar e narrar sua história independentemente de fato, fonte ou documento.

Não obstante, levantam-se outras questões, como, por exemplo, até que ponto o historiador é de fato detentor da verdade dos acontecimentos? Não seria a

interpretação histórica uma narrativa ficcional criada e tecida pelo historiador a partir das suas fontes? White (1994, p. 137) entende que “os leitores de histórias e de romance dificilmente deixam de surpreender com as semelhanças entre eles”, pois, “há muitas histórias que poderiam passar por romances, e muitos romances que poderiam passar por histórias, considerados em termos puramente formais (ou formalísticas)”.

Para tentar compreender em que momento a ficção deixou de ser história e quando a história aboliu a ficção da sua epistemologia conceitual, White volta ao século XVIII, percebendo que os historiadores daquele período acreditavam que “a escrita era um exercício literário, especificamente retórico, e o produto desse exercício devia ser avaliado tanto segundo princípios literários quanto científicos” (WHITE, 1994, p. 139). Sendo assim, entende-se que os historiadores daquele século acreditavam que faziam história com base em eventos e que sua narrativa era, de certa forma, análoga ao trabalho do romancista, uma vez que utilizavam da mesma tática para a escrita da história.

White percebeu que a partir do século XIX os historiadores começaram a definir os conceitos da história, separando-a da ficção, pois a partir dos preceitos de Leopold Von Ranke⁴ e de outros historiadores daquele período, o objetivo do historiador era

[...] expungir do seu discurso todo traço fictício, ou simplesmente do imaginável, abster-se das técnicas do poeta orador e privar-se do que consideravam os procedimentos intuitivos do criador de ficções na sua apresentação da realidade (WHITE, 1994, p. 139-140).

Nessa perspectiva, é compreensível entender os motivos que levaram os historiadores do oitocentos a extrair a ficção do seu discurso, mas é notável a percepção de que os historiadores utilizam recursos advindos da ficção para estabelecer lógicas que tornam seu texto compreensível e atrativo aos leitores, o que não os tornam objetivamente romancistas e/ou contistas e/ou poetas.

Hayden White vai além em seu conceito de história e historiografia ao afirmar que:

⁴ Leopold Von Ranke é considerado o pai da historiografia científica. Historiador alemão, viveu entre 1795 e 1886, sua historiografia deu suporte a escola positivista, fazendo com que muitos dos seus sucessores utilizassem seu método para compreensão do passado. Para melhor compreensão da obra de Ranke, sugerimos a leitura de Assunção (2013).

Aquilo que o historiador traz à sua consideração do registro histórico é uma noção dos tipos de configuração dos eventos que podem ser reconhecidos como estórias pelo público para o qual ele está escrevendo (WHITE, 1994, p. 101).

Sendo assim, a linha tênue que separa a historiografia do romance/conto/poesia literária seria – como dissemos anteriormente – a percepção de que o historiador tenta buscar a partir dos documentos sua narrativa, enquanto que para o romancista/contista/poeta tanto faz o fato quando o importante é prender o leitor à sua história (ou estória) e fazê-lo refletir sobre a própria operação literária.

Entretanto, o historiador não pode desprezar a importância da literatura para o conhecimento histórico, pois apesar das estórias nem sempre demonstrarem o passado com base em documentos, elas evidenciam a história com base no autor (sociedade) e no leitor (sociedade) por assim dizer. O leitor, nesse sentido, é muito importante para o historiador que busca na literatura uma representação do passado, afinal eles são o alvo imediato do romancista/contista/poeta.

Entende-se que nenhum escritor que publica seus textos escreve para si, afinal existe sempre o desejo de que outras pessoas leiam sua criação, fazendo delas novas possibilidades para se pensar o conteúdo narrado pelo escritor. Assim, a escrita torna-se dinâmica, pois a interpretação que o leitor dá ao texto nem sempre é o mesmo da sua criação, da mesma forma que um texto escrito em outro momento histórico poderá levar a outras interpretações ou como um texto escrito numa sociedade poderá ter outro significado visto sobre outros olhares.

Portanto, tudo gira em torno da relação autor-leitor, pois quem lê o texto interpreta suas conclusões sobre a escrita do historiador/romancista/contista/poeta. As crônicas dos viajantes, que são fontes de estudo dos historiadores do século XVI, por exemplo, não são possíveis definir se suas estórias representam a mesma ideia que os historiadores atualmente interpretam desses textos, afinal existe nessa imensa extensão temporal além de outros elementos que estão presentes naquele passado e que hoje não existem em nossa sociedade, assim como o contrário também poderá ser verdadeiro.

Nesse sentido, chegamos ao entendimento de que toda história seria na verdade uma representação e que não é possível narrar o fato exatamente como ele ocorreu. Chartier (1991) entende que o conceito de representação dialoga com o

conceito de história, uma vez que a escrita da história é uma representação que o historiador faz do passado e de seu documento. Este historiador enfatiza a importância do conhecimento acerca da história do livro, da literatura e da leitura para construção da história cultural humana.

De acordo com Sandra Pesavento (2004, p. 43), “a história cultural se torna uma representação que resgata representações, que se incumbem de construir uma representação sobre o já representado”. Assim como Chartier (1991), Pesavento valoriza a relação da história com a literatura, pois é a partir da escrita que o historiador capta suas fontes, analisa e opera epistemologicamente sua narrativa, sendo, portanto, indispensável para o fazer historiográfico. Para a autora, “a aliança estabelecida pela história com a literatura nos leva à mesma busca de significados” (PESAVENTO, 2004, p. 19).

A história e a literatura, dessa forma, se complementam, pois a busca das duas disciplinas/ciências são as respostas dos símbolos da cultura humana e suas representações. De acordo com Pesavento (2004, p. 24), “o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas”, ou seja, através do imaginário a sociedade é formada e pensada.

A literatura, seja a partir do conto, romance ou poesia, seria uma representação da sociedade, portanto, presente na história como práticas culturais da humanidade. Dessa maneira, a literatura merece destaque na análise do historiador, pois ela expressa o olhar da sociedade para com o mundo, além de refletir acerca do posicionamento do escritor frente aos acontecimentos em sua volta.

1.2. Tecendo o conceito: Os paradigmas da Literatura Negra no Brasil

Partindo do que foi discutido no tópico anterior, percebemos que tanto a história quanto a literatura têm objetivos diferentes nas suas propostas, mas caminham juntas no que diz respeito à narrativa, pois tanto a primeira quanto a segunda utilizam estratégia parecidas (a escrita) para comunicar e ser compreendido no mundo. O método, nesse sentido, é a chave-mestre da diferença entre a história e a literatura, pois é a partir dele que o autor caminha para compreender o passado através do documento ou criar o passado usando-se da ficção literária.

Compreende-se que literatura negra brasileira começou a existir a partir do momento em que o Brasil deixou de ser colônia portuguesa e os escritores negros da época passaram a escrever sobre suas experiências – seja de resistência, da escravidão, do preconceito, do racismo ou até mesmo sobre suas memórias e histórias. O momento anterior à Primeira República entende-se como um espaço onde existia literatura negra no Brasil, mas esta literatura possuía traços diferentes, uma vez que vivíamos outra formação social, ao qual era baseada no escravismo.

Ademais, encontrar textos da literatura negra antes da formação da república brasileira em arquivos e/ou bibliotecas não é uma tarefa fácil, pois a produção do negro escravo brasileiro – geralmente negros alforriados ou descendentes de alforriados –, quando existia, era escassa e se perdia no tempo, uma vez que não existia a cultura de guardar produções escritas na colônia e no império, principalmente produções negro-brasileiras, que geralmente não tinham condições de fazer publicações em massa. Além disso, poucos negros brasileiros sabiam ler e escrever na língua portuguesa (geralmente conheciam a escrita dos seus países de origem na África), e os que sabiam não tinham muitas oportunidades de exercerem sua arte devido à repressão exercida pela sociedade preconceituosa da época.

As críticas literárias Florentina Souza (2006), Maria Nazaré Lima (2006) e Zilá Bernd (2011) catalogaram centenas de escritores negros (poetas, contistas e romancistas) e publicaram este material em suas respectivas obras com o objetivo de dar visibilidade a esta literatura pouco conhecida e valorizada no cânone literário brasileiro. A partir da leitura dessas publicações foi possível enxergar a imensidão de autores e temas da literatura negra brasileira, além de perceber diversas obras relevantes para a historiografia negra, ao qual pouco tiveram destaque na construção histórica da nossa nação, seja por preconceito literário ou por desconhecimento dos historiadores.

Apesar de não estar na proposta temporal da nossa pesquisa, acredita-se ser importante considerar alguns autores discutidos nas pesquisas das supracitadas críticas literárias e seus respectivos colaboradores, pois foi a partir desses primeiros poetas, contistas e romancistas que emergiu o que consideramos como literatura negra no Brasil. Estes primeiros autores são a base do que futuramente se transformou em um grande movimento literário em busca de igualdade, consciência política e expressão cultural negra que discutiremos ao longo dessa dissertação. Portanto, entender o que os estes escritores negros discutiam em suas

determinadas épocas, quais seus objetivos e suas propostas é o germe do que se transformou a literatura negra no século XX e XXI.

De acordo com Maria Nazareth Soares Fonseca (in SOUZA, 2006, p. 36), “desde a fase pré-abolicionista aparecem intelectuais, poetas e ficcionistas que trazem para seus textos o negro e sua situação na sociedade brasileira”. São esses primeiros autores negros que dão impulso a uma série de escritores que passaram a utilizar a literatura para expressarem seus sentimentos e anseios acerca do que chamamos de resistência negra no Brasil. Ainda segundo a autora,

[...] ao alinhar-se a uma política de resistência, a literatura produzida por negros ou por aqueles que assumem as questões próprias dos segmentos marginalizados retoma as “negras imagens”, procurando investi-las de outros significados (FONSECA in SOUZA, 2006, p. 35).

Nessa perspectiva, a crítica literária Zilá Bernd (2011) selecionou em seu livro dezenas de autores/poetas da literatura negra, dividindo-os em temáticas e períodos. No período pré-abolicionista, por exemplo, a escolha da autora pautou-se em Luiz Gama, ao qual, esboçou uma sucinta biografia do autor, mostrando algumas bibliografias recomendadas, além de participações em antologias literárias e um breve comentário crítico sobre o autor.

Esse mesmo método de análise feito por Bernd é aplicado em todos os outros poetas contemplados na antologia da autora, demonstrando um profundo conhecimento de cada autor e comentários coerentes das suas obras. Esse tipo de antologia é importante para pesquisadores que pretendem iniciar uma análise literária dos autores da literatura negra no Brasil, pois elas dão o suporte para a compreensão teórica e epistemológica dos autores.

Poetas como Cruz e Souza, Solano Trindade, Domicio Proença Filho, Oswaldo de Camargo, Abdias do Nascimento, Cuti, Miriam Alves, dentre outros, são contemplados nesta antologia com poesias fortes e marcantes nos últimos 150 anos de trajetória negra na literatura. Todos escolhidos tomando como base às suas temáticas e seu papel na história da poesia negra brasileira. Entretanto, o que se percebe em sua antologia é a necessidade de dar visibilidade a autores que não estão presentes no cotidiano da sociedade, poetas que não são contemplados nos livros didáticos e autores que são esquecidos no cânone literário brasileiro. Portanto, compreende-se que este tipo de obra consegue divulgar um número imenso de

autores da literatura negra, dando suporte a quem pretende conhecer de forma sucinta esses personagens e suas literaturas.

Ao longo da nossa pesquisa percebemos que algumas indagações são eventualmente feitas para entender porque a literatura negra não circulou em meio às grandes escolas literárias brasileiras, como o romantismo, o realismo e até mesmo o modernismo, por exemplo. Afinal, o que seria uma literatura negra e qual seu papel na sociedade?

Para Proença Filho, no prefácio da primeira antologia de Bernd (2011, p. XI),

[...] pode-se considerar *negra* uma literatura feita por negros ou descendentes assumidos de negros, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por forças de condições atávicas, sociais e históricas, se caracterizam por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural.

Proença Filho, que também é poeta negro, nos mostrou um caminho para entendermos o que seria essa literatura negra, pois se é uma “literatura feita por negros ou descendentes assumidos de negros”, ela é, portanto, uma literatura predominantemente marginalizada na sociedade, pois durante mais de três séculos quase todos os negros tiveram o status de escravos no Brasil, sendo considerados incapazes de produzir arte, inábeis de pensarem por si mesmos e de usufruírem a cidadania.

Essa literatura, de acordo com Proença Filho, “é reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização”, sendo assim, ela possui elementos distintos de qualquer outra literatura, pois ela contém identidade própria e, principalmente, representatividade no meio ao qual circula. Geralmente o autor da literatura negra brasileira apresenta ao mundo revelações sobre o ser e o viver numa sociedade racista e preconceituosa como o Brasil, além de estabelecer elementos da sua cultura e do seu cotidiano, o que faz dela uma literatura ligada à memória.

Bernd (2011), assim como Souza & Lima (2006), encontrou um problema na definição desta literatura: afinal, devemos chamá-la de literatura negra ou literatura afro-brasileira? Segundo estas autoras, esse debate iniciou na década de 1970 quando os grupos dos autores negros passaram a afirmar categoricamente sua origem e cor da pele, valorizando sua própria cultura e suas memórias. A partir de

então, os autores que se autodeclaravam negros e escreviam temáticas voltadas aos problemas e anseios étnico-raciais passaram a se auto definir autores da literatura negra brasileira.

Por outro lado, no século XXI, explodiu no Brasil os conceitos afro-brasileiro e afrodescendente, pois segundo Bernd (2011, p. 21) “o termo negro poderia indicar a epidermização do conceito, isto é, a definição de uma expressão artística pela cor da pele dos autores”. Portanto, percebe-se que o termo “negro” após o substantivo “literatura” abria uma barreira epistemológica, afinal separava-se o que seria “literatura branca” da “literatura negra”, o que epistemologicamente não existia até então.

O objetivo dos autores da época era dar visibilidade a esta literatura, visto que não tinham espaço na consagrada literatura brasileira, por isso, a criação do novo termo foi importante para que a sociedade em geral passasse a beber dessa “nova” literatura que despontava no cenário nacional. Bernd percebeu que os títulos dos livros que foram lançados nas décadas de 1980 geralmente remetiam ao termo “negro” para designar o tipo de literatura presente na obra, como por exemplo, *Negritude e literatura na América Latina* (1987), *Introdução à literatura negra* (1988) e os próprios *Cadernos Negros* (1978), enquanto que as obras publicadas pós anos 2000 tinham em seus termos a nomenclatura “afro-brasileira”, a exemplo de *Brasil Afro-brasileiro* (2001), *Poéticas Afro-brasileiras* (2002) e o próprio *Antologia da Literatura Afro-brasileira* (2011) de Zilá Bernd.

Nessa perspectiva, para Bernd (2011, p. 44), “optar por literatura negra implica reconhecer que há um estilo, um léxico, uma temática etc. que particularizam um discurso literário de forma marcante e definitiva”, entretanto, “optar por literatura afro-brasileira corresponde a reconhecer uma literatura empenhada em resgatar uma ancestralidade africana”, ou seja, independentemente de como expressar o que seria esta literatura fica evidente que a mesma pertence a um grupo literário distinto daquela estabelecida no cânone literário, mas ao mesmo tempo pertence à história da literatura brasileira, merecendo destaque no cenário literário.

Segundo Fonseca (in SOUZA, 2006, p. 13), “as expressões “literatura negra”, “poesia negra”, “cultura negra” circularam com maior intensidade na nossa sociedade a partir do momento em que tivemos de enfrentar a questão da nossa identidade cultural”. Por isso, o papel dos movimentos sociais nas décadas de 1970 foi de extrema importância para que os autores assimilassem a sua cor e dessem

um norte à sua literatura. Nesse ponto de vista, o texto da literatura negra passou de uma simples literatura para luta de uma classe, pois passaram a colocar no papel não apenas poesias, romances e contos literários, mas a expressão cultural de um povo, dando ainda mais legitimidade a sua arte.

Fonseca lembra que no Brasil a ideia de “democracia racial” e “cultura mestiça” estavam impregnadas na sociedade ao ponto de não conseguirem enxergar o preconceito e a discriminação existentes. O Brasil passou décadas vendendo ao mundo que em nossa sociedade não existia racismo, que os negros tinham participação efetiva na sociedade, na cultura e na arte, o que na realidade não ocorria se levássemos em consideração a proporção populacional, pois numa sociedade de milhões de pessoas, o espaço reservado aos negros era ínfimo, tanto em termos sociais quanto políticos e culturais (MUNANGA, 2006). Por isso, de acordo com Fonseca (in SOUZA, 2006, p. 13) “essas discussões são importantes para que possamos compreender os mecanismos de exclusão legitimados pela sociedade”.

Segundo a crítica literária Florentina da Silva Souza (2006, p. 38),

[...] os arquivos institucionais da literatura brasileira, mesmo quando interessados no tema do negro enquanto objeto de suas análises e discussões, quase não registram, ou registram de modo superficial, a existência de uma produção textual de dicção negra, que permanece à margem do circuito editorial e restrita a círculos de militantes.

O preconceito contra a produção da arte negra no Brasil atingiu, por séculos, a proliferação da cultura desse povo, mas não impediu que a resistência negra produzisse e disseminasse entre si seus feitos, por consequência a literatura negra geralmente era acolhida entre os próprios negros durante o período pré e pós-abolicionista, seja porque as palavras expressas na poesia e/ou conto criavam uma espécie de identidade ou simplesmente porque aquela literatura manifestava a voz do povo, ou seja, aquilo que o leitor negro queria expressar ao mundo.

Ainda segundo Souza (2006, p. 64), existe na cabeça dos autores negros “um desejo pedagógico de contribuir para que outros afro-brasileiros despertem a atenção para necessidade de lutar contra o racismo e a discriminação”, sendo assim, esta literatura deixa de ser simples texto e passa a ser a representação

histórica de um povo; o objeto de resistência que dissemina entre os leitores a sensibilização da luta pelo reconhecimento social, político e cultural.

Nessa perspectiva, o crítico literário Mário Augusto Medeiros da Silva (2011), em sua tese de doutorado, analisou uma série de produção de escritores que se auto-identificam negros na literatura brasileira, partindo da ideia de uma literatura marginalizada e/ou periférica. Para ele, a análise desses autores e suas obras permite compreender o complexo da trajetória do ativismo político-cultural do povo negro brasileiro, além de compreender a sociologia e a antropologia brasileira no que se refere à identidade e à multiculturalidade. Portanto, entende-se que a literatura negra ajuda-nos a perceber aspectos importantes da desigualdade social no Brasil contemporâneo, sendo sua análise e crítica de vital importância para a historiografia brasileira.

A problemática enfrentada por Silva (2011) em seu texto é semelhante ao que outros pesquisadores vêm enfrentando quando tenta-se definir o que seria a literatura negra ou periférica. Segundo este pesquisador, “literatura negra é aquela escrita por um autor auto-referenciado ou identificado; ou, ainda, um eulirico narrador que se queira negro, mesmo valendo para a questão marginal ou periférica” (SILVA, 2011, p. 19-20), o que corrobora para nosso entendimento de que o autor negro é aquele que se identifica como pertencente a esta literatura, mas literatura negra é aquela que trata de problemas e aspectos relacionados aos negros, ou seja, é possível um autor ser negro, identificar-se como tal, mas não escrever literatura negra.

Silva (2011) percebe que o tema da literatura negra está sendo discutido no Brasil baseado em duas lógicas distintas, que muitas vezes não evidenciam a verdadeira amplitude dessa literatura. De um lado os trabalhos demonstram estereótipos dos personagens negros e de outro a forma poética ao qual o texto foi escrito e o “ser-negro-no-mundo”. O que se percebe nesses dois métodos de análise do trabalho da literatura negra é que muitas vezes eles podem viciar a análise do pesquisador, fazendo-o analisar temas e elementos literários sem abrir espaço para o que eles representam para comunidade negra no Brasil.

O mesmo autor compreende, analisando a obra do sociólogo Roger Bastide⁵, que entre as décadas de 1940 e 1980,

A consciência ideológica de uma produção poética específica dependeria tanto de uma lembrança do passado e *da quantidade de sangue existente nas veias do escritor*, como simultaneamente das condições brasileiras das relações sociais racializadas – regradas por um estatuto imaginário de mestiçagem (SILVA, 2011, p. 27).

A partir desta passagem é possível entender que a literatura negra estava, até a década de 1980, intimamente ligada ao autor e suas experiências com o passado e a memória, o que fazia com que sua literatura se tornasse a voz de um povo que lutava pela “integração social”, ou seja, revelando problemas raciais latentes de uma população mestiça que acreditava haver uma democracia racial baseada em artigos e publicações da época. Nesse sentido, para Bernd (apud SILVA, 2011, p. 44), “a literatura negra brasileira em sua busca por uma nova dicção, revela-se como o lugar privilegiado de uma luta pela construção de uma identidade negra, ao qual chamamos de negritude”.

O pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2008) entende que a literatura negra está pautada em um círculo que gira em torno de cinco conceitos básicos, aos quais ele define como: temática, público, autoria, linguagem e ponto de vista.

A partir destes elementos percebemos que nem todos os negros escrevem de fato literatura negra, pois esta prática necessita do entendimento de pertencimento do autor, ou seja, a partir da sua **temática** é possível verificar que sua literatura está direcionada para causa literária negra. A temática negra geralmente está presente dentro do texto, seja falando em cultura, em política, em história e/ou geografia e/ou sociologia negra. A partir da temática é possível identificar os elementos subsequentes do conceito de Duarte.

A **autoria** é a identificação do autor, ou seja, o momento em que ele se apresenta como pertencente a uma literatura negra mesmo sem expressar diretamente, pois o texto fala por si. A autoria seria então a identificação física do texto, quando a identidade do autor é relacionada ao texto que escreve. Entende-se,

⁵ Roger Bastide (1898-1974) foi um sociólogo francês que chegou ao Brasil em 1938 para lecionar no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), ocupando a cátedra de Sociologia I. Permaneceu no Brasil até 1984 quando retornou para França. Desenvolveu ações na Sociologia, Antropologia Cultural, Psicologia Social, Psicanálise, Filosofia, Moral, Literatura e Artes.

dessa forma, que a partir do conhecimento da autoria, o historiador consegue fazer conexões importantes para pesquisa dos significados simbólicos da literatura analisada.

O **ponto de vista** é outro elemento de extrema importância para a pesquisa de um historiador, pois é a partir dela que o pesquisador concentra seus dados dentro de uma temática/autoria negra. O ponto de vista literário é a forma como aquele autor enxerga sua literatura e sua representatividade, ou seja, a forma como ele relata o fato escolhido na temática faz com que percebamos que aquela literatura não é apenas de um negro, mas também de uma literatura negra, escrita com todos os significados que ela garante. O ponto de vista também permite perceber se o autor se define enquanto “negro” ou “afro-brasileiro”, fazendo com que enxerguemos seu modo de visualizar esta discussão no cenário sócio-político.

A **linguagem** é algo inerente na literatura negra, pois geralmente trás elementos da cultura negra, seja com sonoridades, ritmos, expressões da linguagem africana etc. (ver terceiro capítulo). Portanto, quando se lê um texto da literatura negra geralmente nos deparamos com uma linguagem específica, onde é possível identificar, inclusive, o lugar social do autor e a temática por ele trabalhada.

Por fim, o **público**, que talvez seja o grande norte de quem escreve literatura negra e de quem publica, pois, como dito anteriormente, a literatura negra não é individual, ela é coletiva, ela tem um destino certo, que seriam o público negro e as pessoas que buscam compreender a história da nossa nação vista por outra ótica e os problemas dela decorrentes. O público da literatura negra pode ser visto como a minoria leitora da população brasileira, uma vez que o hábito da leitura geralmente é visto nas escolas e os negros nas décadas de 1970-1980 eram a maioria da população analfabeta do Brasil.

Os cinco elementos conceituados por Duarte nos ajudam a analisar nosso objeto de maneira mais ampla, uma vez que a partir deles é possível observar as entrelinhas dos contos escritos pelos autores negros dos Cadernos Negros, seus objetivos a partir da literatura, o ponto de vista de um movimento social (ver segundo capítulo), a temática do texto, a linguagem utilizada e, principalmente, o público ao qual ele se destinava.

Sabe-se, no entanto, que toda literatura tem seu público, mas a literatura negra necessita ainda mais especificar seu espaço social, pois para estes autores o texto escrito não é apenas literatura, mas sim a representação social de uma cultura,

ou seja, de um grupo étnico tido durante muitos séculos como uma comunidade marginal que vive as margens da sociedade.

Nessa perspectiva, de acordo com Bernd (2011, p. 22),

[...] a chamada literatura afro-brasileira ou negra, na preferência de grande número de poetas, é negra porque exprime a experiência comum de opressão e de preconceitos sofridos por um grupo que anseia por exprimir plenamente sua subjetividade.

Estes paradigmas presentes no conceito de literatura negra nos fazem refletir sobre a história e os autores da teoria e metodologia da história, discutidos no primeiro tópico deste capítulo, pois se para o historiador a fonte seria o grande aliado para definir o método, trabalhar com literatura negra em um período de grande efervescência política e cultural é trazer a tona diversos elementos sociais que nos ajudam a perceber o germe das conquistas políticas do Movimento Negro Brasileiro na atualidade, como a inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e História da África tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, através da Lei 10.639/2003 e as diretrizes e parâmetros curriculares delas decorrentes.

O protagonismo exercido por estes poetas, contistas e romancistas aliado ao grande movimento social estabelece elementos latentes para uma história que vai além da ficção, pois os poemas, contos e romances demonstram profundo conhecimento de mundo e a interpretação social dos acontecimentos históricos de sua época. Além disso, a literatura negra nos permite olhar para o passado de maneira diferente, procurando entender como e por que este movimento iniciou e qual seu impacto num mundo onde o preconceito e a discriminação estavam tão latentes na sociedade.

Proença Filho (1997) nos ajuda a compreender um pouco a trajetória da literatura negra no Brasil. Ele percebe que, inicialmente, o negro era tratado como objeto na literatura nacional, até mesmo quando atingia o status de protagonista nas tramas ficcionais, e isto representa como era exercido o papel social dos agentes que formavam nossa nação. Segundo ele, “o exercício da literatura associa-se também em sentido amplo, aos movimentos de afirmação do negro, a partir de uma tomada de consciência de sua situação social” (PROENÇA FILHO, 1997, p. 186).

Sendo assim, a literatura negra está pautada em paradigmas que fazem dela uma literatura diferente das demais, pois ela dá ao leitor muito mais que histórias, ela representa a visão do autor para com os problemas e os anseios de um povo que o cerca cotidianamente. Entretanto, “é preciso ter sempre em mente que a arte literária compromissada precisa ser arte literária antes de ser compromissada, sob pena de descaracterizar-se e perder seu poder de repercussão mobilizadora” (PROENÇA FILHO, 1997, p. 187).

Nessa perspectiva, o autor da literatura negra ao escrever seu texto necessita ter a noção exata entre a arte literária e a mobilização político-social e cultural que seu texto poderá causar ao leitor, pois sua escrita muitas vezes é capaz de sensibilizar o leitor para que ele busque caminhos que o façam compreender a importância da luta pela cidadania e pelos direitos sociais e culturais.

Portanto, a literatura, assim como a história, é capaz de descrever fatos sociais e expressar para sociedade a visão do enunciador, que por sua vez poderá transformar um dado em uma narrativa compreensiva ao leitor. Espera-se, neste sentido, que ao se ler um texto de literatura seja possível criar uma imagem através das palavras, fazendo com que o enredo se torne um elemento vivo. Por outro lado, a história é capaz apresentar caminhos para que o leitor perceba a mudança no tempo, ou seja, capaz de transformar um determinado fato histórico em uma narrativa plausível.

A história e a literatura, como visto anteriormente, têm diversos elementos de contrastes e de aproximações, mas a literatura negra brasileira consegue diminuir ainda mais estes contrastes, uma vez que sua leitura faz com que enxerguemos aspectos da realidade do período. Nesse sentido, para Silva (2011, p. 50), a “literatura nunca esteve separada de integração, orientação e controle social do grupo negro”, sendo assim, ela representa muito mais que histórias, ela faz com que consigamos compreender o momento histórico da luta de um movimento que buscava cidadania através da arte.

Tanto Imprensa, quanto Literatura e Teatro de negros brasileiros, desde seu surgimento e ao longo do século XX devem ser observados como produções de caráter marginal. Marginalidade compreendida como participação desigual e subalternizada no sistema social e literário, em sua forma produtiva (no que tange os recursos), distributiva (enquanto acesso ao público) e de consumo

(referente à recepção) dessas manifestações em seus respectivos sistemas culturais de atuação (SILVA, 2011, p. 51).

Portanto, percebe-se ao longo da nossa pesquisa que literatura negra é uma expressão artística e cultural criada e vivenciada por homens e mulheres negros (as) que quiseram expor ao mundo seus sentimentos, anseios e desejos, criando uma arte literária única com base nas próprias histórias ou em contos dos seus antepassados. Dessa forma, esta literatura merece um destaque no cânone literário brasileiro e seus autores merecem a devida legitimidade, uma vez que fazem parte do grupo de poetas, contistas e romancistas que utilizam a arte literária para escrever sobre o mundo, interpretando e representando a sociedade brasileira nos mais diversos aspectos: culturais, políticos, sociais, ideológicos etc.

Burke (2011, p. 26) entende que “é necessário ler os documentos nas entrelinhas”, ou seja, além de ler o texto tal qual ele nos foi apresentado, é necessário compreendê-lo no tempo e espaço para que o mesmo faça sentido historicamente. Portanto, a literatura negra é um desses elementos que é preciso ter um olhar mais aprofundado na historiografia, pois sua confecção e distribuição nos permitem compreender a sociedade, seja no aspecto político, social ou cultural. Não é coincidência ocorrer o *boom* da literatura negra no final da década de 1970 no Brasil, assim como a explosão dos diversos movimentos sociais daquele período, como veremos nos capítulos subsequentes.

– CAPÍTULO II –

MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO SÓCIO-POLÍTICO: A LUTA PELA CIDADANIA NO BRASIL

Independentemente de qualquer valorização qualitativa de produção veiculada, o que fica para a história da literatura brasileira é uma obra que dá testemunho incomparável do modo negro brasileiro de ler/perceber/escrever o mundo (CN, 1987, p. 09).

A frase escrita pelo contista Jônatas Conceição da Silva na abertura do 10º volume dos Cadernos Negros esclarece bem o ideal dos autores deste periódico na conjuntura político-social ao qual estavam inseridos, uma vez que exemplifica o modo do escritor negro de enxergar a literatura brasileira. No capítulo anterior vimos a relação da literatura com a história, discutimos paradigmas relevantes sobre a literatura negra e percebemos que a operação historiográfica assim como a escrita literária utilizam meios parecidos (a escrita) para falar com a sociedade e expressar o homem no tempo e no espaço.

Esta relação (história x literatura) fez nascer a ideia de escrever uma dissertação trabalhando o periódico Cadernos Negros não como exclusividade da literatura brasileira, mas como reflexo de uma sociedade que passava por transformações relevantes na política, na cultura e no modo de enxergar a democracia e a cidadania.

Durante mais de duas décadas o Brasil esteve refém de um regime nefasto que contribuiu para gerar a nossa maior cicatriz sócio-política do século XX, trata-se do período compreendido entre 1964 e 1985 ou popularmente conhecido como Ditadura Militar. Compreender a atuação dos movimentos socioculturais neste período só é possível após uma breve explanação sobre o regime militar brasileiro, pois muitos dos atos e alianças se formaram a partir dessa conjuntura política ao qual o povo brasileiro conviveu por longos vinte e um anos.

O início da década de 1960 pode-se considerar de grande efervescência dos movimentos populares no Brasil, através de grandes expressões culturais nas áreas de música, literatura, teatro, além de experiências positivas na educação de base, sindicalização trabalhista e crescimento dos movimentos sociais urbanos e rurais.

Entretanto, no meio político a situação estava ficando cada vez mais difícil devido à crise gerada a partir do curto governo de Jânio Quadros e a dificuldade do vice-presidente, João Goulart, assumir o posto (BANDEIRA, 2010).

Quando Jânio Quadros renunciou o cargo, o vice-presidente encontrava-se na China, país com ideologia política comunista, o que fez com que houvesse uma grande resistência entre os políticos brasileiros para que o vice-presidente em exercício, João Goulart, não assumisse seu mandato, mas após várias negociações entre a situação e a oposição, o presidente conseguiu tomar posse definitivamente em 1963 (BANDEIRA, 2010).

Durante o governo de João Goulart, além do enfrentamento da oposição, economicamente o Brasil estava passando por graves inflações, o que influenciava a mídia a ir de encontro aos atos praticados pelo governo, publicando matérias, charges e críticas que afetaram ainda mais a imagem do presidente perante a população brasileira e a burguesia da época. O jornal Tribuna da Imprensa do Rio de Janeiro de 31 de Agosto de 1961, por exemplo, publicou uma nota conjunta dos três ministros militares sobre a posse do presidente. De acordo com a publicação,

[...] na presidência da república, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil (GOMES & FERREIRA, 2007, p. 137).

A situação se complicou ainda mais quando no dia 13 de Março de 1964, João Goulart discursou no Rio de Janeiro, assistido por um público de sindicalistas, organizações sociais, trabalhadores da cidade e do campo, servidores públicos civis e militares, estudantes e diversas entidades populares nacionais. Neste discurso, o então presidente assumiu o compromisso de fazer a reforma de base, a reforma agrária, a nacionalização de empresas em vários setores, dentre outras propostas que fizeram com que a oposição – entre elas a igreja, a mídia e a burguesia industrial brasileira – se manifestasse contra o presidente e armasse definitivamente o que ficou conhecido entre os militares como “contrarrevolução”, em referência a revolução comunista que diziam estar ocorrendo no governo Goulart. O golpe foi efetivado na madrugada do dia 31 de março e 1º de abril do mesmo ano, fazendo

com que o então presidente João Goulart fosse expulso do posto e obrigado a se exilar no Uruguai.

Nesse contexto, instalou-se no Brasil os primeiros governos militares com o objetivo de acalmar a crise financeira e instaurar a ordem e o crescimento nacional. É importante destacar que após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) diversos militares brasileiros fizeram intercâmbio nos Estados Unidos da América e voltaram com o ideais nacionalistas de pátria e formação política, com ideais de direita e a visão de salvaguardar a nação, influenciados pela conjuntura da Guerra Fria. Alguns desses militares assumiram a república federativa brasileira durante o tempo em que a ditadura vigorou e contribuíram para que a liberdade e a democracia retrocedessem em nosso país.

No dia 15 de abril de 1964 o primeiro presidente militar assumiu o poder, trata-se do General Humberto de Alencar Castello Branco, a partir dele iniciou o primeiro dos dezessete Atos Institucionais (AI) que atribuía diversos tipos de prerrogativas para que a presidência da república pudesse comandar o país sem a intervenção da oposição política.

O AI-1, por exemplo, acabou com a eleição direta para presidente da república, além de atribuir ao comandante geral da nação os poderes de fechar o Congresso Nacional, decretar Estado de Sítio, impor investigação aos funcionários públicos contratados ou eleitos, suspender os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos, dentre outras prerrogativas (ARNS, 1985).

Entretanto, o ato mais violento para com a liberdade, a democracia e o direito à cidadania foi o AI-5, instituído no governo Costa e Silva e executado mais fortemente pelo governo do General Garrastazu Médici (terceiro presidente militar em exercício). Este ato suspendeu o direito do *habeas corpus*, autorizava a tortura e a violência física contra os opositores do regime e tirava a liberdade artística e de imprensa, fazendo com que todas as produções culturais e jornalísticas passassem pela censura antes de serem autorizadas à distribuição (ARNS, 1985).

A partir da execução do AI-5, dezenas de intelectuais e artistas foram presos pelo regime, torturados e exilados. Artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda, dentre outros, foram rechaçados e impedidos de divulgarem seus trabalhos em âmbito nacional, regional e local. Além deles, jornalistas, escritores e críticos ao governo foram duramente afetados, tendo seus trabalhos censurados, seus empregos retirados e sua liberdade extraída do seio da sociedade.

O exército passou a dominar boa parte dos meios de comunicação (televisão, rádio e jornais), fechando postos de trabalho, prendendo cidadãos à revelia, impedindo as manifestações de rua etc.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2008, p. 163-164),

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sobre constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado.

Para controlar essa repressão, o governo militar criou diversos órgãos como a Secretaria Nacional de Informação (SNI), o Centro de Informações do Exterior (CIEX), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Operações da Aeronáutica (CISA) e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Estes órgãos contribuíram para que a experiência militar no poder ocorresse de forma violenta e repressiva, no entanto, não impediu que grupos sociais se unissem contra o regime, uma vez que a população contrária à ocupação militar encontrou meios de agir e conquistar espaços para discutir e construir modelos de sociedade mais justas e igualitárias, como ocorreu durante o segundo semestre de 1968⁶. Embora com restrições, os grupos se fortaleceram ao longo dos anos de repressão e procuraram divulgar seus ideais em praças públicas, jornais, expressões culturais como a música, o teatro e a literatura, dentre outros meios.

Este capítulo pretende discutir quais movimentos sociais estiveram presentes na sociedade durante o período de 1978 e 1988, que compreendeu do final da ditadura militar até a redemocratização e a instauração da VIII Constituição Federativa do Brasil – popularmente conhecida como a “Constituição Cidadã” –;

⁶ Inspirados no maio de 1968 ocorrido na França, onde milhares de pessoas saíram às ruas de Paris com cartazes e slogans anti-autoritaristas, estudantes brasileiros protestaram contra a ditadura militar pedindo o fim do regime e a volta da democracia. Músicos como Gilberto Gil e Caetano Veloso eternizaram o período com canções como “é proibido proibir”, apresentada no Festival Internacional de Canção da Rede Globo. Além disso, nos Estados Unidos ocorreram diversos protestos devido à morte do militante negro Martin Luther King, morto em abril de 1968 baleado na varanda do Hotel Lorraine, no distrito de Memphis.

como eles se organizavam e quais seus objetivos. Além disso, pretende-se analisar, a partir dos dados do Movimento Negro Unificado (MNU), como foi a luta da população negra da época, quais seus objetivos e quais os meios utilizados para conquistar espaços na sociedade. Por fim, almeja-se analisar a criação do Quilombhoje e dos Cadernos Negros nesta conjuntura de um Brasil refém da Ditadura Militar e de uma sociedade preconceituosa para com a arte e a cultura negra.

Para tanto, utilizaremos os autores José Murilo de Carvalho (2008), Maria da Glória Gohn (2008a e 2008b), Petrônio Domingues (2007), Florentina da Silva Souza (2006), Maria Nazaré de Lima (2006), Domício Proença Filho (1997), dentre outros, uma vez que eles nos auxiliam a pensar a conjuntura política e cultural do Brasil, além de trazer contribuições na área dos movimentos sociais, movimento negro e literatura negra brasileira. Espera-se ao fim deste capítulo criar subsídios para compreender a importância da produção dos Cadernos Negros durante o período destacado.

2.1. Movimentos Sociais no Brasil: A luta por espaço na sociedade

Como vimos anteriormente, o Brasil viveu entre 1964 e 1985 um período de forte repressão no cenário político e social, tendo inclusive direitos civis sendo retirados da população, direitos políticos sendo rechaçados e manifestações populares sendo abafadas a base de prisões e torturas em todo território nacional. Durante este período, tivemos cinco militares que estiveram à frente da presidência da república, sendo, respectivamente, o General Camilo Castello Brando (1964-1967), o Marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969), o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o General Ernesto Geisel (1974-1979) e o General João Batista Figueiredo (1979-1985).

Entretanto, trataremos nesta dissertação o período que compreendeu a chamada abertura política do governo, iniciada no governo Geisel e encerrada no governo Figueiredo. Durante estes dois últimos governos, diversos grupos sociais voltaram a lutar em busca de seus direitos e passaram a reconquistar espaços antes perdidos na sociedade brasileira, fazendo surgir personagens importantes na política, aos quais contribuíram decisivamente para redemocratização política nacional.

A historiografia do período demonstra que antes de o governo Geisel iniciar, o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”, que de certa forma camuflou a visão da população quanto aos atos intransigentes do governo, uma vez que o emprego estava crescendo, a indústria contratando, a construção civil dando um salto e a inflação sendo momentaneamente controlada (CARVALHO, 2008).

Não obstante, segundo Carvalho (2008, p. 168), “o sentido de milagre econômico foi posteriormente desmistificado por análises de especialistas que mostraram seus pontos negativos”, como, por exemplo, a comprovação de que a desigualdade social cresceu drasticamente neste período, ou seja, a concentração de riqueza foi estabelecida muito mais para os ricos do que para os pobres.

Após a segunda grande crise do petróleo, ocorrida em 1973, através da elevação do preço do produto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em mais de 400%, o cenário econômico mudou e o desemprego voltou a subir, fazendo com que o Brasil, assim como a América Latina, entrasse numa grave crise econômica que fez diminuir as transações do mercado e, conseqüentemente, fez surgir dúvidas sobre a sustentabilidade do governo no restabelecimento da economia.

Nesta conjuntura, em 1974 o então presidente Geisel assumiu a presidência com o objetivo de fazer uma abertura política “lenta, gradual e segura”, apesar de muitos militares da chamada “linha dura” ainda estarem seguros quanto à continuidade do governo militar frente ao “perigo” de uma ditadura comunista no país. Nessa perspectiva, algumas medidas foram tomadas pelo General Geisel, entretanto, o grande feito desse governo foi acabar com o AI-5, diminuir as restrições à propaganda eleitoral, restaurar o *habeas corpus* e dar fim à censura prévia, o que permitiu que grupos sindicalistas e movimentos sociais começassem a reaparecer e a mídia (televisão, rádios e jornais) tivesse maior liberdade quanto às escolhas jornalísticas, iniciando gradativamente o retorno da democracia brasileira. Nesse sentido, de acordo com Carvalho (2008, p. 173), “a oposição aproveitou com inteligência o espaço que se abria e contribuiu decisivamente para levar a bom êxito a empreitada”.

Após o governo Geisel, assumiu a presidência o último comandante militar, na figura do General João Batista Figueiredo, fazendo com que a abertura política fosse levada ainda mais adiante e contribuindo para que a população brasileira voltasse a

sonhar com a redemocratização política-institucional, perdida desde o início do regime militar.

Dentre os feitos desse governo podemos citar o restabelecimento do pluripartidarismo⁷, a aprovação da Lei de Anistia – o que fez com que os exilados políticos pudessem retornar ao Brasil sem sofrer perseguição por parte do governo – , o retorno das eleições diretas para governadores de Estado, o início da discussão sobre o fim dos governos militares e a devolução do comando do governo aos civis. Todavia, alguns militares da linha dura intensificaram o ataque aos opositores do governo, seja enviando cartas-bomba à imprensa e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seja orquestrando ataques em praças públicas, culpando a oposição de organizar atos terroristas (CARVALHO, 2008).

Esta abertura política fez com que o partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se dividisse em outros partidos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além do Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Isso ocorreu uma vez que dentro do MDB não existia o mesmo ideal político, fazendo com que os próprios representantes partidários entrassem em discussão quanto às formas de oposição ao governo militar. Após o período da Ditadura Militar outros partidos foram formados, fazendo com que as eleições de 1989 tivessem um grande número de partidos e ideais totalmente diferentes.

Além da dissidência dos partidos, esta abertura do governo militar abriu espaço para que os movimentos sociais ganhassem força e lutassem para que seus ideais fossem ouvidos no Congresso Nacional e no Executivo Federal. Talvez o maior desses movimentos tenha surgido através da luta pelas eleições diretas para presidência, que reuniu o maior número de manifestantes da história do Brasil até aquele momento.

Segundo Carvalho (2008, p. 192-193),

O movimento pelas eleições diretas em 1984 foi o ponto culminante de um movimento de mobilização política de dimensões inéditas na história do país. Pode-se dizer que o movimento pelas diretas serviu

⁷ É importante destacar que desde o AI-2, editado em 1964, o Brasil extinguiu os partidos, deixando apenas a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) com políticos aliados ao governo, chamados de situação, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) com os políticos que faziam oposição ao governo.

de aprendizado para a campanha posterior em favor do impedimento de Fernando Collor, outra importante demonstração de iniciativa cidadã.

Não obstante, para chegar neste grande passo na consciência política e social da população brasileira, outros movimentos sociais foram ganhando força ao longo do período militar, e mesmo sem poderem exercer livremente sua luta a favor da democracia, fizeram nascer um espírito de resistência, ou seja, tiveram a coragem de enfrentar o governo mesmo sendo, muitas vezes, presos, torturados e exilados do país.

A socióloga Maria da Glória Gohn (2008b, p. 251) entende o conceito de Movimentos Sociais como sendo

[...] ações sociopolíticas construídas por atores e camadas coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (...). As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaço coletivos não-institucionalizados.

Portanto, a partir deste conceito iremos elencar alguns movimentos sociais surgidos durante este período e catalogados pela referida socióloga, apontando que durante a Ditadura Militar os movimentos sociais não só estiveram vivos, mas presentes na sociedade e atuantes em diversos setores – seja através de movimentos de rua ou movimentos de classes. O cenário sociopolítico do regime militar talvez tenha sido de maior efervescência na história da República Brasileira, uma vez que transformou a maneira de enfrentar o governo e conquistar espaço na política e na sociedade.

De acordo com Gohn (2008a, p. 103), “a despeito do grande controle social e político, das prisões, torturas e perseguições, ocorreram várias lutas de resistências e movimentos de protestos no país”. O Movimento Estudantil foi sem dúvida o primeiro grande meio pelo qual a sociedade, através dos jovens, iniciou a disputa frente-a-frente com o Governo Militar, uma vez que eles foram às ruas após o golpe

protestar contra o novo regime e, por isso, sofreram diversas represálias do governo, tendo sido inclusive postos na ilegalidade nos anos mais difíceis da ditadura.

Apesar da repressão, outros pequenos movimentos descentralizados enfrentaram a ditadura e procuraram visibilidade nos anos de chumbo, como, por exemplo, os Movimentos Grevistas Operários de Osasco e a Guerrilha do Araguaia (1967), o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (1968), o Movimento do Custo de Vida (1972), que se transformou em um grande movimento de caráter nacional, ao qual reuniu representantes de quase todos os estados, chegando a elaborar um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas exigindo do governo o congelamento de gêneros alimentícios, uma vez que a inflação estava crescente devido à crise econômica ao qual o Brasil se encontrava.

Durante o período dos generais Geisel e Figueiredo, no entanto, passou a haver “um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da imprescindibilidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política” (GOHN, 2008a, p. 114). Neste interim começaram a surgir os primeiros Movimentos pela Redemocratização do País (1975), o lançamento de vários movimentos, como, por exemplo, o Movimento Feminista (1975) e a Comissão Pastoral da Terra (1975), o Movimento pela Anistia e o Movimento Sindical (1976), a ressurreição do Movimento Estudantil (1977), as grandes Greves Nacionais e a criação do Movimento Negro Unificado (1978) e suas diversas ramificações, o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento das Favelas (1979), o Protesto Indígena (1980) e o Movimento Assembleia do Povo (1981).

Após este período, surgiu de acordo com Gohn, a época da negociação e a era dos direitos, iniciado em 1982 e encerrado em 1995. Para a autora,

[...] esta fase corresponde a um período de intensa movimentação social, dado pelas características da conjuntura política e bastante ampliado pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do país e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação (GOHN, 2008a, p. 125).

Movimentos como a criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) e a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)

em 1982; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Movimento das Diretas Já e o Movimento dos Assentamentos Rurais (1984), fizeram com que a sociedade enxergasse seu papel político enquanto cidadãos de forma diferente, pois fez surgir a noção de que era possível modificar a estrutura governamental, social e cultural através de pequenos atos civis, passeatas, greves e levantes populares.

Para Gohn (2008b, p. 251), consideram-se esses movimentos sociais como “expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independentemente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correção de força social”. Sendo assim, partindo dos ideais políticos e sociais existentes na população durante o período militar, pode-se considerar que esses grupos se formaram com ideais específicos, ou seja, tinham objetivos e metas a cumprir dentro de um contexto socialmente propício e com estruturas de oportunidades conquistadas a partir da abertura política do governo.

Esses movimentos conseguiram, mesmo que de forma descentralizada, afetar a máquina pública e demonstrar aos diversos setores sociais que era possível combater a violência do regime militar através da união e dos pequenos atos cívicos em praças públicas, indústrias ou universidades.

Como bem preceituou Gohn (2008a, p. 152), “trata-se de coletivos que no processo da ação sócio-política desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos”. O Movimento de Anistia e o Movimento Sindical, por exemplo, representaram a força de grupos que, mesmo acorrentados pelo sistema, procuraram estabelecer suas pautas sócio-políticas e serem vistos pelo regime.

Os “anos de chumbo” fizeram surgir personagens capazes de enfrentar o poder com ideologias coletivas, muitas vezes silenciosas, utilizando a arte e o talento para protestar diante das diversas perseguições que estavam sofrendo. Dessa forma, através da música, da literatura, da imprensa ou do interdiscurso, os opositores ao governo procuraram demonstrar que o sonho do retorno da democracia ainda permanecia vivo na sociedade.

Por isso, a partir da abertura apresentada pelo governo, esses personagens puderam aparecer com maior dimensão para o grande público. Atos de violência do regime passaram a ser notícia nos jornais de grande circulação, pessoas puderam retornar ao Brasil após anos de exílio forçado e autoexílio no exterior. Enfim,

movimentos sociais puderam exercer seus direitos e lutarem para transformar o Brasil numa sociedade democrática e politicamente ativa.

O Movimento pelas Diretas Já talvez não tenha conseguido seu principal objetivo na época, uma vez que a eleição presidencial de 1986 tivera sido aprovada indiretamente pelos congressistas, mas abriram os olhos dos governantes do período, demonstrando que o povo não aceitava mais ser deixado de lado nas decisões sobre o futuro da nação. De acordo com Carvalho (2008, p. 188), “a campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país [até aquele momento], se medida pelo número de pessoas que nas maiores cidades saíram às ruas” sem auxílio de internet ou rede social para divulgação [GRIFO NOSSO]. Os movimentos sociais durante este período foram a principal maneira da população ter participação política, por isso eles foram importantíssimos na construção da atual constituição nacional, sendo responsáveis por enviar propostas ao Congresso Nacional.

A Constituição de 1988 não apenas comemorava o centenário da abolição no Brasil, mas dava voz à boa parte da população que não teve espaço nos últimos 99 anos de república federativa brasileira. Os atos de abertura do governo Figueiredo apenas confirmavam o que boa parte dos militares já sabia, pois o governo não conseguia mais sustentar seu poder diante dos escândalos que estavam sendo diariamente noticiados pelos jornais e vistos pela população. O milagre econômico vedou por um tempo as barbáries praticadas frente aos direitos políticos e civis, mas não conseguiram apagar os movimentos sociais, pois eles, mesmo descentralizados, lutavam para que a sociedade conseguisse exercer plenamente seus direitos.

De acordo com Gohn (2008a, p. 114), a luta pela redemocratização:

[...] corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias.

As urnas já demonstravam que o governo militar já não poderia continuar praticando desmandos contra a população, uma vez que a oposição cresceu

drasticamente no Congresso Nacional durante os últimos anos do regime, então passou-se a perceber que era importante negociar com os novos opositores que chegavam à Brasília cada vez com mais força política. Os movimentos sociais aos poucos foram tomando conta das pautas do Congresso Nacional com reivindicações que iam desde o movimento feminista até as lutas das pastorais da terra e as leis trabalhistas da época (CARVALHO, 2008).

As greves passaram a ser cada vez mais frequentes nas grandes indústrias e a burguesia já não conseguia controlar seus funcionários, pois a crise aumentava de proporção a cada ato de resistência da população. As favelas passaram a protestar, reivindicando água, luz, melhorias na urbanização e a posse de suas terras. A mídia passou a acompanhar de perto os atos do governo, o que fez com que a população ficasse mais informada sobre o cotidiano da política nacional.

Sendo assim, percebe-se que os participantes dos movimentos sociais não queriam mais ficar esperando o governo resolver seus problemas através de Atos Institucionais ou Reformas Sociais pouco expressivas diante da necessidade da população. Por isso, o início dos anos 1980 até a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil viveu o maior índice de grupos que se formaram e se fortaleceram neste processo de forma legítima e plural.

Durante o processo da constituinte, os movimentos sociais conseguiram espaço nunca antes visto na política nacional, pois passaram a opinar sobre o futuro da nação e construir democraticamente a nova constituição. De acordo com Gohn (2008a, p. 141), “a nova Carta introduziu vários dispositivos na área dos direitos sociais, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular”.

Portanto, percebe-se que a participação popular nesta nova constituição foi de extrema importância para que a sociedade pudesse engatinhar os primeiros passos rumo à cidadania. Muitos cientistas políticos apontam esta carta magna como uma das mais democráticas do Planeta, uma vez que diversos setores da sociedade civil foram ouvidos e respeitados no processo de elaboração, uns com mais força e outros com menos força.

Para Carvalho (2008, p. 184-185), “esses movimentos representaram o despertar da consciência de direitos e serviram para o treinamento de liberdade política”, ou seja, a partir dos movimentos sociais diversos coletivos puderam reivindicar por uma cidadania que levasse em consideração os diversos aspectos sociais, políticos e culturais. Dessa maneira, foram capazes de contribuir para que a

sociedade estivesse presente desde a promulgação da constituição até a execução da lei, uma vez que o aprendizado daqueles grupos fez com que diversas lutas fossem sendo conquistadas pós-constituição, adicionando direitos antes não explicitados.

O regime militar deixou de vez o governo em 1985, mas a cicatriz de sua passagem ainda persiste até os dias atuais, uma vez que centenas de pessoas perderam a vida lutando contra os desmandos do regime, outras tiveram seus direitos extirpados da sociedade, seus corpos mutilados e sua dignidade destruída frente as torturas físicas e psicológicas aos quais eram submetidos. Atualmente, a Comissão da Verdade tenta esclarecer os fatos daquele período, analisando os documentos deixados pelos militares, mas boa parte dessa documentação continua inacessível para que historiadores e outros pesquisadores possam compreender a dimensão dos “anos de chumbo” instalado pela ditadura nessas duas décadas da segunda metade do século XX.

De certo, os movimentos sociais foram, sem dúvida, o ápice da participação popular durante este período, por isso essa participação persiste até os dias atuais, com campanhas multi-ideológicas, apesar de terem modificado a forma como se organizam devido à revolução tecnológica e os diversos meios de comunicação da contemporaneidade. Entretanto, toda essa facilidade no processo de participação deve-se a luta dos movimentos sociais no período em que protestar significava contravenção, podendo ir preso caso ultrapasse os limites estabelecidos pela ditadura militar.

2.2. A volta do Movimento Negro e a criação do MNU

A historiografia brasileira durante muitas décadas não enxergou a história dos negros após a abolição da escravatura. Os últimos 100 anos da história negra era menos conhecida do que o período relativo ao império e a colônia brasileira, por exemplo. Em 1985, o historiador brasilianista Thomas Skidmore (apud DOMINGUES, 2007, p. 121) percebeu que “não há história geral dos movimentos negros e/ou mulatos no Brasil moderno, fora da época abolicionista. Isto não é surpreendente, já que pouca pesquisa se faz a respeito”.

Entretanto, entre as últimas décadas do século XX e início do século XXI, dezenas de historiadores, antropólogos, educadores, críticos literários e sociólogos passaram a interessar-se em pesquisar e compreender a dinâmica que levou o

negro ao status social ao qual esteve inserido desde o início da república brasileira (pós-abolição) até a contemporaneidade. Por isso, militantes negros passaram a organizar-se entre si para formar um grupo que discutisse os fenômenos da história e cultura negra brasileira, levando para sociedade os problemas que afetavam a população negra e desmistificando a ideia de que não existiam racismo e discriminação no Brasil.

Nessa perspectiva, Domingues (2007, p. 101) entende que Movimento Negro

[...] é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizavam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

A partir deste conceito percebe-se que durante o período que compreendeu a abertura política na ditadura militar – analisado no tópico anterior –, diversos grupos formados por negros passaram a exercer suas atividades, lutando por melhorias e enfrentando a sociedade contra a discriminação racial, social e cultural. Domingues (2007) entende que a história dos movimentos negros no Brasil ocorreu em três grandes fases – a primeira logo após a proclamação da república, em 1889, até o Estado Novo, em 1937; a segunda entre o período pós Era Vargas, em 1945, até a Ditadura Militar, em 1964; e a terceira iniciada em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) até os dias atuais.

Interessa-nos aqui refletir sobre esta terceira fase do movimento negro e perceber qual a participação desses grupos frente ao contexto político-social discutido no tópico anterior. Para Domingues (2007, p. 111), “o grande golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalisão de forças que palmilhava no enfrentamento do preconceito de cor no país”, ainda segundo o autor, “seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Sabe-se que a ideia de democracia racial iniciou no Brasil logo após a proclamação da república, sendo intensificada na década de 1930, onde pesquisas como as de Gilberto Freyre tentavam explicar através de fatos específicos que a convivência do povo negro com a sociedade branca no Brasil era “pacífica”, apesar

da violência simbólica que existia entre as “raças”. Esses pensamentos foram introduzidos na cultura brasileira a ponto de décadas após a percepção de que o racismo é um problema evidente na conjuntura sociocultural brasileira, ainda existiam/existem grupos que pensam o contrário, uma vez que assimilaram/assimilam culturalmente o preconceito.

Portanto, a luta dos negros na década de 1970 ficou ainda mais difícil do ponto de vista sócio-político, uma vez que não conseguiam apoio institucional por parte do governo brasileiro para buscar melhorias necessárias e tentar resolver seus problemas sociais. Não obstante, a partir da efervescência do período, os primeiros grupos começaram a aparecer, como, por exemplo, o Grupo Palmares em 1971, o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em 1972, a criação do Renascença Clube em 1974, a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) em 1976, o Movimento Black Rio em 1977 etc.

Boa parte destes grupos, mesmo de forma descentralizada, tentavam demonstrar um pouco a necessidade de se discutir os problemas do negro na sociedade brasileira, entretanto, o modo como estavam organizados dificultava a ampla disseminação de suas ideias, uma vez que não tinham objetivos definidos quanto o enfrentamento ao regime que vigorava na época, pois existia muita dificuldade em manter estes grupos funcionando nas comunidades.

Nesse sentido, de acordo com Kabenguelê Munanga (2006, p. 128-129),

[...] a luta contra o racismo começa a se dar justamente com a luta do trabalhador contra a exploração capitalista. Novos contornos surgem na relação entre raça e classe social. Os negros começam a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos e que a superação do racismo e da discriminação racial não será alcançada simplesmente com a mudança da situação de classe. É importante somar esforços na luta contra a desigualdade social e racial.

Portanto, entende-se que os movimentos negros – acompanhando o ritmo dos outros movimentos sociais durante a fase final da ditadura militar – ressurgiram com pautas nos fóruns da militância negra, nos congressos contra o racismo e nos pequenos atos sociais contra o preconceito de cor. Não obstante, dois grandes eventos foram cruciais para que o movimento negro da época passasse a compreender que chegara o momento de unificar suas forças e formar um grande

movimento aglutinador, com pautas pré-definidas e que procurasse integrar as diferentes pautas e organizar de forma mais precisa os eventos contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

O primeiro desses eventos de protestos ocorreu no Clube Tietê, em São Paulo, quando um grupo de quatro atletas negros sofreu discriminação racial e foram proibidos de frequentar o local para participar do time de voleibol do Clube de Regatas Tietê. O segundo ocorreu após a morte de Robson Silveira da Luz, um negro operário de 22 anos que foi torturado e assassinado no 44º Distrito de Guaianazes, em São Paulo, vítima do preconceito racial.

Esses dois eventos influenciaram para que grupos como o CECAN, a Associação Cultural do Brasil Jovem e o Movimento Black se juntassem para formar no dia 18 de Junho de 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que posteriormente foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU). A primeira grande ação deste movimento ocorreu no dia 07 de Julho do mês subsequente, através de um protesto em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra os dois atos de racismo supracitados. Este ato também foi retratado através de uma carta aberta lida por mais de 500 pessoas no mesmo dia.

De acordo com a carta:

Hoje estamos nas ruas numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo (MNU, 1988, p. 08).

Dessa maneira, percebe-se que o MNU nasceu através da luta contra a violência física e simbólica percebida pela população negra da cidade de São Paulo, mas também floresceu em outras capitais do país, com representações em praticamente todas as capitais, uma vez que o problema do racismo era generalizado e estava presente na cultura social da população brasileira desde o tempo da escravidão. Por isso, em 1978 marcou o surgimento do maior movimento social do povo negro desde o fim da Frente Negra Brasileira (FNB) na década de

1930. A organização desse movimento deu origem a uma carta de princípios, onde o MNU procurou estabelecer suas frentes de luta.

Imagem 01 - Hamilton Cardoso, militante e jornalista que escreveu reportagem sobre a manifestação do movimento negro contra os atos de violência ocorridos na Cidade de São Paulo.



Fonte: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro>>

Nesta carta, o MNU entendeu que a criação desse grupo era importante, uma vez que era necessário debater assuntos referentes à discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro; às péssimas condições de vida do povo negro; os desempregos e subempregos disponibilizados ao povo negro; às condições sub-humanas de vida nos presídios, ao qual majoritariamente era frequentado por negros; à repressão, perseguição e violência policial contra os negros; à exploração sexual, econômica e social da mulher negra; dentre outras prerrogativas que legitimava a criação do grupo (MNU, 1988).

Por isso, os diversos movimentos se juntaram para lutar pela defesa do povo negro em busca de:

[...] maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação, reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência; liberdade de organização e de expressão do povo negro (MNU, 1988, p. 18).

Estes princípios foram amplamente difundidos e procuraram estabelecer parâmetros da luta negra naquele momento. Entende-se a partir desta carta que a situação do negro no Brasil parecia insustentável, uma vez que restava para os negros o subemprego e os piores locais de moradia, além do problema da valorização da cultura negra, da educação, da saúde e da repressão simbólica ao povo negro. O descaso governamental fez com que a população negra fosse sendo escanteada da sociedade, reprimidos pela cor da pele e pela herança sociocultural advindas do escravismo.

Dessa maneira, o MNU nasceu para tentar acabar com o preconceito racial e lutar para que a história, a cultura e a memória do negro passassem a ser divulgada, ensinada nas escolas, lembradas em datas comemorativas, valorizadas enquanto pertencentes à sociedade brasileira. A cada estudo realizado na época ficava mais evidente que a população negra não tinha espaço social e político, apesar de conter praticamente metade da população brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

A participação dos negros nas diretorias de empresas, chefias e cargos de liderança era estritamente limitada e não condizia com a população negra daquele período, segundo dados levantados pelo MNU a partir do IBGE (MNU, 1988). As mulheres negras não tinham espaço na sociedade e sofriam duplamente preconceito na sociedade, pois pouco existia oportunidades de empregos nas empresas e indústrias, restando para maioria o trabalho doméstico nas casas de famílias.

De acordo com o MNU (1988, p. 24),

Em termos educacionais, o PNAD/76 indica que 46% de negros, mulatos e pardos na categoria de sem instrução e menos de um ano de estudos, decaindo significativamente o contingente da comunidade negra que consegue completar 5 a 8 anos de estudos, chegando a ser insignificante o número de negros e mulatos que completam nove ou mais anos de estudos.

Não obstante, o MNU não estava dissociado das lutas sociais que estavam ocorrendo na América, África e Europa. A historiografia do período aponta que

desde 1968 passaram a ocorrer diversos protestos contra o sistema capitalista e a favor das ideologias de esquerda (como vimos no tópico anterior). As chamadas “minorias” iniciaram um processo de união para que a sociedade e os líderes sensibilizassem com as diversas causas, seja do povo negro, dos homossexuais, das mulheres, das classes trabalhadoras etc.

Em 1982, por exemplo, o MNU criou um plano de ação e combate à discriminação contra as mulheres negras brasileiras. De acordo com este plano, algumas frentes deveriam ser tomadas para garantir a integridade feminina na sociedade brasileira. A primeira dizia respeito à luta pelos direitos sociais das mulheres, ao qual buscava a igualdade política e econômica da mulher negra, além de abarcar também os homossexuais. A segunda frente dizia respeito ao controle de natalidade, uma vez que o movimento lutava para que a mulher negra tivesse direito ao controle do próprio corpo, podendo escolher sobre a sua própria esterilização ou ao aborto gratuito. Por fim, a terceira frente entrou no debate legislativo, fazendo com que o governo aprovasse emendas que garantissem a eliminação das leis que permitiam modelos diferentes de trabalho para homens e mulheres.

Essas lutas intensificaram ainda mais ao longo do período de abertura política e o fim da Ditadura Militar. Percebe-se que neste período o povo negro voltou ao cenário político como protagonista das suas próprias lutas, o que não ocorria desde a década de 1930. Não obstante, entende-se que o método escolhido pelo movimento negro nesta nova fase se diferenciava do exercido pela FNB nos anos trinta, uma vez que o novo movimento negro influenciado pelo Movimento do Maio de 1968 tinha a ideologia de esquerda, enquanto as fases anteriores eram de direita ou de extrema direita.

Domingues (2007) analisa em seu trabalho algumas características importantes que diferenciaram a terceira fase do movimento negro brasileiro às fases anteriores, como, por exemplo, enquanto a primeira fase assumiu um ideal “assimilacionista” de movimento negro e a segunda adotou um ideal “integralizador”, a terceira fase assumiu um ideal “diferencialista”, ou seja, respeitando as diferenças e as diversas identidades postas em pauta naquele período (veremos isso no terceiro capítulo).

Da mesma forma, observando o ponto de vista dos princípios, Domingues (2007) entendeu que a terceira fase assumiu uma característica internacionalista, enquanto que a primeira e a segunda fases adotaram um papel nacionalista. No que

tange à solução para o racismo, as duas primeiras fases invocaram o meio educacional e moral voltado para o capitalismo, enquanto que a terceira fase admitiu o viés político socialista, procurando estimular a participação dos negros no poder.

Além disso, no que se refere aos métodos de luta, a terceira fase optou por fazer manifestações públicas, utilizando a imprensa negra como meio divulgador de suas ações, formando comitês de base e expandindo o movimento nacionalmente. Por fim, em relação à cultura negra, a última fase entendeu que deveria ser através da valorização dos símbolos associados à cultura negra, enquanto que as fases anteriores preferiram o distanciamento de algumas culturas negras (primeira fase) e a ambiguidade diante de alguns símbolos associados aos negros (segunda fase).

Essas características denotam que o novo movimento negro procurou durante estas décadas encontrar caminhos originais que estivessem dentro do contexto político, social e cultural do período. O distanciamento das ideologias de direita ocasionou uma melhor visualização do panorama sócio-político do negro neste período, pois fez com que o movimento enxergasse as diversas características da simbologia negra antes não compreendida pelos movimentos negros. Além disso, a ideologia de esquerda do movimento dialogava com outros movimentos negros espalhados pelo mundo e com os outros movimentos sociais do período, ou seja, aglutinava as causas brasileiras com as manifestações de outros países.

A relação do movimento negro brasileiro com as diversas lutas étnicas espalhadas pelo mundo fez o grupo crescer politicamente e passar a ser visto por outros países, dando, dessa forma, legitimidade ao processo. Documentos do MNU apontam a participação do grupo no apoio à luta pela autodeterminação e independência do povo Namíbio, em um evento na Costa Rica, por exemplo, como crucial para entender o problema do negro no Brasil e divulgar os princípios e programas de ação do movimento no continente americano (MNU, 1988).

Durante este simpósio, o MNU propôs algumas ações para apoiar o movimento negro namíbio, como, por exemplo, exigir do governo brasileiro o rompimento de relações comerciais, políticas e diplomáticas com o regime do *Apartheid* na África do Sul; exigir a expulsão do regime do *Apartheid* do território namibiano; exigir do governo brasileiro um posicionamento público junto ao regime do *apartheid* e a anistia dos presos políticos na África do Sul e Namíbia (MNU, 1988).

Essa internacionalização do movimento foi importante para repensar estratégias de combate ao racismo e a discriminação no Brasil. A partir dela, o MNU passou a valorizar os símbolos e características negras brasileiras, compreendendo que era possível viver a identidade negra no país sem a necessidade de escondê-la nem modificá-la.

Não obstante, era preciso sensibilizar a população negra de que sua arte, sua religião, sua cultura e seu modo de vida são tão ricas quanto qualquer outra pertencente à cultura brasileira. Ademais, era necessário estimular a participação desses grupos nas manifestações contra o racismo, o preconceito e a discriminação, por isso o papel da imprensa negra, do teatro e da literatura foram cruciais para a divulgação das propostas do movimento negro e para a mobilização da população frente à percepção dos problemas sociais existentes.

A socióloga Gohn (2008b, p. 262) compreende que “é importante analisar o cenário sociopolítico em que o movimento se desenvolve por ele fornecer os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes”. Portanto, a partir deste pensamento, percebe-se que o cenário político daquela época foi propício para o surgimento não apenas do MNU, mas de diversos movimentos sociais que buscaram nos seus ideais a força para lutar contra a ditadura e a favor da redemocratização.

Esses movimentos contribuíram posteriormente para a formulação da VIII Constituição Federativa do Brasil e fizeram com que diversos setores da sociedade fossem representados através dos artigos, parágrafos e incisos da lei. Pela primeira vez na história, uma constituição brasileira citou o povo negro como ator protagonista da formação social brasileira. No primeiro parágrafo do Art. 215, por exemplo, a constituição tratou dos direitos culturais e o acesso às fontes das culturas nacionais, promulgando que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988). Este artigo também reservou espaço para tratar sobre a valorização da diversidade étnica e regional, o que proporcionou a legitimidade da cultura negra no Brasil.

Além disso, no Art. 68, a Constituição Cidadã tratou das terras dos quilombolas, ao atestar que “aos seus remanescentes é reconhecida a propriedade definitiva das terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988). Por fim, no 6º parágrafo, do inciso V, do Art. 216, o texto abordou sobre o tombamento

dos documentos e dos sítios detentores das reminiscências históricas dos antigos quilombos. Nesse sentido, percebe-se que o Estado ficava obrigado a salvaguardar todos os documentos aos quais faziam referências aos quilombos brasileiros.

Por fim, o parágrafo primeiro, do Art. 242 da Carta Magna, esclarecia que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”, estando, portanto, o negro inserido nesta conjuntura. A partir deste artigo a LDB foi criada em 1994 pensando na diversidade de povos existentes em nossa nação e a Lei 10.639/2003 garantiu, posteriormente, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História da África.

Essas conquistas no cenário político brasileiro nasceram de uma luta sociocultural e ideológica dos movimentos sociais emergidos principalmente nas décadas de 1970-1980. A diversidade cultural nesse período proporcionou o surgimento de personagens importantes dentro do cenário político brasileiro. Personagens que não apenas lutaram pela democracia, mas procuraram melhorar a vida da população brasileira, combatendo os problemas sociais e enfrentando-os através de manifestações populares nas ruas, na imprensa e na arte.

Esses movimentos deram vida a uma “minoría” que estava esquecida há décadas devido à repressão da Ditadura Militar e da própria sociedade preconceituosa. O movimento negro ressurgiu após 40 anos de silêncio e falta de oportunidades, através de propostas inovadoras e um programa de ações bem definidos, dialogando com outros setores da sociedade e buscando o bem comum, uma vez que o povo negro não se encontrava sozinho diante do cenário sociopolítico brasileiro.

2.3. Nós temos literatura: A criação dos Cadernos Negros e o Grupo Quilombhoje

A partir dessa conjuntura política, social e cultural no Brasil da década de 1970, surgiu em São Paulo, um grupo de escritores que procurava através da literatura demonstrar seu protesto frente aos problemas sociais que a população negra vinha passando no Brasil desde a abolição da escravatura. Ademais, os textos destes escritores tinham o objetivo de discutir e aprofundar temas referentes à identidade e à cultura negra na literatura brasileira.

De acordo com pesquisas realizadas em teses e dissertações, além da análise de entrevistas com os fundadores, este grupo de escritores iniciou sua

produção no bairro do Bexiga (SP), local onde funcionava o CECAN e nasceu a Federação das Entidades Afro-Brasileiras da Cidade de São Paulo (FEABESP). Nesse sentido, percebe-se que tratava-se de um bairro da cidade de São Paulo onde os movimentos negros estavam mais bem representados, uma vez que militantes e simpatizantes circulavam com maior liberdade pela localidade e levavam contribuições relevantes para a luta negra. Os primeiros integrantes dos Cadernos Negros foram Luiz Silva (Cuti), Hugo Ferreira, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues, dentre outros escritores negros do período.

O fato de não existir investimento público e privado para projetos relacionados à temática negra na época fez com que os integrantes dos Cadernos Negros tivessem que elaborar sozinhos seus próprios métodos de distribuição da coletânea. O escritor militante Cuti ficou responsável, nos primeiros anos, por quase todo processo de mobilização dos autores e seleção dos contos e poemas, além de lidar com o orçamento para impressão dos cadernos, divulgação pela cidade e distribuição da coletânea em feiras, livrarias e eventos do Movimento Negro. Não obstante, eventualmente ele contava com o apoio de outros escritores do periódico, como, por exemplo, Oswaldo de Camargo, que revisava os textos, Sônia Fátima, que cuidava da parte financeira e organização textual, dentre outros (COSTA in RIBEIRO & BARBOSA, 2008). O dinheiro para impressão dos volumes vinha dos próprios autores, que se reuniam e dividiam entre si o gasto gerado.

O primeiro número dos Cadernos Negros foi dedicado às poesias, sendo lançado em 1978 – inicialmente no Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), em Araraquara, e posteriormente na Livraria Teixeira, no centro de São Paulo – concomitante a todos os protestos de ordem social e cultural que estavam ocorrendo no país e ao surgimento do MNU em São Paulo e em outras capitais nacional (COSTA in RIBEIRO & BARBOSA, 2008).

Algumas dissertações e teses procuraram explicar como ocorreram estes primeiros volumes dos Cadernos Negros e quais eram a repercussão frente ao movimento negro brasileiro. Em uma dessas dissertações, a crítica literária Rosilda da Silva Souza Bonfim (2014, p. 12) percebeu que

[...] a maioria das narrativas literárias, midiáticas ou historiográficas que circula no Brasil investe na representação de identidades depreciativas para e contra o negro. [Não obstante], os CN através de contra discursos rasuram estas escritas e propõem outras

possibilidades de construção da identidade do negro [GRIFO NOSSO].

Nessa perspectiva, este primeiro volume dos CN's teve a participação de oito poetas aos quais publicaram trinta e quatro poesias, terminando a obra com o anúncio do próximo volume, que seria dedicado aos contos. Essa prática de terminar uma obra anunciando a subsequente garantia de sobremaneira que os integrantes iriam se esforçar para que fosse realizada a coletânea seguinte, além de criar estímulo e expectativa nos leitores e militantes do movimento negro.

Desde então, os CN's são lançados ininterruptamente, alternando entre poesia (anos pares) e contos (anos ímpares). A pesquisadora Aline Costa (in RIBEIRO & BARBOSA, 2008), descobriu a partir de entrevistas realizadas com os autores dos CN's que o inventor do nome Cadernos Negros ocorreu através do escritor Hugo Ferreira (um dos fundadores da série junto com Cuti), uma vez que o mesmo se espelhou na escritora Carolina Maria de Jesus – escritora mineira de etnia negra que viveu na periferia de São Paulo em meados do século XX e era conhecida por escrever em cadernos que encontrava no lixo. A autora escreveu, dentre outras obras, clássicos da literatura negra brasileira, como, por exemplo, “Quarto de Despejo”, “Casa de Alvenaria” e “Pedaços de Fome”, onde expressava o cotidiano pobre das favelas no Brasil.

Imagem 02 - Foto de Carolina Maria de Jesus em meio aos barracos da favela Canindé (SP)



Fonte: FOLHA UOL. Escritora Carolina Maria de Jesus viveu do caos ao caos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>>.

Nesse sentido, percebe-se que os “cadernos” era a forma mais fácil dos escritores escreverem seus versos, tendo em vista que não necessitava de elevados poderes aquisitivos para fazê-lo. Além disso, como bem preceituou Cuti, “a ideia de Cadernos era exatamente a ideia de experimentação, a gente estar livres para experimentar estilos, formas de literatura” (COSTA in RIBEIRO & BARBOSA, 2008, p. 25).

Para a linguista Silva Regina Lorenso de Castro (2007, p. 31-32),

[...] o surgimento da coletânea é parte de um processo de resistência e afirmação da liberdade empreendido pelos negros desde os tempos de escravidão, com início nas revoltas de africanos escravizados e libertos em diferentes partes do país, passando por diversos movimentos políticos e culturais nas décadas iniciais pós-abolição, e culminando com as organizações surgidas nas décadas de 1970.

Portanto, percebe-se que a efervescência do período contribuiu decisivamente para que o grupo tomasse força e conseguisse expandir para fora da cidade de São Paulo, trazendo poetas e contistas de diversos estados para publicarem na coletânea. Nesse sentido, entende-se que a relação arte-política-sociedade está intimamente ligada ao contexto social dos representantes do movimento, uma vez que a partir da literatura era possível fazer com que a comunidade negra repensasse sua situação sociocultural e a sociedade passasse a tomar conhecimento do racismo e do preconceito para com os povos de origem africana no Brasil.

De acordo com Fernanda Rodrigues de Figueiredo (2009, p. 11), “mais do que uma reunião de textos, os Cadernos se configuram como reunião de forças, de mentes voltadas para a luta contra as desigualdades”, ou seja, os escritores dos CN’s são acima de tudo militantes de uma causa que procurava colocar fim nas intransigências governamentais frente aos problemas vividos pela população negra no Brasil, além de fazer uma crítica contundente ao papel do autor/escritor negro no cânone literário brasileiro. Ainda de acordo com a autora, “Cadernos Negros realiza a mudança da Literatura, uma vez que cumpre o papel de divulgar as vozes negras silenciadas pelo cânone” (FIGUEIREDO, 2009, p. 11).

Após os primeiros cinco volumes, os Cadernos Negros passaram a ser organizados pelo Grupo Quilombhoje Literatura, formado basicamente pelos autores

que iniciaram os CN's em 1978 e outros que foram surgindo com o tempo por meio da divulgação do periódico nos eventos e festivais de cultura negra e da relação dos autores com outros escritores do período.

Além disso, os integrantes do Grupo Quilombhoje se reuniam periodicamente em bares ou na casa de Cuti para discutir literatura negra e declamar poesias, o que fez com que outros autores passassem a compreender o papel dos seus membros na construção do periódico e se interessassem na publicação dos textos (COSTA in RIBEIRO & BARBOSA, 2008).

Dentre esses novos integrantes, destaca-se a participação de Miriam Alves, Oubi Inae Kibuko, Mario Jorge Lescano e Esmeralda, uma vez que eles trouxeram uma nova roupagem para o periódico. Não obstante, segundo Costa (in RIBEIRO & BARBOSA, 2008, p. 32-33),

[...] esse sangue novo tinha opiniões que divergiam do que já estava estabelecido pelo ideário dos integrantes mais “antigos” do Quilombhoje, enquanto grupo de produção literária e produtor dos Cadernos Negros: “A gente sentiu um certo choque de como encarar a literatura, a gente encarava de forma mais política, de forma que ela podia trazer alguma transformação real para ajudar as pessoas, mobilizar outras pessoas. E eles não davam tanto peso a essa parte de militância, embora a atuação deles fosse importante”, conclui Marcio.

Essa subdivisão do grupo fez com que alguns integrantes saíssem e fossem criadas novas metas e objetivos para o projeto, ou seja, a ideia da nova geração era fazer com que o grupo se expandisse para além das fronteiras, trouxessem novos trabalhos, novos autores e divulgassem em outros locais fora a cidade de São Paulo, a fim de dar visibilidade à literatura produzida e às causas do movimento negro nacional.

Nesse sentido, de acordo com Costa (in RIBEIRO & BARBOSA, 2008, p. 33), “ao longo do tempo, pessoas entraram e saíram. As reuniões passaram a ocorrer na casa de Sônia, foram criadas regras de disciplina rígidas e isso teve como consequência a saída de membros”. O fato é que o grupo tornou-se cíclico, trazendo novas ideias para os cadernos e fazendo com que alguns autores não concordassem e outros apoiassem a nova dinâmica do periódico.

Ao longo dos anos o membro fundador Cuti deu algumas entrevistas que remontam um pouco a história dos Cadernos Negros e faz com que percebamos a importância tanto do grupo quanto do momento pelo qual viviam o povo negro naquele período. Nessa perspectiva, perguntado por Charles Rowell qual a história do Grupo Quilombhoje e seu propósito, Cuti responde da seguinte forma:

Inicialmente a ideia nasceu comigo e com Hugo Ferreira e, em 1978, fizemos a publicação de um pequeno livro e já sabíamos que a série iria continuar [...] Eu recolhia os textos, recolhia o dinheiro, ia à gráfica, fazia a edição, organizava o lançamento e assim seguimos até o quinto Cadernos Negros, que foi feito em 1982. Mas paralelo ao Cadernos Negros, eu, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues, Paulo Colina e um escritor argentino chamado Mario Jorge Lascano, nos reuníamos e discutíamos literatura e, por volta de 1980, resolvemos nos dar um nome, no sentido de construir um grupo que fosse reconhecido e que pudesse realizar trabalhos e debates e outras manifestações. Nós nos reuníamos num bar, no centro da cidade de São Paulo, chamado Mutamba, e começamos a selecionar vários nomes e eu sugeri o nome Quilombo, mas a palavra hoje que daria Quilombhoje⁸.

Percebe-se a fala de Cuti que a criação do Quilombhoje ocorreu anterior a sua responsabilidade na produção e distribuição dos Cadernos Negros. O grupo existia apenas para discutir literatura através do que chamavam de “roda de poemas”, mas o fato de seus representantes serem praticamente os mesmos dos CN’s fez com que naturalmente a responsabilidade fosse transferida para o grupo e saísse exclusivamente das mãos e dos ideais militantes do seu fundador.

De acordo com Cuti⁹, a palavra Quilombhoje “é um neologismo que inclui a atualidade do quilombo, a noção da nossa retomada histórica e também inclui a palavra bojo, ou seja, a nossa literatura está no bojo de um movimento maior, que é o Movimento Negro Nacional”. Além disso, a palavra Quilombhoje dá a ideia do quilombo na atualidade, através da união das palavras Quilombo + Hoje.

O sexto volume dos Cadernos Negros foi o primeiro de produção exclusiva do Grupo Quilombhoje e trazia em sua capa, pela primeira vez, o símbolo do grupo (conforme figura abaixo), desenhado pelo escritor dos CN’s Márcio Barbosa. Percebe-se que a figura remete a um casal de leitores conectados triangularmente a

⁸ FONTE: **Entrevista Callaloo**. Disponível em: < <http://www.cuti.com.br/#!/entrevcalaloo/c1zis> >.

⁹ FONTE: **Entrevista Callaloo**. Disponível em: < <http://www.cuti.com.br/#!/entrevcalaloo/c1zis> >.

uma imagem típica da cultura e religião africana, o que faz com que interpretemos que o texto lido pelos personagens representa uma ligação direta com a memória e a história dos descendentes de escravos no Brasil.

Imagem 03 - Logo do Grupo Quilombhoje



Fonte: <www.quilombhoje.com.br>

Segundo Cuti, a unificação dos Cadernos Negros com o Grupo Quilombhoje propiciou grande avanço para o periódico, “não só na qualidade gráfica dos livros como também na agilidade de elaboração anual da série”¹⁰. Além disso, “as discussões e as rodas também ganharam maior organicidade e os lançamentos passaram a ser verdadeiras festas”.

Indagado sobre a função política da literatura afro-brasileira, o poeta fundador respondeu em entrevista ao Blog Literatura Subversiva que:

[...] a literatura ensina a história dos povos negros e de sucessivas manifestações do Movimento Negro através dos séculos. No campo ideológico, nossa literatura também investe contra concepções de mundo eurocêntricas que ainda tentam fazer da hierarquia das raças uma verdade. E o trabalho literário tem a vantagem de se dirigir a intelecto e ao coração, por se basear no envolvimento emocional do leitor. No campo da política é para a relação de poder que a literatura tem chamado à atenção. Autoras e autores negros não tem deixado de lado essa questão de como no cotidiano o poder do branco sobre o negro é a base do racismo¹¹.

¹⁰ FONTE: **Entrevista Blog Literatura Subversiva**. Disponível em: <<http://www.cuti.com.br/#!/entrev-subversiva/c2vm>>.

¹¹ FONTE: **Entrevista Blog Literatura Subversiva**. Disponível em: <<http://www.cuti.com.br/#!/entrev-subversiva/c2vm>>.

A partir desta fala, compreende-se que o problema do racismo foi o grande fio condutor que fez com que poetas e contistas se unissem em prol de um movimento que lutasse por um ideal social, político e cultural da sociedade brasileira, compactuando, portanto, com a criação dos outros movimentos sociais da época, como o MNU. O papel da literatura como meio de “ensinar” o povo negro não significa dizer que a literatura sobrepõe a educação formal praticada em sala de aula, mas que através dela o leitor tem a possibilidade de aprender sobre suas próprias origens, sobre a luta histórico-cultural do povo negro brasileiro, sobre os problemas sociais, políticos e culturais aos quais a população negra convive no cotidiano social etc.

Vale salientar que a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana só virou lei no século XXI, ou seja, em meados do século XX não havia a preocupação por parte do governo e das escolas em ensinar aos seus alunos a história dos negros no Brasil, a contribuição social e cultural dos povos de origem africana, as diversas origens étnicas advindas do continente africano, dentre outros conteúdos relevantes para construção de uma identidade negra brasileira. Mas, percebe-se que a luta do movimento negro para que estes conteúdos fossem inseridos na educação básica iniciou desde esta época.

Os CN's, portanto, cumpriu com esse papel desde a sua essência, trazendo não apenas problemas sociais para serem refletidos pela população, mas mostrando quais as origens do povo negro, por onde ele passou até chegar ao status social, político e cultural na segunda metade do século XX. Como bem preceituou Cuti, “o trabalho literário tem a vantagem de se dirigir a intelecto e ao coração, por se basear no envolvimento emocional do leitor”, ou seja, o aprendizado pela literatura atinge não somente ao conhecimento político e cultural, mas a emoção do leitor, ao modo como ele enxerga o mundo a sua volta, seus próprios anseios e desejos.

Não obstante, Cuti destaca em uma de suas entrevistas realizadas na Revista Submarino a dificuldade de distribuição dos Cadernos frente aos problemas da indústria cultural no Brasil no período de criação do periódico. Segundo ele,

[...] Mercado é reflexo da ideologia dominante. A vontade da maioria é imposição de uma minoria branca, machista e racista. O que sinto, portanto, é a imposição de pontos de vista, de estereótipos, de uma visão de Brasil para inglês ver: branco, loiro e de olho azul. Mas há aí uma luta. Inevitável. Porque a receptividade

é ideológica também. Em um jogo de cartas marcadas é preciso desmascarar o jogo¹².

Ademais, percebe-se que esta dificuldade apresentada por Cuti não se configurava apenas ao destinatário final dos Cadernos, pois a luta pela afirmação de uma literatura negra ocasionou o desprezo de muitos escritores brasileiros, aos quais entendiam que esta denominação segregava outros autores e outras literaturas (ver capítulo 1), pois, segundo eles, restringia os textos a poetas, contistas e romancistas de etnicidade negra, criando nomenclaturas que não existiam e nem deveriam existir no Brasil.

Muitos poetas e contistas negros desse período foram contrários à criação de um novo conceito de literatura, pois para eles não havia a separação de literatura branca e literatura negra (SOUZA, 2006). Entretanto, o que se percebe na fala de Cuti é a predominância de uma cultura política que faz com que textos de referenciais negro-brasileira sejam menosprezados pelo cânone e, conseqüentemente, pela sociedade, que, por preconceito e/ou desconhecimento, preferia comprar obras de autores consagrados da literatura brasileira.

Desde as primeiras publicações dos CN's, os autores elaboravam uma apresentação manifesta ao qual discutia não apenas conceitos, mas colocava em evidência o pensamento dos autores para com temas referentes à literatura, ao racismo, a discriminação e ao papel do militante negro na sociedade. De acordo com Souza (2006, p. 111), "os prefácios expõem e defendem a agenda político-textual dos CN; estabelecem elos e relações de cumplicidade e divergência e organizam arquivos numa proposta de intervenção intencional na recepção dos poemas e contos". Nessa perspectiva, percebe-se que além de uma literatura esteticamente rica, os Cadernos Negros traziam a visão de mundo dos escritores, seus objetivos, sua luta e seu modo de pensar e refletir os problemas sociais existentes na sociedade.

Segundo o prefácio da primeira edição dos Cadernos Negros, assinado por todos os escritores da coletânea,

¹² FONTE: **Entrevista Revista Submarino**. Disponível em: <<http://www.cuti.com.br/#!/entrevsubmarino/c18an>>.

Cadernos Negros marca passos decisivos para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as ideias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam. As diferenças de estilo, concepções literárias, forma, nada disso pode mais ser um muro erguido entre aqueles que encontram na poesia um meio de expressão negra. Aqui se trata da legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha o nosso tempo (CN, 1978, p. 02).

Nesse contexto, os Cadernos Negros procurou abrir um espaço de reflexão onde a sociedade e o próprio cânone literário brasileiro passassem a enxergar um novo tipo de produção literária, independentemente de forma ou estilo, mas que representasse uma parcela da população brasileira que há muitos anos luta por espaço de afirmação e reconhecimento. Para Souza (2006, p. 105), a partir dos prefácios “são enfatizadas a importância da publicação para as lutas contra o racismo e a discriminação racial, bem como a urgência de se produzirem identidades afro-brasileiras por meio de textos”.

Portanto, entende-se que a literatura presente no periódico não somente introduzia o espaço para poetas e contistas expressarem seus desejos e angústias, mas também para uma parcela da população brasileira que sofria discriminação racial e passou a enfrentar de maneira mais incisiva os problemas de ordem social, política e cultural.

A segunda edição dos CN's teve o prefácio escrito por um militante negro da velha guarda, José Correia Leite¹³, ao qual analisou a obra como um todo e redigiu algumas palavras do que ele entendia ser a essência deste volume dos Cadernos Negros. Segundo ele, “no seu conjunto, [existe] uma tomada de posição que pode chegar ao reencontro, não do princípio de uma luta mas sim, da continuação daqueles ideais que ficaram perdidos no passado” (CN, 1979, p. 04) [GRIFO NOSSO]. Ou seja, para ele os CN's representavam a volta da luta negra, a percepção de uma luta secular que estava apagada devido à repressão exercida para com os militantes negros e sua população durante o período militar.

A terceira edição trouxe o prefácio de Clóvis Moura (CN, 1980, p. 11), ao qual dizia que:

¹³ De acordo com Vinebaldo Aleixo de Souza Filho (2010), José Correia Leite (1900-1989) “foi jornalista e militante negro. Fundou o Clarim da Alvorada em 1924, integrou o conselho da Frente Negra Brasileira em 1931 e permaneceu nas décadas seguintes participando de vários outros periódicos e associações negros”.

A poesia negra participante, como elemento de afirmação da cultura afro-brasileira abre caminho, com muita força, neste volume, criando um elemento de reflexão novo para aqueles que intoxicados por uma série de “ismos” cosmopolitas e que refletem a ideologia do colonizador e do neo-colonizador ficarão surpreendidos com a pureza dos versos que se conservam imunes a essas influencias e surgem intactos, como peças literárias que abrirão caminho próprio nos espaços da cultura do opressor.

Nessa perspectiva, entende-se que o autor deste prefácio fez uma crítica aos leitores que sentiam resistência na leitura de novos autores – principalmente de etnicidade negra –, pois estão cristalizados por uma sociedade que enxergava na cultura do colonizador a única forma de fazer literatura. Dessa forma, ele fez um pedido para que os leitores dessem espaço para que novos autores pudessem mostrar sua forma de fazer literatura com influencia do próprio povo. Para ele, autores como Machado de Assis, Raul Pompeia e Guimarães Rosa, apesar de serem brasileiros, escreveram com a lógica e o método do colonizador, o que faz com que a nova literatura empreendida pelos Cadernos Negros fosse ainda mais inovadora.

O quarto volume inovou com o prefácio de Thereza Santos, uma vez que ela trouxe um texto poético intitulado “criar”, onde ela correlacionou o fazer e o existir na literatura negra. De acordo com ela, os contistas desta edição “criam, a cada hora, a cada momento, sabem do compromisso que assumiram frente à comunidade afro-brasileira e para ela criam, por ela avançam no caminho da liberdade” (CN, 1981, p. 05). Nessa perspectiva, percebe-se que seu texto é forte e combativo, trazendo não somente a visão da autora para com os contos, mas a visão de uma militante que percebia que aqueles autores estavam inovando a maneira de se escrever literatura no Brasil. A insistência dela para que os leitores lessem e se apropriassem do texto faz com que cada conto seja interpretado de forma a deixar claro que tratava-se de uma literatura de resistência, onde o principal fio condutor era os problemas sociais vividos pela população negra brasileira.

A quinta edição trouxe a visão da escritora Lélia Gonzalez¹⁴, ao qual expressou um texto essencialmente acadêmico, onde ela propagou o conceito de

¹⁴ Lélia Gonzales foi antropóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduada em História e Filosofia, dedicou suas pesquisas sobre os temas de gênero e etnia. Militante negra, participou da fundação do MNU, IPCN e do Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga e Olodum.

cultura ao qual estava sendo debatido nos fóruns e congressos de pesquisadores da época. Para ela, cultura seria “o conjunto de manifestações simbólicas através das quais os sujeitos sociais expressam suas relações com a natureza e entre si” (CN, 1982, p. 03). Valendo-se deste conceito, ela entendeu que “a voz do poeta é a fala do sujeito; com suas metáforas, ela diz muito além do que a consciência (dominante) se esforça por afirmar e fazer crer, justamente porque seu compromisso essencial é com a verdade” (CN, 1982, p. 06). Ou seja, as poesias (literatura) são o reflexo da verdade social que muitos não querem enxergar, mas convivem diariamente nas ruas, nas escolas, nos mercados de trabalho etc.

Como dito anteriormente, a partir da sexta edição, o Grupo Quilombhoje começou a se responsabilizar pelos Cadernos Negros. Este volume trouxe o prefácio de Vera Lúcia Benedito, ao qual fez um balanço do periódico até aquele momento e uma pequena reflexão de cada conto selecionado para o sexto volume. De acordo com a autora, os Cadernos Negros esboçavam naquele período

[...] o espaço para delação do medo, da dúvida, da insegurança e da briga constante com a palavra abriga neste trabalho-proposta o incentivo ao escritor negro que se desnuda a partir do momento em que sua escrita se faz sentir nas comunidades aas quais ela representa (CN, 1983, p. 09).

O sétimo volume foi o primeiro que trouxe na sua apresentação um texto assinado pelo Grupo Quilombhoje. Entretanto, este volume evidenciou uma quebra no que se referia aos prefácios anteriores, uma vez que deu espaço para que cada autor pudesse escrever um pouco a representação dos Cadernos Negros em suas vidas, pois, de acordo com a apresentação deste volume, os escritores negros não são um bloco monolítico e, portanto, têm experiências e expectativas diferentes, mas esta diversidade é positiva, tendo em vista que os escritores representavam várias tendências no mundo afro-brasileiro.

Para Cuti, escrever na sociedade dos anos 1980 significava “sofrer as intempéries do nosso tempo, estabelecer uma resistência humana diante de todos os processos de desumanização que a exploração do homem sobre o homem tem trazido para humanidade” (CN, 1984, p. 06). Sendo assim, percebe-se que a literatura enquanto meio de divulgação social, representava a sociedade na medida

em que estabelecia conexões entre o mundo real e o mundo da ficção, sem deixar a arte sobressair na escrita e na forma de expressão dos artistas literários.

A oitava edição trouxe a mesma ideia de captar o pensamento dos autores e suas ideias acerca da literatura no contexto social e cultural. De acordo com o Grupo Quilombhoje, o objetivo era “fornecer ao leitor concepções dos autores dos contos acerca do próprio trabalho que fazem e seu desenvolvimento social” (CN, 1985, p. 05). Nesse sentido, Éle Semog, um dos autores deste volume, trouxe em seu depoimento uma reflexão acerca do público ao qual deveria ser dirigida a literatura negra.

Segundo ele (CN, 1985, p. 08),

Num país como o nosso, em que artes em geral e a literatura, especificamente, não têm significado cultural no contexto de NAÇÃO, é difícil estabelecer um público para o qual deva ser dirigida a literatura negra. Mas uma população de 130 milhões de habitantes, por mais miserável que seja a sua condição, nos permite imaginar um bom mercado... Pensar num país como o nosso, em que os meios de produção, blá, blá, blá, levam a literatura a um dos últimos itens das prioridades da população, só pode dar este quadro caótico em que se destacam os escritores atípicos, os gringos e, no bom sentido, as raposas.

Nessa perspectiva, a fala de Semog nos permite pensar sobre o nível crítico que os escritores dos Cadernos Negros faziam da sociedade brasileira, pois a necessidade de valorização da cultura neste período era algo que estava em fase de crescimento. Dessa forma, a literatura negra estava menosprezada frente à concorrência da indústria cultural dominante, pois era mais interessante investir em grandes autores do cânone nacional e internacional do que em autores vistos como “marginalizados” e “periféricos”. Portanto, seria necessário modificar a estratégia sociopolítica e investir na educação da população negra brasileira, iniciando com a inserção de textos da literatura negra nos currículos da educação básica, para, dessa forma, criar leitores da literatura negra no Brasil e estimular autores para publicarem suas obras.

Mais adiante, o nono volume quebrou mais uma vez com a lógica das edições anteriores, trazendo um prefácio com o título “fuxico”. Nele, segundo o Grupo Quilombhoje, os autores quiseram fazer uma aproximação das frases de cada poeta

participante da coletânea, transformando o prefácio em um jogo poético, onde é possível observar a lógica de cada poesia contemplada nesta edição.

Por fim, a décima edição inovou mais uma vez ao trazer “frases em que os autores comentam e refletem a validade e contribuição dos Cadernos Negros para realidade brasileira” (CN, 1988, p. 05) nos últimos 10 anos de publicação. Dentre os diversos comentários dos autores, selecionamos alguns que julgamos pertinentes em nossa pesquisa, tendo em vista o teor crítico e reflexivo frente ao problema enfrentado pelos autores da literatura negra (CN, 1988, p. 07-10).

ESMERALDA – A crítica que me dê licença, pegue uma cadeira, deixe o orgulho da prepotência na rua e admita que os Cadernos são os Cadernos!

JÔNATAS – O fato, por si, de escritores negros se (re)unirem para editar textos, já é por demais significativos. Se levamos em consideração que esta experiência já dura uma década.

MARCIO – Não pedimos licença para vir nem esperamos consentimento para ficar. Já somos. Apesar do muito a construir.

MARTA ANDRÉ – É ação. É liberdade. É o pensamento vivo, libertando-se dos ideológicos ferros do não Ser.

ESMERALDA – O Cadernos Negros nasceu na Serra da Barriga, desceu o morro para morar no coração da literatura... e nem mil Ruis Barbosa o queimarão da história.

Dessa forma, percebe-se que os Cadernos Negros representaram muito mais que uma literatura de momento. Eles foram e continuam sendo um espaço onde o escritor negro encontra seu lugar para pensar, discutir e intervir na sociedade. Cada volume lançado trouxe e continua trazendo consigo não apenas poemas e contos, mas a história de um povo escrita em versos e rima. A partir dos seus poemas e contos, o Movimento Negro Brasileiro ganhou espaço na formação política dos cidadãos negros, pois os CN's contribuíram para que a população negra tomasse conhecimento da sua própria história e seus problemas sociais.

– CAPÍTULO III –

RACISMO, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A LITERATURA DOS CADERNOS NEGROS E A LUTA PELOS DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICOS E CULTURAIS

Eu vejo neste trabalho, no seu conjunto, uma tomada de posição que pode chegar ao reencontro, não do princípio de uma luta, mas sim, da continuação daqueles ideais que ficaram perdidos no passado (CN, 1979, p. 04).

A partir do que foi discutido nos capítulos anteriores, entende-se que a literatura negra encontrou nas décadas de 1970-1980 um apogeu de criação e resistência sócio-política. No primeiro capítulo apontamos os olhares da ciência para com a utilização da fonte literária nos estudos históricos e percebemos que a partir da abertura metodológica da historiografia durante o período compreendido como Escola dos Annales e os novos olhares dos historiadores para com as fontes, fez com que a crítica literária ganhasse maior destaque frente às novas abordagens históricas, fazendo dela um objeto de estudo e fonte para a historiografia.

Ademais, vimos no primeiro capítulo os paradigmas que fizeram com que a literatura negra fosse desenvolvida no Brasil, a partir de elementos próprios e diferentes da literatura exaltada pelo cânone brasileiro. Este estudo nos levou a perceber a importância da literatura negra dentro do bojo da luta pelo reconhecimento social e cultural do povo negro no Brasil. Além disso, percebemos alguns fatores que diferenciavam a literatura negra da literatura afro-brasileira.

Mais adiante, no segundo capítulo, adentramos no estudo relativo ao momento político-social vivido no Brasil no período da nossa pesquisa e destacamos alguns autores que também pesquisaram o mesmo período e entenderam que ele foi importante para a efervescência dos diversos grupos sociais que lutaram em prol de melhorias sociais e culturais no país. Dentre estes grupos destacamos a participação do MNU na luta por direitos políticos, sociais e culturais do povo negro, tanto pelo destaque no cenário nacional quanto devido ao ano e local de sua criação: a cidade de São Paulo, tal qual os Cadernos Negros e o Grupo Quilombhoje.

A partir desse estudo, percebemos que nossos objetos de pesquisa, os Cadernos Negros e o Grupo Quilombhoje, encontravam-se inseridos nessa

conjuntura sócio-política que culminou com o fim da Ditadura Militar e o advento da redemocratização política-institucional a partir da Constituição Federal de 1988, ao qual expressava em alguns dos seus artigos direitos conquistados pelos povos negros brasileiros através das lutas e dos protestos exercidos pelo movimento negro da época.

Nesse sentido, entendemos que tanto a pesquisa quanto a discussão dos capítulos anteriores foram importantes para conhecermos a teoria da construção da narrativa historiográfica a partir do objeto literatura; a conjuntura dos movimentos sociais no Brasil; o momento político ao qual nossa pesquisa se insere e as estratégias socioculturais dos personagens dos movimentos negros a partir da literatura.

Não obstante, neste capítulo aplicaremos algumas teorias e metodologias discutidas nas seções anteriores e aprofundaremos nossa análise dos contos dos Cadernos Negros a partir dos conceitos de racismo, memória e identidade, observando a relação desses conceitos com os movimentos sociais e a luta pelos direitos políticos e a cidadania no Brasil.

Como vimos, os Cadernos Negros foi criado a partir de ideais políticos e culturais de um grupo de escritores da cidade de São Paulo que viram naquele momento sócio-político a oportunidade de extravasar seus sentimentos para com a sociedade e o cânone literário brasileiro, uma vez que os textos dos autores de etnia africana pouco eram levados em consideração na conjuntura social da época, seja por preconceito ou por desconhecimento literário da população. Além disso, o advento da percepção de racismo continuava crescente na sociedade, fazendo com que parte da população negra se revoltasse contra o sistema político e a cultura social (ANTÔNIO, 2005; SOUZA, 2006; CASTRO, 2007; CORREIA 2010).

De acordo com Souza (2006, p. 75), grande parte da população negra, principalmente militantes e escritores negros (as) das décadas de 1970-1980, sentiam-se

[...] discriminados no mercado de trabalho, nas oportunidades educacionais e, conseqüentemente, impelidos à marginalidade, [por isso] procuraram, por meio de entidades e de imprensa próprias, um caminho para alterar sua imagem e autoimagem e, mais ainda, de modificação e de expansão dos lugares sociais a eles destinados pela estrutura social.

Nossa pesquisa utilizou os prefácios dos dez primeiros volumes dos Cadernos Negros publicados entre 1978 e 1988. Entretanto, como estratégia metodológica, iremos analisar apenas os contos do primeiro volume dos Cadernos Negros, publicado em 1979, uma vez que os objetivos do periódico foram apenas se intensificando no decorrer dos anos, sem sofrer modificações conceituais importantes na elaboração e temática dos contos. Além disso, os volumes dedicados aos contos neste período totalizaram 101 publicações, o que dificultaria nossa análise devido ao tempo escasso de escrita da dissertação.

Nesse sentido, foram analisados 19 contos escritos por 12 (doze) autores ao longo do primeiro periódico e, destes, selecionados 08 (oito) contos para analisar determinados conceitos compreendidos como importantes no processo de construção dos CN's, como o racismo, a memória e a identidade, além dos prefácios dos volumes subsequentes à análise da nossa pesquisa, que nos fizeram refletir acerca do pensamento dos autores sobre a literatura e o momento sócio-político vivido na época.

Como bem compreendido por Souza (2006, p. 86),

A linha de tradição construída pelos Cadernos Negros é traçada a partir do desejo de inventar um passado de objetivos e metas comuns; a tradição negra evocada parece forjar-se no empenho de rearticular e re-dispor as lacunas, divergências, interrupções, dispersões e descontinuidades em um meticuloso trabalho de construção atenta, cuidadosa e seletiva de uma tradição histórica que proclama sua existência e reivindica seu lugar político-social.

Portanto, entende-se que os dados analisados em nossa pesquisa apontam a credibilidade dos Cadernos Negros para com os autores da literatura negra da época, uma vez que muitos poetas e contistas publicaram mais de uma vez no periódico, mesmo não fazendo parte do grupo de criadores responsáveis pela organização, publicação e divulgação dos trabalhos. Ademais, autores de diversas cidades e Estados do Brasil enviaram seus textos para que fossem inseridos nos ideais da coletânea e publicaram lado a lado de autores reconhecidos da literatura negra da época, demonstrando que o periódico dava espaço para a nova e a velha geração da literatura negra no Brasil.

Essa credibilidade deveu-se de sobremaneira ao método de distribuição dos Cadernos Negros, que utilizavam eventos dos movimentos negros para lançarem os volumes numa grande festa e/ou estabelecimentos reconhecidos na sociedade, onde os autores apresentavam seus trabalhos a um grande público de militantes negros interessados pela arte literária negra brasileira e para sociedade em geral, como mostra a foto abaixo retirada no dia do lançamento do primeiro volume dos CN's no centro de São Paulo.

Imagem 04 - Lançamento dos Cadernos Negros (Volume 1) na Livraria Teixeira (São Paulo)



Fonte: RIBEIRO, Esmeralda & BARBOSA, Márcio (org.). Cadernos Negros três décadas: Ensaio, poemas e contos. São Paulo: Quilombhoje: Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008, p. 20.

Percebe-se ao analisar a imagem que o público dos Cadernos Negros eram, geralmente, homens e mulheres negros (as), militantes da causa negra do período que buscavam através da literatura conhecer os trabalhos dos autores (as) negras e dessa forma refletir sobre a própria essência do ser e sentir-se negro na sociedade. Ademais, a foto nos permite perceber que os Cadernos Negros traziam como leitores homens e mulheres de várias gerações, mas que, juntos, buscavam os mesmos ideais de reconhecimento político, social e cultural da população negra brasileira.

Nessa perspectiva, os textos dos CN's de acordo com Souza (2006, p 104) são

[...] como produção textual de protesto e de luta, a linguagem utilizada [pelo periódico] é predominantemente de apelo e persuasão, uma vez que interessa mobilizar o leitor para reagir às situações de discriminação e racismo que continuam a acontecer. As expressões tomadas de empréstimo aos rituais de candomblé, outras expressões de origem iorubá, a oralidade tão marcante nas tradições de origem africana, a linguagem popular brasileira com suas gírias e informalidade modulam/moldam a linguagem dos escritores, evidenciando algumas das nuances que os africanos imprimiram às línguas que lhes foram impostas durante a escravidão e colonização [GRIFO NOSSO].

A partir deste olhar, espera-se que ao longo deste capítulo, possa-se compreender a importância dos Cadernos Negros no campo da cultura política e da identidade cultural negra, uma vez que toda obra dos CN's reforçam a ideia de que as estratégias simbólicas são capazes de sensibilizar a sociedade ao ponto de contribuir na absorção de ideais e conceitos-chave que fazem com que a estrutura governamental seja repensada e uma nova sociedade seja construída.

Por fim, entendemos que nossa análise dos contos levou em consideração os cinco elementos elencados pelo pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2008): a autoria, a temática, o ponto de vista, a linguagem e o público, dando destaque para a temática e o ponto de vista que os autores escreveram, uma vez que elas representam tanto o olhar do escritor para com a situação vivida pelos negros quanto nos dá subsídios para pensar a problemática negra e discutir os conceitos-objetos desta análise.

3.1. A luta contra o racismo no Brasil: Entre a Arte Literária e o Movimento Social

A questão do racismo no Brasil existe desde os primeiros tráficos de navios negreiros vindos da África para as colônias portuguesas. Esse ideal racista, no entanto, aflorou após as discussões teórico-científicas acerca da superioridade das raças no início do século XX, influenciada principalmente por cientistas europeus e norte-americanos que afirmavam existir diferenciações inter-raciais que definiam desde o fenótipo até o psicológico dos seres humanos, onde a “raça negra” era a

última da lista dos povos analisados, sendo, portanto, inferior em todos os aspectos avaliados pelos pesquisadores da época. Dessa forma, a disseminação deste pensamento perpetuou no Brasil e no mundo e os negros libertos da Lei Áurea (1888) passaram a sofrer um preconceito ainda maior nas primeiras décadas do século passado, mesmo após a abolição da escravidão.

Apesar disso, a historiografia aponta que a sociedade brasileira expressou ao mundo durante décadas que não existia racismo no Brasil, pois as três principais etnias que formavam a nação (brancos, negros e índios) “conviviam de forma pacífica e harmoniosa” (FERNANDES, 1972 & 2008). O mito da democracia racial correu o mundo durante décadas do século XX e muitos países chegaram a acreditar que no Brasil não existia racismo, sendo este, portanto, um exemplo da democracia racial e de respeito à diversidade, onde negros, índios e brancos conviviam pacificamente e as oportunidades eram iguais para todos.

De acordo com Florestan Fernandes (1972, p. 29),

[...] sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. Ao mesmo tempo, assim que surgiram condições para que o protesto negro eclodisse, tais manifestações foram proscritas como se constituíssem “um perigo para a sociedade”.

Na década de 1970 e 1980 vários militantes negros começaram a se organizar em entidades sociais como o MNU, o Grupo Quilombohoje e expressões literárias como os Cadernos Negros para lutar contra esta percepção preconceituosa e racista da sociedade, desmistificando a ideia de que o negro era inferior e de que não existia racismo no Brasil, através de denúncias feitas na imprensa negra, na literatura, nas músicas e nos diversos meios de comunicação em massa.

Segundo o MNU (1988, p. 20-21), acerca do pensamento do militante negro da época:

[...] se quiséssemos ficar na aparência, contestaríamos as “provas da democracia racial”, perguntando porque sendo a população brasileira, majoritariamente negra, não possui uma proporção de negros correspondente, entre as classes rica e média? Porque são tão poucos parlamentares, governadores e prefeitos? Porque são tão

poucos os negros nas universidades públicas e particulares do País? Porque a grande concentração de negros nas favelas, alagados, e nos bairros periféricos? Porque a sociedade brasileira mantém vivas as frases racistas, tais como “negro parado é suspeito”, correndo é ladrão? Ou que “negro quando não faz na entrada faz na saída e certo?” Ou ainda que “dinheiro branqueia”? Porque escondem que mais de 300 anos de história do Brasil foram construídos por negros, exclusivamente? Porque até 1977, a religiosidade negra era perseguida politicamente como “contravenção”? Porque a polícia – frequentemente – prende negros, com base apenas na suspeita, sem acusação ou culpa formada? Porque escondem a inestimável contribuição da comunidade negra na construção deste País, mas afirmam por ignorância ou má fé racista – contribuições bem menos significativas como o ritmo, a sensualidade, o sentimentalismo e as “reservas de pranto”? Porque enfim, contam a “história universal”, mas não falam da África, berço dos negros que civilizaram este país e lhes deram um povo?

Nessa perspectiva, Kabenguelê Munanga entende que (2006, p. 179),

[...] racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira.

Ademais, a percepção de racismo seria a capacidade de o negro brasileiro perceber que está sendo prejudicado socialmente devido à cor da pele, além de entender que seu status social é agravado pelo fato de não ter nascido branco e possuir descendência africana visível em seu estereótipo/fenótipo. Esse sentimento fez com que parte da população negra deste período passasse a lutar para que os direitos da etnia e cultura negra tivessem espaço na sociedade, que as crenças e os costumes afro-brasileiros fossem respeitados e que as oportunidades de trabalho, estudo, saúde e moradia ocorressem independentemente do tom de pele de cada pessoa (MNU, 1988).

Os Cadernos Negros, neste sentido, foi e continua sendo de extrema relevância social desde o final da década de 1970 e principalmente nas lutas sociais dos anos 1980, pois seus textos expressam não apenas o racismo no cotidiano social, mas também os motivos que levaram a este *status quo* dos negros no Brasil.

Uma das principais hipóteses elencadas pelo MNU no período foi a de que boa parte dos negros brasileiros desconhecia a história dos seus antepassados e não percebiam o preconceito nas atitudes sucintas da sociedade, como, por exemplo, a não contratação de negros em grandes empresas, a falta de negros nas universidades públicas e privadas, o espaço dedicado ao negro na mídia televisiva, a quantidade de negros encarcerados em presídios diariamente pela polícia e condenada pela justiça etc.

Souza (2006, p. 46) entende que:

Os periódicos trazem à discussão temas relativos ao racismo e à discriminação racial e suas interferências na configuração das relações de poder na sociedade brasileira. As manifestações de racismo decorrem da interpretação das diferenças entre os seres e as sociedades humanas em termos hierárquicos e constroem-se sobre bases essencialistas que determinam e fixam características, comportamentos e lugares de um determinado grupo étnico, em geral a partir de uma estereotipização negativa.

O prefácio da terceira edição dos Cadernos Negros já embasava “que na medida em que o movimento negro contra a discriminação avançasse surgiria uma geração de escritores negros – poetas, contistas, romancistas, historiadores – como consequência dessa dinâmica de conscientização étnica” (CN, 1980, p. 07). Ou seja, a ligação entre o trabalho do MNU e os contos e poemas dos Cadernos Negros estavam intimamente ligados com o propósito de lutar contra o racismo e a discriminação aos povos negros brasileiros.

Como vimos nos capítulos anteriores, os escritores de origem negra sempre estiveram presentes quando os movimentos sociais iniciaram o embate contra a segregação simbólica da sociedade para com os negros e descendentes de escravos no Brasil. Isso deveu-se de sobremaneira ao fato de que os escritores estiveram presentes nas lutas e, sensibilizados com a situação, passaram a escrever e protestar contra algo que eles acreditavam continuar existindo.

Além disso, o fato de os escritores dos Cadernos Negros, na sua maioria, serem pessoas que estavam inseridas nas universidades, fazendo cursos de graduação e lendo sobre a luta dos negros fora do país, sobre o racismo e a discriminação nos Estados Unidos da América e na África do Sul de Nelson Mandela, e percebendo que no Brasil ocorriam os mesmos problemas sociais

disfarçados numa suposta democracia racial que nunca existiu, fez com que a ânsia pela escrita problematizadora aflorasse ainda mais, a fim de conscientizar os povos negros para lutar pelos seus direitos e compreender que era preciso perceber os problemas sociais pelos quais passavam os negros nas cidades e no campo.

Nessa perspectiva, o historiador Roger Chartier (1990, p. 121) entende que o texto [arte literária]:

[...] propõe-se, acima de tudo, traçar um projecto intelectual e um espaço de investigação. O fundamento comum a ambos decorre da aparente contradição em que se encontra envolvida toda a história, ou toda a sociologia da leitura: quer se considere o carácter todopoderoso do texto, e seu poder de condicionamento sobre o leitor – o que significa fazer desaparecer a leitura enquanto prática autônoma –; quer se considere como primordial a liberdade do leitor, produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares [GRIFO NOSSO].

Portanto, entendemos que Cuti – poeta, contista e um dos fundadores dos Cadernos Negros – na primeira edição dos contos dos CN's ao escrever o texto intitulado **Olhe**, procurou expressar para os leitores negros do periódico seu modo de enxergar o problema racial no Brasil. Este conto, escrito em tom de conversa com o personagem, trabalhou a questão do racismo institucional e a dificuldade dos negros brasileiros conseguir empregos condignos com a sua formação. O texto inicia apontando para o personagem como se tivesse contando a história de vida de muitos negros que não entendem os motivos de não conseguirem trabalhos e ocupações dignas com seu estudo e esforço.

De acordo com o conto,

Você não arrumava emprego condizente com a sua instrução ginásial. Antes, era porque você estava na idade de servir o exército e nenhum empregador queria perder tempo com um empregado que logo sairia, abandonaria a função. Mas depois de vestir a verde-oliva, bater continências todo durinho, dizer sim senhor quase sempre, dar plantões às vezes sábados e domingos, carregar fúsil e aprender metralhar, ainda as portas estavam fechadas (CN, 1979, p 38).

A partir deste personagem e dos documentos publicados pelo MNU sobre o período, é possível aferir várias conotações onde a ficção se confunde com a realidade dos negros brasileiros. O único trabalho que o personagem do conto

encontrou, por exemplo, foi o de servente de pedreiro sem carteira assinada, o que corrobora com os dados do IBGE, segundo fontes levantadas pelo MNU na década de 1980.

Segundo estes dados,

[...] em termos de acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida os setores agrícolas, da indústria da Construção Civil e prestação de serviços absorvem 68% de negros e mulatos, contra 32% de brancos, sendo que, nos setores industriais avançados, a presença de negros, mulatos e pardos é extremamente inferior aos brancos (MNU, 1988, p. 23).

Nessa perspectiva, o desestímulo do personagem por não conseguir ocupações em trabalhos melhores fez com que ele entrasse em depressão e afogasse seus medos e angustias no vício do álcool, o que acabou levando-o ao estigma de “vagabundo” até mesmo pelas pessoas da sua própria família. Ainda de acordo com o conto, este legado do álcool não era novidade na família do personagem, uma vez que seu pai também era viciado pela droga, dando a entender que a falta de perspectiva levou os dois personagens ao mesmo vício.

Em termos de identificação do personagem com a vida real, é possível perceber a relação entre a ficção e a realidade, pois muitos negros, apesar de possuírem os requisitos necessários para as ocupações de trabalho, tentavam adentrar no mercado de trabalho, mas não conseguiam, devido ao comportamento racista das instituições brasileiras do período, que preferiam não atrelar sua empresa a trabalhadores (as) negros (as), segundo entendimento do MNU da época.

Nessa perspectiva, o autor do conto fez, em sua narrativa, um alerta aos negros que estavam na mesma situação do personagem:

Não adianta ficar pensando que é uma desgraça ser negro. Quantas vezes você desculpou aqueles que lhe negavam emprego, ou melhor, quantas vezes você apenas desconfiou mas não aprofundou a questão? Quantas vezes você lavou com cachaça a consciência de que não lhe davam emprego porque você era negro? Muitas vezes (CN, 1979, p. 40).

Percebe-se que o papel dos contos também era fazer com que os leitores lessem os textos e percebessem que aquelas situações ocorriam no cotidiano deles ou de pessoas próximas a eles, mas também objetivava que eles tomassem aquela situação para si e procurassem lutar para modificar o *status quo* ao qual estavam inseridos socialmente. Analisando o ponto de vista do autor do conto, é possível entender que ele enxergava na sociedade problemas centralizadores que dificultava a vida social da população negra, além de compreender que o racismo está além da relação interpessoal, pois ela também está presente nas instituições públicas e privadas.

Portanto, entende-se que o racismo neste conto não está apenas na percepção de que os negros não conseguem empregos condizentes com a sua formação no final da década de 1970, mas também na forma explícita como os negros eram tratados na sociedade com termos pejorativos como “negão”, “macaco”, “pedaço de fumo” etc. Termos cunhados desde os tempos de escravidão e que permaneceram no pós-abolição para designar os negros como pessoas socialmente inferiores, sendo vistos, muitas vezes, como objetos e/ou animais que não mereciam o mesmo respeito e igualdade social.

Como bem percebeu Souza (2006, p. 68),

Os elementos da etnicidade negra, como cor da pele, passado histórico, ancestralidade africana, tradição religiosa e linguagem ritual aparecem e fixam-se como componentes dos textos impulsionados pelas experiências e dramas vivenciados no cotidiano e na história dos afro-brasileiros que, em vários momentos, expressam o desejo de incluir outros excluídos e de intervir nos sistemas de determinação de valor.

Outro conto do primeiro volume desta série de contos dos Cadernos Negros que tratou sobre o racismo e os problemas diários que os negros conviviam no cotidiano das cidades brasileiras nas décadas de 1970-1980 foi escrito pelo autor José Alberto¹⁵ e intitula-se **A Corrida**. Neste conto, o personagem principal é um jovem negro, trabalhador e estudioso que corria em direção ao metrô para pegar sua condução até a escola quando escutou de longe alguém gritar a frase “pega ladrão”.

¹⁵ De acordo com palavras do próprio autor, em 1979 José Alberto tinha 19 anos, estudava na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá e havia lançado o livro “Cinco Poemas Vivos”. Ainda de acordo com o autor, procurava no que escrevia, transmitir uma união, pois acreditava que só ela traria a resposta para tantos problemas que parecem sem solução (CN, 1979, p. 53)

Como não havia feito nada de errado, o jovem continuou correndo em direção ao trem, sem perceber que a multidão corria em sua direção.

No decorrer da história, o jovem negro é finalmente alcançado pelas pessoas que estavam a sua procura, sendo linchado pela população que nem ao menos sabia qual o roubo ele supostamente teria praticado. De acordo com o autor do conto, o linchamento só encerrou com a chegada dos guardas, que pegou o jovem já desacordado e levou-o para o hospital, onde também se dirigiram as pessoas que haviam praticado o ato violento, a fim de saber o desfecho do suposto ladrão.

De acordo com os diálogos relatos do repórter que foi cobrir o caso no hospital (CN, 1979, p. 74),

Um repórter perguntava aos que ali estavam:

– O Sr. correu atrás dele?

– Corri (respondia rapidamente)

– Por quê?

– Ouvi meus amigos gritarem “Pega Ladrão” e em seguida correram, por isso achei que devia correr também

Perguntava no mesmo momento a outro:

– O Sr. correu atrás dele?

– Corri.

– Por quê?

– O que é que acha? A gente vê um baita negrão desse correndo, o que é que a gente pode pensar? Só mesmo é pensar que é ladrão.

– O Sr. sabe na verdade se ele é ladrão, o Sr. viu roubando?

– Você acha que ele não é ladrão? Por quê estaria correndo?

Segundo Munanga (2006, p. 180), “na forma individual o racismo manifesta-se por meio dos atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros, podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos”. Nesse sentido, entende-se que o diálogo entre os autores do linchamento e o repórter define o pensamento de muitos racistas, que ao enxergar um negro correndo na rua e outra pessoa gritando por socorro e/ou acusando alguém de roubo, logo pensa que o criminoso é o negro, simplesmente pela sua aparência e estereótipo cultural.

A reflexão produzida por este conto nos faz perceber que diariamente centenas de milhares de negros são confundidos com ladrões, assassinos e estupradores simplesmente por terem o estereótipo do bandido encrustado na cultura preconceituosa da sociedade. Ademais, este conto faz-nos refletir sobre um

dos fatos que levou a criação do MNU, uma vez que a violência contra os povos de origem africana no Brasil foi o estopim para inspiração de um movimento que lutasse em prol da desmistificação de que no Brasil não existia racismo, tal qual apontamos no segundo capítulo desta dissertação.

O personagem deste conto também representou a realidade de muitos jovens negros que buscava nos estudos a oportunidade que a vida não lhe oferecia em igualdade de condições na sociedade. O contista José Alberto, assim como Cuti no primeiro conto analisado, não nomeia seus personagens, uma vez que a intenção era fazer com que o leitor dos Cadernos Negros se identificasse com a estória e não com o personagem, fazendo-o recordar pessoas que sofreram e sofrem diariamente com este preconceito nas filas do trem, nas lojas, nos shoppings, nas ruas, em todos os lugares públicos e privados da cidade.

O estereótipo negro, no conto, é visto como sinônimo de bandidagem, por ser pobre, muitas vezes desempregado, morar na periferia, mas principalmente por ser descendente de escravo e viver numa sociedade que não admite legalmente o racismo, mas pratica-o mascaradamente no seu cotidiano, seja através de atitudes simbólicas ou de omissão da realidade.

Na sexta edição dos Cadernos Negros, o contista José Alberto abre seus contos fazendo uma reflexão que vem desde quando ele iniciou na luta dos movimentos sociais. De acordo com ele, indagando sobre a sociedade ao qual fazia parte,

Quanto tempo deve demorar para um povo “virar a mesa”, quanto tempo deve demorar para que um negro se descubra negro, quanto tempo deve demorar para explicar uma posição não racista a um racista, quanto tempo deve demorar para que paradigmas se juntem e se tomem um sintagma, quanto tempo deve demorar para uma sociedade aceitar um casal em “preto e branco”, quanto tempo deve demorar para as pessoas passarem a acreditar num mundo sem desgraça, quanto tempo deve demorar para o negro sair da imagem televisiva como subempregado e se tornar o “star” da novela, quanto tempo deve demorar para sairmos do estágio-reuniões e atingir a praticidade, quanto tempo deve demorar para descobriremos que não somos racistas e sim coloristas, quanto tempo deve demorar para sabermos que a África está lá e o nosso espaço está aqui, quanto tempo deve demorar para que eu me questione dentro de um momento que por estatística é chamado de tempo, quanto tempo, quanto tempo? (CN, 1983, p. 24).

Estas indagações refletidas por José Alberto em 1983 dialogam com seu texto escrito em 1979, assim como com os objetivos dos Cadernos Negros e do MNU, na medida em que a luta contra o racismo neste período ocorreu de forma gradativa através da multiplicação dos movimentos sociais em outras partes do país e do diálogo entre os diferentes setores sociais.

A percepção do racismo começou a aflorar na medida em que começaram as discussões em fóruns e congressos sobre o tema e a imprensa e a literatura negra passaram a denunciar estes acontecimentos e demonstrar para sociedade que o racismo existia e que a realidade da população brasileira é o reflexo do contexto social e cultural advindos do período escravocrata, sendo necessário, portanto, discutir e questionar o problema que permanecia latente quase um século após a abolição.

O terceiro conto selecionado para tratar sobre este tema é uma reflexão sobre o tempo da escravidão brasileira, criado e pensado para que os leitores negros da década de 1970 e 1980 compreendessem a dor e o sofrimento que seus antepassados conviveram diariamente no Império Brasileiro e o pensamento político e cultural daquela sociedade. O conto chama-se **Tempestade e Alegria** e foi escrito por Aristides Barbosa¹⁶.

O racismo expresso neste conto está presente na forma de tratamento que o personagem principal do conto – um dono de fazendas e criador de escravos para reprodução e venda – oferece aos negros escravos de sua propriedade. Ademais, este conto expressa algumas das conquistas da abolição da escravidão brasileira, iniciando com a Lei Euzébio de Queiroz (1850) até a Lei do Vinte Livre (1871), fazendo com que o leitor dos CN's não apenas reflita sobre o conto, mas também aprenda sobre este importante marco histórico da trajetória do negro na sociedade brasileira.

De acordo com o conto, respaldado pela historiografia do período,

¹⁶ De acordo com o Portal Assis, Aristides Barbosa nasceu em 25 de março de 1920, na cidade de Mococa, no interior paulista. Trabalhou como jornalista e professor. Foi um dos membros da Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, participando no regional da Frente Negra e nos bailes patrocinados pelas Rosas Negras, comissão feminina da entidade. Nos anos 30, frequentou o Clube Negro de Cultura Social, assim como as sociedades recreativas Marujos dos Lavapés, Som de Cristal e 28 de Setembro.

A lei do ministro Euzébio de Queiroz extinguiu o tráfico de escravos, mas ativou, em consequência, o comércio interprovincial da mercadoria humana. É que negro era o sustentáculo de toda a atividade agrícola da época, e esta, viga-mestra da economia nacional. Da agricultura saíam os produtos de exportação, especialmente o café, o algodão e o fumo. E da exportação vivia o país (CN, 1979, p. 14).

A estória criada por Aristides Barbosa narrou a vida de um escravocrata de nome Francisco ou Chico Chumeiro, que veio de Portugal com a intenção de vencer no Brasil através da procriação de escravos. Inicialmente seu negócio foi bem sucedido, uma vez que a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, colocou na ilegalidade o tráfico de escravos no Brasil, mas não tratou sobre o comércio de escravos interprovinciais. Isso fez com que muitos fazendeiros se especializassem na criação e reprodução de escravos para o comércio interno. Neste sentido, o personagem Chico Chumeiro ganhou muito dinheiro com a venda de escravos, chegando a comprar uma fazenda que batizou de Lobisomem.

A narrativa histórica do conto faz com que o leitor se reporte ao período destacado, compreendendo o papel da família imperial, da igreja e dos escravos na sociedade. A primeira crítica embasada pelo conto revela-se no papel do Padre Ildebrando, que não tinha vergonha em demonstrar o ódio para com os “negros reprodutores” que perpetuavam a “raça negra” na sociedade. Em diálogo com o fazendeiro é possível perceber sua aversão ao comércio do escravocrata.

Chamado pela esposa do fazendeiro para convencê-lo de não praticar atos sexuais com as negras escravas, ele diz:

– Seu Francisco, eu considero a sua decisão prejudicial sob dois aspectos. Do religioso e do comercial. Do religioso, como cristãos que somos, isso vem de encontro à moral cristã. Do comercial, já que o que se procura desde mil oitocentos e cinquenta, é substituir o negro africano, por negros produzidos no Brasil, o senhor acha que os seus filhos, que serão mulatos, não alcançarão o mesmo preço dos negros retintos? (CN, 1979, p. 16-17)

Em resposta, o fazendeiro responde ao padre:

– Eu acho que a moral cristã está meio perdida no Brasil, país em formação onde se verificam muitos fatores que vêm de encontro a

ela. Como cristão, assim que passar esta fase em que procuro ganhar dinheiro, num regime de trabalho e produção econômica que também contraria a moral cristã, buscarei o recurso estabelecido na religião, para quem peca: a confissão. Quanto ao outro aspecto, o da previsão de lucro na venda dos meus filhos mulatos, vamos ser coerentes e reconhecer que não estou lançando nenhuma novidade, nenhum caso inédito. Desde que brancos e negros cruzaram neste país, com raras exceções, os mulatos sempre foram confinados nas senzalas juntamente com negros. Para não irmos muito longe na história, temos um exemplo à nossa frente. O Luiz Gama, esse demônio negro que vem se constituindo num verdadeiro vendaval no movimento de libertação em São Paulo, é um mulato, filho de um branco com uma negra. O próprio pai o vendeu na Bahia, como escravo. Depois, para arrematar, o que sai do ventre de uma negra, neste regime que não fui eu quem inventou, é mercadoria para negócio (CN, 1979, p. 17-18).

As falas dos personagens demonstram o valor simbólico dos negros escravos durante o império brasileiro. O tratamento para com eles era de mercadoria, sendo comparados a gados e cavalos, que tem na prática da reprodução o lucro dos criadores. A leitura deste conto especialmente na segunda metade do século XX, numa década onde as lutas pelos direitos sociais estavam afloradas no Brasil, permite perceber a posição dos autores dos CN's para com sua própria história, uma vez que a narrativa critica a forma como os negros eram tratados e culpabilizava o sistema escravocrata da época, ou seja, o próprio governo imperial que legalizava o processo.

O racismo estampado no personagem do padre para com os negros demonstra uma crítica do autor para com o papel da igreja durante o período em que os negros foram escravos no Brasil. Este discurso também tem respaldo historiográfico, uma vez que é do conhecimento dos historiadores do período que a igreja católica apoiava a escravidão dos africanos desde o início do tráfico no século XVI, fazendo oposição ao regime de maneira sucinta em meados do século XIX.

Ademais, neste conto é possível perceber o estereótipo de sexualidade carregada pela etnia negra no Brasil, pois as práticas sexuais dos escravos eram incentivadas para oferecer lucro aos proprietários, na medida em que mais escravos nasciam e poderiam ser comercializados e/ou utilizados dentro da própria fazenda. Percebe na leitura do conto que a passagem dos estupros contra as escravas também foi uma forma do autor demonstrar repulsa para com o modo como a mulher

negra era tratada no Brasil, sendo sinônimo de sexualidade, permissividade e de pertencimento.

Por fim, o conto tratou do estereótipo mulato, colocando-o no mesmo status do negro, enquanto escravo e vítima de racismo e discriminação na sociedade desde os tempos do império brasileiro. O contista faz referência ao poeta Luiz Gama, através da voz do fazendeiro, falando de sua origem e sua luta contra a escravidão no Brasil. Estas referências simbólicas são fenômenos comuns no decorrer dos contos dos Cadernos Negros, pois tinham o objetivo de apresentar aos leitores personagens importantes na história dos negros no Brasil e em outras partes do mundo, como Zumbi dos Palmares, Ganga Zumba, Luiz Gama, Mather Luther King, Nelson Mandela, dentre outros.

No final do conto, o fazendeiro procriador de escravos acaba perdendo toda sua “mercadoria escrava” devido à publicação da Lei do Vinte Livre, em 1871, ao qual dava a liberdade para todos os negros descendentes de escravos nascidos a partir daquela data, ficando o “dono” responsável pela sua criação até a maioridade. O fato narrado pelo contista ocorreu com muitos criadores/revendedores de escravos no Brasil na segunda metade do Século XIX, que perderam sua “produção negra” e tiveram que modificar as formas comerciais de subsistência econômica.

As reflexões produzidas na leitura destes três contos (Olhe, A Corrida e Tempestade e Alegria) demonstram que a luta contra o racismo no período destacado partiu da consciência negra de que a discriminação deveria ser combatida tanto na forma institucional quanto na forma social e cultural, utilizando-se a imprensa negra ou agremiações e grupos literários para discutir o problema existente no país e os diversos movimentos sociais que estavam ocorrendo em outros países, como nos Estados Unidos, na França e na África do Sul.

A partir destes contos, percebe-se que os autores do primeiro volume de contos dos CN's queriam passar aos seus leitores como eles entendiam as relações sociais no Brasil, onde o *status quo* do negro era sempre inferior ao branco. Seja através da percepção de que o emprego dos negros geralmente era inferior aos cargos e posições conquistadas pelos brancos nas pequenas e grandes cidades, seja no entendimento de que o próprio negro por desconhecer sua cultura passou a negar sua própria história e memória, seja na consciência de que o estereótipo do negro brasileiro geralmente estava ligado ao banditismo, a bruxaria e a sexualidade permissiva, seja na compreensão de que esse é um resquício de um tempo onde o

negro era escravo e tratado como mercadoria no Brasil, ganhando a liberdade legal no processo de abolição, mas não o respeito dos pares sociais que formavam a nação.

Nessa perspectiva, Munanga (2006, p. 181) entende que:

O racismo no Brasil se dá de um modo muito diferente de outros contextos, alicerçado em uma constante contradição. As pesquisas, histórias de vida, conversas e vivências cotidianas revelam que ainda existe racismo em nosso país, mas o povo brasileiro, de modo geral, não aceita que tal realidade exista. Dessa forma, quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo em nosso país, mais ele se propaga e invade as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros.

Portanto, esta percepção de racismo fez surgir entre os escritores dos CN's o desejo de produzir uma literatura que demonstrasse para sociedade – principalmente para os negros (as) brasileiros (as) – os pequenos aspectos sociais que diariamente vão alimentando a cultura do preconceito e da discriminação. A percepção do racismo neste período fez com que os movimentos sociais se unissem em prol da luta dos direitos políticos e culturais. A literatura, neste sentido, foi uma estratégia de resistência, pois sua voz ultrapassa os limites do tempo e do espaço, diferentemente da imprensa jornalística que narra o momento e está presa aos acontecimentos daquele tempo.

3.2. Lembrar para não esquecer: A questão da Memória nos Cadernos Negros

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, história e memória são conceitos distintos, mas que se entrelaçam na medida em que ambos utilizam o passado para pensar e criticar seus problemas históricos. Neste sentido, vários autores se debruçaram nos estudos acerca da memória e da história, entretanto, daremos neste capítulo ênfase aos conceitos de memória trabalhados pelo historiador Jaques Le Goff (1990) e pelo filósofo Paul Ricoeur (2007).

Para Le Goff (1990, p. 423), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Sendo assim, a memória seria a

lembrança de algo que permanece presente na mente daquele que a produziu e/ou da sociedade que se vê representada no acontecimento lembrado, seja através do objeto documental ou do significado simbólico do fato histórico.

O autor dedica seu texto no estudo acerca da memória coletiva, entendendo que ela veio se caracterizando desde as civilizações pré-históricas até a atualidade, sendo, portanto, o caminho importante para se compreender a história sociocultural da humanidade. Segundo ele (LE GOFF, 1990, p. 476),

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Da mesma forma que Le Goff, o filósofo francês Paul Ricoeur (2007) discutiu em seu texto a questão da “memória interior” e “memória ulterior”, onde o autor tentou compreender a relação existente entre as duas formas de memória e a conexão dela para com a história e, principalmente, o esquecimento. Ricoeur, diferentemente de Le Goff, compreende que a memória individual ou memória interior é importante para a confecção da memória ulterior ou memória coletiva, uma vez que a partir dela o indivíduo cria laços sociais e interage com a memória coletiva.

Pensando nessa ideia de memória enquanto instrumento e objeto de poder ao qual Le Goff utilizou em seu texto, analisamos os contos dos Cadernos Negros identificando elementos que corroborassem para pensarmos o papel da memória nos textos do periódico e principalmente na recepção dos autores na sociedade, uma vez que os leitores ao se depararem com textos que utilizam a memória dos negros de forma escrita e narrada – seja tratando sobre o período da escravidão ou na discussão da vida pessoal contemporânea – para discutir questões sociais e culturais do Brasil nas décadas de 1970 e 1980, conseguem compreender a importância do conhecimento cultural de sua etnia para lutar em prol de melhorias sociais e políticas.

Inicialmente vimos que a questão do racismo esteve intimamente ligada aos objetivos dos Cadernos Negros, pois foi a partir desta percepção do problema

sociocultural que surgiram os movimentos sociais aos quais procuraram desencadear a discussão do preconceito de cor no país (ver primeiro tópico deste capítulo). Esta luta fez surgir à necessidade de autoconhecimento dos povos negros brasileiros, ou seja, os autores dos CN's perceberam que a partir da reflexão acerca da memória negra era possível atingir o presente e os problemas que estavam sendo discutidos naquele período, pois a apreensão da memória conseguia unificar o pensamento social, fazendo dela uma arma para o combate contra a discriminação racial e contra o *status quo* estabelecido na sociedade.

Durante nossa análise, percebemos que os textos que tratam de memória nos Cadernos Negros advieram, na maioria das vezes, da memória individual, ou seja, de personagens que utilizam de suas próprias memórias para identificar problemas sociais do presente ou de estórias de seus antepassados que foram repassados a eles de geração em geração para demonstrar ideais de existência, resistência e sobrevivência. Entretanto, alguns contos tratam da questão da memória coletiva, discutindo temas de relevância social para os negros, como a questão do preconceito e da escravidão, e mesmo quando tratam da memória individual, percebe-se que existe uma aproximação da memória coletiva a partir da reflexão feita pelos personagens.

Dentro destas narrativas acerca da memória coletiva, é possível perceber nos contos o papel dos (as) contadores (as) de histórias. Estas personagens existentes na vida real e presentes em alguns contos dos Cadernos Negros utilizam o que Le Goff chamou de “memória étnica”, ou seja, aquela que não utiliza a escrita para transmitir ensinamentos sobre o passado de determinado povo, mas consegue dar continuidade ao conhecimento adquirido.

Entretanto, o historiador faz uma advertência ao lembrar que “contrariamente ao que em geral se crê, a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita não é uma memória palavra por palavra” (LE GOFF, 1990, p. 429), sendo assim, o (a) contador (a) de histórias ao repassar a narrativa via oral para outrem está, na verdade, fazendo isto com as suas próprias palavras, a partir daquilo que se lembra, podendo, muitas vezes, distorcer a própria estória, seja influenciado por outras memórias individuais ou coletivas, seja através da própria forma de interpretá-la e transmiti-la ou até mesmo através do esquecimento e das relações sociais.

Apesar disso, o historiador lembra que nas sociedades sem escrita, existiam especialistas da memória, conhecidos como “homem-memória”, ou seja, “genealogistas, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, tradicionalistas” (LE GOFF, 1990, p. 429), que são pessoas responsáveis em guardar as memórias e repassar aos seus descendentes para que a história daquele povo permaneça com o decorrer do tempo. Dessa forma, entende-se que os (as) contadores (as) de histórias as quais alguns contos referenciam nos CN’s utilizam dessa memória para transmitir ensinamentos e permanecer vivas à cultura dos seus antepassados.

Nessa perspectiva, Le Goff (1990, p. 429) ao citar Jack Goody (1977) entende que

[...] nas sociedades sem escrita não há unicamente dificuldades objetivas na memorização integral, palavra por palavra, mas também o fato de que “este gênero de atividade raramente é sentido como necessário”; “o produto de uma rememoração exata” aparece nestas sociedades como “menos útil, menos apreciável que o fruto de uma evocação inexata”.

Por outro lado, Ricoeur (2007) ao realizar seu estudo sobre a memória compreende que a história e, principalmente, o esquecimento são elementos e conceitos indispensáveis para a narrativa historiográfica. O historiador ao se deparar com temas relativos à memória de um personagem histórico e/ou do imaginário presente em fatos individuais ou coletivos deve intervir durante a escrita, analisando a memória como algo inerente da humanidade, tendo ou não a escrita como forma de ensinamento e transmissão de conhecimento.

A memória, neste sentido, é algo que está intrínseco ao ser humano, sendo criada e recriada a partir de momentos individuais e/ou transferida através de narrativas consagradas pelo coletivo social. Para o autor, “a permanente ameaça da confusão da rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se imagem na lembrança, afeta a ambição da fidelidade na qual se assume a função veritativa da memória” (RICOEUR, 2007, p. 26).

Portanto, entende-se a partir da leitura de Ricoeur que a memória presente em nosso imaginário advém da interpretação que fazemos acerca do fato ocorrido, podendo muitas vezes ser gerada pelo coletivo social ou pela nossa própria interpretação do acontecimento. De acordo com Ricoeur (2007, p. 133), “é no ato

pessoal da recordação que foi inicialmente procurada e encontrada a marca social. Ora, esse ato de recordação é cada vez mais nosso. Acreditá-lo, atestá-lo não pode ser denunciado como uma ilusão radical”.

Nessa perspectiva, selecionamos dois contos do primeiro volume dos Cadernos Negros para compreendermos a importância da discussão da memória, tanto individual quanto coletiva, no contexto de luta e movimento social estabelecido nas décadas de 1970 e 1980. Entretanto, é importante destacar que os textos não tratam exclusivamente da memória do personagem e/ou da memória negra, tendo, portanto, diversos planos de fundo, onde a memória está presente de maneira intrínseca na narrativa, sendo crucial para o entendimento do conto.

Neste sentido, alguns textos que tratam sobre a questão do racismo, como vimos no tópico anterior, também tratam sobre memória individual e memória coletiva, como, por exemplo, “Tempestade e Alegria” – que de certa forma, recorda os tempos de escravidão e a relação senhor-escravo na sociedade, fazendo dele um texto de memória coletiva – e “Olhe” – que permite a partir das memórias de um sujeito identificar elementos presentes na sociedade contemporânea, ou seja, a memória individual dialogando com a memória coletiva.

Não obstante, daremos espaço para analisar outros contos presentes neste primeiro volume a fim de destacar o papel da memória nos Cadernos Negros e as possibilidades de percepção dos leitores para com os contos, uma vez que eles são a ponta final da escrita dos contistas e a interpretação feita por eles é o que faz desencadear a importância da memória negra no contexto social, político e cultural.

O contista Abelardo Rodrigues¹⁷, por exemplo, abre a primeira edição dos contos dos Cadernos Negros com o texto intitulado **O último trem**. Neste conto, ele narra a história de um senhor negro que trabalhava numa fábrica por vários anos e foi despedido devido à diminuição do quadro de pessoal da sua empresa.

Na história, o negro encontrava-se na estação de trem aguardando a chegada da condução que o levaria para casa e, neste período, acabou encontrando seus

¹⁷ De acordo com o **Portal Literafro**, Abelardo Rodrigues “nasceu em Monte Azul Paulista-SP, a 10 de Outubro de 1952. É cofundador do Quilombohoje, juntamente com Cuti, Oswaldo Camargo e Paulo Colina. [...] Em sua auto apresentação, no Volume 02 de Cadernos Negros, declara: “sou mulato. Entendi-me como negro em São Paulo e lancei meu primeiro livro de poemas – Memória da noite – em São José dos Campos em 1978.” Acrescenta que a consciência étnica e cultural, a preocupação com “o ser, o sentir negro no mundo”, é “anterior aos poemas”. Comentando a edição dos Cadernos Negros, destaca a relação entre a heterogeneidade dos textos e o traço comum representado pela “força” com que se afirma a consciência afrodescendente: “essa unidade que somos, embora”. (CN, 1979, p. 05)” – Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/14/dados2.pdf>>.

pensamentos e narrando sua própria vida ao leitor, fazendo críticas à sociedade e à maneira que os negros são tratados no cotidiano das cidades. O personagem do conto analisa desde a própria história até os processos político-culturais que levaram a comunidade negra a este *status quo* social.

Ao refletir sobre si e sobre a origem de povo negro, o personagem pensa:

[...] eu não sei se já disse: mas em casa todo mundo lá é crioulo. Bom..., tem uns mulatinhos da pesada também, mas todos de uma linhagem bem antiga, que vem do tempo da escravidão, do começo; uns quatrocentos anos atrás. Agora, essas coisas de escravo e negro, é um troço bem complicado; nós saímos dela há uns oitenta e cacetadas de anos, e segundo disse o Carlos, um dos mulatos (o mais escurinho): ainda temos todos os sofrimentos no sangue, são coisas (quatro séculos são coisas?) que não podem ser esquecidas, porque nos marcaram, estão em nossos olhos, em nossos gestos, nos gestos de muitos brancos que chegaram até por último e já botaram banca nos seus carros, nas suas firmas, o que vale dizer que até os que chegaram por último ainda estão participando do botim... bem... O que eu quero dizer pra finalizar esse assunto que deixa muita gente assustada com a nossa... como eles dizem mesmo?, ah! Petulância, quando falamos disso: é que as brincadeiras por parte deles, essas coisas que eles dizem sempre quando numa roda também está um dos nossos, digo dos meus, que a gente sempre tenta contemporizar com sorrisos porque senão... já viu, né? Eu mesmo não muito chegado a rodas de brancos principalmente aqueles que fazem esses tipos de brincadeiras, porque não gosto de sair do sério, e você sabe que eu jogo capoeira, ainda dá pra sentir que eu sou mais eu, heim! (CN, 1979, p. 11-12)

A partir deste pensamento elaborado pelo personagem é possível aferir a forma como o autor do conto pensa a questão do preconceito de cor existente em nossa sociedade. Ao refletir sobre o passado dos negros e o racismo disfarçado em brincadeiras cotidianas, ele compreende que os negros possuem uma herança cultural comum, uma vez que advieram de outro continente para servir de “mercadoria” no Brasil e, por isso, são taxados pela sociedade branca como pessoas inferiores e dominadas. Apesar disso, o personagem não sente vergonha da sua herança étnica, uma vez que mantém vivos os costumes do seu povo ao praticar capoeira e sentir-se incomodado com a forma como os negros são tratados em “rodas de brancos”.

Ademais, nesta fala também é possível aferir que o personagem compreende que apesar de toda discriminação contra os negros brasileiros, as características culturais deste povo permanecem fortes na sociedade, seja através do estereótipo ou dos gestos, tanto dos negros quanto dos brancos. Além disso, ele traz um termo pejorativo para adjetivar o negro, através da palavra “crioulo”¹⁸, sendo um resquício advindo desde a época da escravidão e que permaneceu no imaginário social.

Outra passagem importante no conto é o momento que o autor faz uma menção à Zumbi dos Palmares ao refletir que os negros não podem se sentir inferiores perante a sociedade. Segundo o personagem, os negros devem “fazer como fez nosso Zumbi. Eu respeito muito nossos heróis negros, e cá entre nós, vejo as pessoas comemorar datas, datas, e eu penso que nós negros, temos pra comemorarmos...” (CN, 1979, p. 10). A menção ao personagem histórico da memória coletiva negra que continua presente no imaginário social em meados do século XX revela a importância da referência de Zumbi para com os militantes da época, uma vez que ele representa a liberdade e a crença de que é possível conquistar o espaço social mesmo vivendo numa sociedade preconceituosa.

As memórias de vida desse personagem se entrelaçam com as memórias dos seus antepassados na medida em que ele mesmo reflete sobre sua própria existência a partir da sua origem negra, mas, além disso, sua fala faz o leitor questionar o lugar social ao qual a população negra está inserida, pois ao refletir sobre as dificuldades da vida, as horas trabalhadas diariamente nas fábricas, a relação familiar do personagem, o autor encontra o leitor, chegando, muitas vezes, a descrevê-lo em suas palavras.

Nessa perspectiva, o Movimento Negro Unificado entende que

A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam certos historiadores convencionais, de visão curta e superficial entendimento, não se inicia no tráfico escravo e nem nos primórdios da escravidão dos africanos no século XV. Em nosso país, a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro brasileiro, após a chamada Abolição da Escravatura (1888), pudesse identificar e ativamente assumir suas raízes étnicas,

¹⁸ Este termo originou-se a partir do relações inter-raciais entre dois povos de origens africanas e europeias. No Brasil, chamavam-se de “crioulos” aqueles indivíduos escravos não-mestiços que haviam nascido na colônia/império, diferenciando-os dos escravos vindos da África.

históricas e culturais, com esta operação tentando seccioná-las do seu tronco familiar africano (MNU, 1988, p. 52).

Portanto, percebe-se que esta crítica feita em meados dos anos 1980 contra o discurso que na época era sentido pelos membros dos movimentos sociais negros, corrobora com a crítica pelo qual os Cadernos Negros esboçaram em seus contos, pois quando um personagem utiliza suas memórias para pensar os problemas sociais do seu povo, esta percepção crítica do cotidiano faz com que o movimento se intensifique na medida em que os leitores passam a compreender a importância do conhecimento da memória coletiva e sua relação com a memória individual.

Em outro conto, o escritor/contista Henrique Cunha Júnior¹⁹, inspirado na poesia de Célia na primeira edição dos Cadernos Negros, narrou a estória de **Chico dos Pampas**. Um militante que segundo o conto virou lenda e trouxe ensinamentos para as descendências negra posteriores. Inicialmente percebe-se que a estória é narrada por uma contadora de histórias. De acordo com o conto,

Dizem que quem conta um conto sempre aumenta um ponto, dizem que memória de escravo é como a do elefante, as histórias são contadas e recontadas para permanecer na lembrança e quando esquecidas acontece tudo de novo para o povo esquecer (CN, 1979, p. 32).

Este parágrafo de abertura do conto permite perceber que a história de Chico dos Pampas é, na verdade, uma lenda criada e/ou vivida para que os negros conhecessem a história de resistência dos seus antepassados e compreendessem a importância da herança cultural estabelecida há séculos, tanto na África quanto na diáspora negra pelos continentes. Este tipo de estória permite a reflexão da memória coletiva étnica expressa por Le Goff (1990), pois a contadora de história – conhecida no conto como “Negra Velha” – não utilizou meios escritos para repassar seus

¹⁹ Segundo o Portal Literafro, “Henrique Cunha Jr. nasceu em São Paulo, no bairro do Bexiga, em 1952. Passou a infância no tradicional bairro do Ipiranga, tendo estudado no Colégio Estadual Brasília Machado. Formou-se em Engenharia Elétrica na USP e em Sociologia na UNESP de Araraquara. Mestre em História, cursou doutorado em Engenharia Elétrica na França. É Livre-docente pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, tendo também lecionado na USP. Filho do conhecido militante da causa negra Henrique Cunha, foi criado na militância dos movimentos negros. Dirigiu grupos de teatro amador na década de 1970 e foi membro do Grupo Congada, de São Carlos-SP. Participou da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, tendo sido seu primeiro presidente” – Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/73/dados2.pdf>>.

conhecimentos sobre a história da escravidão, mas conseguiu fazer com que aqueles princípios fossem repassados de geração em geração.

De acordo com o conto, Chico dos Pampas era um guerreiro que não gostava de ver seu povo aprisionado e, por isso, procurava lutar contra os brancos escravistas, libertando os negros escravos e construindo sua própria comunidade de libertos. Em uma das passagens a contadora de histórias informa:

A gente de Chico era escravos libertos, perseguidos por muitos senhores perversos, como havia dito, gente ruim porque o mundo os fez assim, gente boa para a sua gente que não poupava luta para tirar negro do tronco, que não parava de correr, cortando cabeça na lâmina do facão e não ficando num ver para como é que o sangue espirava (CN, 1979, p. 32-33).

O personagem de Chico ocupa na estória o papel de homem de resistência, o que faz com que o leitor do conto ao ler a narrativa enxergue na vida deste personagem uma fonte de inspiração para lutar contra o preconceito e a discriminação em seu tempo, uma vez que o personagem demonstra a cada passagem que é necessário enfrentar os desmandos dos que acreditam ser socialmente superiores.

Neste período do século XX, tanto os Cadernos Negros quanto o MNU tentavam desmistificar a ideia de que não existia resistência na história dos negros brasileiros e que durante os anos de escravidão os negros aceitaram este status de inferioridade social. De acordo com a crítica do MNU (1988, p. 53),

Os escribas da historiografia oficial [da época] comprometida com os interesses das elites dominantes, afirmam que os negros africanos escravos eram dóceis e servis e se submeteram passivamente à escravidão. Pelo contrário, vamos constatar na história do negro brasileiro uma série de movimentos, insurreições, revoluções, rebeliões, de luta dos negros africanos contra o regime da escravatura no Brasil. Foi meia exceção e, em muitos casos, personagens lendárias da literatura romanescas. A história do negro no Brasil é uma história de luta. São quase 500 anos de luta, de resistência contra a escravidão, o racismo, a opressão e a exploração [GRIFO NOSSO].

Dessa forma, a estória de Chico dos Pampas, apesar de lendária e ficcional, demonstra o quanto o negro tinha uma cultura de resistência e procurava intervir na

sociedade em prol de melhores condições de vida. De fato, a leitura deste conto remonta uma memória pela qual o militante negro não quer esquecer, pois esta leitura é a fonte de ensinamento que ultrapassa gerações e permanece viva para lembrar que a escravidão esteve presente em nossa sociedade e que o negro não foi conivente com ela, apesar de existir textos oficiais neste período que passavam esta ideia e eram transmitidos em salas de aulas e no cotidiano social, criando uma falsa ideia de submissão negra (MNU, 1988).

Não podemos deixar de lado a história do autor do conto enquanto militante, pois suas próprias experiências e pontos de vista frente à causa negra da época já falam pelo teor da sua escrita. Como bem preceituou Luiz Henrique Silva de Oliveira (2008, p, 70), “a literatura de Henrique Cunha Jr. faz-se pela afirmação de sua identidade afrodescendente e da crítica erigida às relações raciais de nosso complexo social”. Dessa forma, percebe-se que o autor não está distante daquilo que acredita, pois carrega em si memórias e vivências que influenciaram sua escrita e seu modo de enxergar o mundo, fazendo transparecer em sua narrativa o modo pelo qual ele enxerga a sociedade do seu tempo.

Gohn (2006) ao analisar o trabalho de Sidney Tarrow (1994) percebe que existe no esboço dos movimentos sociais a chamada “estruturas de oportunidades”, ou seja, compreende que para o movimento social obter êxito, é necessário que vários fatores corroborem para conquista de espaço e legitimidade social. De acordo com a autora (GOHN, 2006, p. 100-101),

O conceito de oportunidades políticas auxilia-nos na explicação sobre como os movimentos se difundem, como novas redes são formadas, e como as oportunidades são ampliadas e criadas. [...] Para Tarrow, os movimentos sociais se formam quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes.

Portanto, a partir desse pensamento, compreende-se que os militantes dos movimentos negros e autores dos CN's perceberam que nas décadas de 1970-1980 existiam movimentos sócio-políticos que lutavam contra os desmandos da ditadura militar, fazendo com que o momento tornasse propício para discussão acerca do racismo e da memória dos negros brasileiros, pois a partir dos movimentos sociais que estouraram em diversos locais do país, a discussão da memória negra trouxe a

tona elementos essenciais para se pensar o contexto político-social do período, pois fez com que os povos de origem negra no Brasil passassem a se identificar e perceber de forma mais abrangente os problemas elencados pelo Movimento Negro, pela Imprensa Negra e por periódicos literários como os Cadernos Negros.

Nessa perspectiva, a imprensa negra passou a disseminar informativos acerca da situação dos negros no Brasil e trazer personagens históricos da cultura negra para o conhecimento da população a fim de fazer com que a comunidade negra se manifestasse na esfera político-social e passassem a lutar em prol do reconhecimento sociocultural e identitário da sua etnia (SOUZA, 2006).

Como bem expressou um dos prefácios dos Cadernos Negros,

Escrever não é só registrar, é também refletir sobre este ato. A nossa intenção é tornar pública a maneira de cada escritor pensar o ato da escrita no que diz respeito à representatividade literária, ao significado social e contribuição à literatura negra (CN, 1984, p. 05).

Tanto a memória individual quanto a memória coletiva expressas nos contos dos CN's trazem a reflexão acerca do papel social do povo negro, pois a partir da diáspora africana os negros tiveram que lutar diariamente para manter sua memória viva nos diversos continentes, seja através dos (as) contadores (as) de histórias ou da forma escrita em poemas, contos, romances e artigos de jornais publicados em periódicos negros e transmitidos ao longo das gerações.

As histórias narradas pelos contistas Abelardo Rodrigues (o último trem) e Henrique Cunha Júnior (Chico dos Pampas) procuraram retratar a vida do negro brasileiro de forma distinta. O primeiro utilizando um personagem fictício do cotidiano, com todos os problemas sociais de alguém que busca através do trabalho a realização pessoal e familiar, mas que também enxerga na sociedade uma aversão ao estereótipo negro, fazendo-o refletir sobre si e sobre a herança cultural negra. Enquanto o segundo busca nas memórias de um personagem fictício e/ou real do passado levar o conhecimento acerca do período da escravidão e da resistência negra.

Nesse sentido, percebe-se na leitura destes contos que os autores tinham objetivos semelhantes durante o processo de escrita, tanto ao observar o tempo histórico ao qual eles publicaram seus textos, quanto às oportunidades que ambos enxergaram no meio político e social do período. O próprio discurso dos autores dos

CN's ao expressarem seus pontos de vista durante as edições do periódico faz-se perceber a importância da escrita literária negra para a disseminação da memória para a construção social e cultural do povo negro.

Segundo Cuti (CN, 1984, p. 06), por exemplo, “escrever dentro da sociedade de hoje significa: sofrer as intempéries do nosso tempo, estabelecer uma resistência humana diante de todos os processos de desumanização que a exploração sobre o homem tem trazido para humanidade”. Da mesma forma, a contista Esmeralda Ribeiro (CN, 1984, p. 08) entende que “no ato de escrever, estamos questionando o que pensamos e passamos dentro desta sociedade, não só porque somos negros, não só porque escrevemos mas também o que escrevemos”.

Dessa maneira, entende-se que a escrita destes contos remete a como os autores se sentiam ao enxergar as mazelas sociais da população negra e através da escrita procuraram expressar seus sentimentos e anseios para com a sociedade. O leitor final dos CN's, sendo ele negro ou branco, ao ler e interpretar os contos e os ideais dos autores transforma o ato da escrita numa reflexão política, social e cultural. As discussões em congressos e eventos do Movimento Negro na década de 1970 e 1980 demonstram o quanto à literatura negra teve um impacto positivo na crítica ao *status quo* da população negra brasileira, além de fortalecer e valorizar a identidade negra dentro do contexto sócio-político da época.

Algumas memórias às quais Ricoeur (2007) analisou precisam ultrapassar a barreira do esquecimento para que permaneçam vivas na sociedade, pois elas contribuem para confecção da identidade, seja ela singular ou plural. Portanto, pensar a questão da memória na história é perceber a essência da formação humana, através das aprendizagens vividas e do autoconhecimento, pois a memória, assim como a história, traz consigo referências e caminhos para refletirmos e criticarmos o presente visualizando o passado e sua transformação.

3.3. O conceito de identidade a partir da literatura negra

Partindo do que foi discutido nos últimos dois tópicos e nos capítulos anteriores, percebeu-se que a percepção de racismo trouxe para discussão entre os membros do movimento negro da época e, conseqüentemente, entre os escritores dos Cadernos Negros, elementos que corroboraram para que os grupos criassem estratégias de combate à discriminação no país.

Dentre tantas possibilidades de enfrentamento político-social, poetas e contistas negros perceberam que a literatura sempre foi um grande articulador para que a comunidade negra passasse a se interessar pelos problemas socioculturais do país, tendo em vista o histórico de luta desde a abolição com escritores como Cruz e Souza, Luiz Gama, Machado de Assis, e no pós-abolição, com poetas como Solano Trindade, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus, dentre outros.

Esta percepção levou poetas e contistas dos CN's a escreverem temas referenciais para o conhecimento da história dos negros no Brasil, seja através da criação de personagens fictícios, como Chico dos Pampas, ou com o resgate de personagens reais, como Zumbi dos Palmares, Martin Luther King, Nelson Mandela e outros. Ademais, a partir da compreensão do pensamento de Le Goff (1990) e Ricoeur (2007), percebemos que a memória enquanto significado simbólico é um elo centralizador para que os movimentos sociais alcancem seus objetivos, pois ela faz com que a determinada comunidade se reconheça enquanto pertencente à mesma identidade e que, portanto, dialogam com outras identidades para formar uma sociedade pluri e multicultural.

Por isso, entende-se que a discussão da identidade no movimento negro está intimamente ligada à questão do racismo e das memórias dos povos de origem africana no Brasil, tanto individual quanto coletivas, pois esse autoconhecimento da história e da memória dos povos faz com que pessoas com as mesmas características se reconheçam e passem a lutar pelos mesmos ideais sociopolíticos.

Sendo assim, entendemos que os contistas e militantes dos movimentos negros perceberam que era necessário levar esta discussão político-social e cultural para os fóruns e congressos dos movimentos negros da época, tanto nacionalmente quanto internacionalmente (MNU, 1988), assim como publicar textos (poesias e contos e artigos de jornais e revistas) para que a sociedade reconhecesse o papel do negro como protagonista na política e na cultura do país e o próprio negro se autoconhecesse e se identificasse no contexto da história nacional.

Acreditamos que a discussão da identidade perpassa todos os contos dos Cadernos Negros, sendo ela, portanto, responsável para que o leitor enxergue a si e a sua própria história dentro do conto e/ou poesia escrita no período, pois cada um deles tinham objetivos específicos na luta por uma sociedade mais justa e menos preconceituosa.

Como bem refletiu Cuti sobre o ato da escrita nos Cadernos Negros, “eu escrevo, não por causa disto ou daquilo, mas porque não consigo não escrever. É uma forma de conseguir enfrentar o mundo, de existir, de conseguir resistir às coisas que violentam, que marcam” (CN, 1984, p. 06). Ou seja, para ele, assim como para os demais escritores dos CN’s, escrever/interpretar sobre o que se passava na sociedade era uma obrigação social, pois a partir do que enxergavam criticamente a sociedade, podiam demonstrar sua militância sem se afastar da arte literária às quais os uniu, pelo contrário, utilizando-a como estratégia de luta e resistência social, política e cultural.

Nessa perspectiva, as identidades, segundo Zigmund Bauman (2005, p. 19), “flutuam no ar, algumas de nossa escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, [por isso] é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” [GRIGO NOSSO]. Entende-se que para este autor existem na sociedade dois tipos de identidades que caminham juntas na formação da essência humana, mas não são excludentes, pois tanto o indivíduo possui uma identidade talhada no próprio ser quanto, em contrapartida, entra em contato com outras identidades e acaba interagindo com elas, pois no mundo líquido e moderno observado por Bauman não é possível existir apenas uma identidade ao qual seja superior as outras, assim como ninguém está alheio às identidades que formam a humanidade.

Da mesma forma que Bauman, mas utilizando como vetor a identidade cultural, Stuart Hall (2006, p. 02) entende que “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero e sexualidade, etnia, raça e nacionalidade”. Nesse sentido, percebe-se que estas identidades não pertencem a um único contexto de luta, elas, na verdade, estão entrelaçadas e convivem naturalmente entre si, pois muitas vezes o mesmo indivíduo está ligado ao movimento negro e de gênero, de gênero e de classe, de raça e de nacionalidade e sexualidade etc.

Ao analisarmos as conjunturas sócio-políticas das décadas de 1970 e 1980 e o grande aumento de movimentos sociais que buscavam espaços legítimos na sociedade, percebemos que eles procuravam – apesar de separados ideologicamente – os mesmos objetivos, utilizando-se de estratégias parecidas e

muitas vezes aproveitando os mesmos espaços para unificar o debate e construir a cidadania frente às novas demandas sociais.

Por isso, Hall (2006) entende que existem três concepções diferentes acerca do conceito de identidade aos quais estão atrelados ao tempo histórico e sociológico da humanidade, sendo eles: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. De acordo com o autor, o sujeito do iluminismo caracteriza-se na pessoa centrada totalmente no indivíduo, “unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2006, p. 10). Por outro lado, para o sujeito sociológico “a identidade é formada na interação do eu e a sociedade” (HALL, 2006, p. 11) e o sujeito pós-moderno é aquele que “assume identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente” (HALL, 2006, p. 13).

Nessa perspectiva, cabe a nós, neste trabalho, perceber que para a construção da identidade negra nas décadas de 1970-1980 houve a reflexão acerca dos sujeitos sociológicos e pós-modernos elencados por Hall, pois entendemos que durante o período analisado, os movimentos sociais tenderam primeiramente a encontrar seu próprio caminho, compreendendo suas próprias identidades a partir da interação com a sociedade e posteriormente perceberam que as identidades utilizam de um conjunto de características que necessitam do reconhecimento das outras identidades socioculturais para conseguir sua própria legitimidade.

Para ambos os autores a questão da identidade nasceu a partir da crise do pertencimento, ou seja, quando o indivíduo passou a interrogar sobre sua própria existência e o que dela se (re)conhece. Encontrar a identidade como algo tangível, neste sentido, é uma tarefa impossível, pois a identidade surge como uma questão primeiramente interna e posteriormente coletiva.

Portanto, entende-se que o conceito de identidade presente nesta dissertação leva em consideração que o escritor negro ao escrever seus contos, expressa em palavras e versos histórias e memórias que fazem com que o leitor enxergue no texto elementos aglutinadores que interajam socialmente e que contribuem para pensar as relações socioculturais do período. Ademais, esta identidade está intrinsecamente ligada ao lugar social aos quais os escritores e, conseqüentemente, os leitores pertencem e a reflexão acerca das mazelas socioculturais da nossa sociedade.

De acordo com Bauman (2005, p. 42), os anos de 1980

[...] foram uma década de inventabilidade frenética. Novas bandeiras foram costuradas e erguidas, novos manifestos elaborados, novos cartazes concebidos e impressos. Como a classe [sociedade] não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos e categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social. Gênero, raça e heranças coloniais comuns pareceram ser os mais seguros e promissores [GRIFO NOSSO].

Dessa forma, entendemos que a percepção de uma identidade negra nas décadas de 1970 e 1980 foi um processo pelo qual o indivíduo pertencente a esta etnia brasileira passou a se reconhecer enquanto grupo étnico e compartilhar das mesmas ideias e ações, sem com isso deixar de partilhar de outras ideias e outras identidades que dialogavam socialmente e conviveram no mesmo espaço-tempo, pois como bem preceituou Hall e Bauman, as identidades são múltiplas e não estão dissociadas umas das outras.

Nessa perspectiva, as décadas de 1970 e 1980 serviram para mostrar esta fluidez das identidades, pois na medida em que cada classe, gênero ou etnia da época encontrava seus elos aglutinadores, percebiam que umas dependiam das outras para se legitimar socialmente, além de perceberem que o fato de pertencerem à mesma identidade não retirava a simbologia de também pertencerem a outras e dialogarem com elas (movimentos sociais de classe, gênero, etnia etc.).

Os prefácios dos CN's na década de 1980 demonstram que o objetivo dos escritores não era a segregação das etnias brasileiras, ou seja, o separatismo entre os brancos e os negros, mas sim o reconhecimento de que existiam vozes negras que almejavam ser ouvidas, assim como existiam discriminação e racismo no Brasil que precisavam ser combatidos e levados à discussão política e social. Ademais, a percepção de que não havia espaço no cânone literário brasileiro para os escritores e escritas negras fez com que os autores se organizassem e publicassem seus próprios textos, demonstrando sua visão de mundo e o modo como enxergavam a sociedade brasileira (ANTÔNIO, 2005; SOUZA, 2006; CASTRO, 2007; CORREIA 2010).

A escritora contista Thereza Santos (CN, 1981, p. 05-06), no prefácio do quarto volume dos Cadernos Negros, dialoga com os leitores da coletânea fazendo as seguintes observações:

[...] Vejam com os olhos abertos, leiam, leiam e releiam, e gravem cada frase, cada palavra destes contos, na verdades destes gritos – gritos conscientes de luta, de razão – e descubram que apesar do sistema ocidental ser visto como sendo insubstituível e a cultura negra como sendo naturalmente inferior, que apesar do mito da incompetência natural do negro – que foi por sua vez tomada plausível pela deliberada política de analfabetismo e exploração econômica – que apesar do negro introjetar neste mito de incompetência e passar a ver-se do ponto de vista da sociedade brasileira, aqui estamos, e como tomo a ousadia de me incluir, estamos para dizer que por maior que tenha sido este esforço, foi em vão; não se procedeu a dissolução da consciência do negro, e sim a sua iluminação pela verdade.

As palavras de Thereza Santos mostram que os CN's não buscavam dissolver a sociedade, mas sim lutava por espaços e reconhecimento social por algo que entendiam ser legítimo e que era verificado nas páginas dos jornais, nas atividades cotidianas da sociedade, nas pesquisas governamentais e em tantos outros espaços onde o negro sofria preconceito e discriminação e era subjugado de inferior e incompetente perante outras etnias que formavam nossa nação (MNU, 1988).

O objetivo dos CN's era fazer com que estes negros que não tinham espaço no cânone literário nacional pudessem construir seus próprios meios de reprodução e distribuição da arte escrita, além de fazer com que a sociedade percebesse a reivindicação negra por espaço e existência. Ademais, a fala da prefacionista demonstra o sentimento de pertencimento étnico que a faz enxergar de maneira crítica as situações discriminatórias pelas quais sofriam os negros daquela época.

Assim como nos tópicos anteriores, ao analisarmos os contos percebemos que não existem histórias que tratam especificamente do tema identidade do povo negro brasileiro, mas, de certa forma, apresentam personagens que entendem o pertencimento étnico e que valorizam suas próprias memórias e as histórias dos seus antepassados, construindo dessa forma uma identidade negra e exigia reconhecimento social e cultural frente à sociedade.

Estes personagens, ao levantarem a bandeira do movimento negro e discutirem temas relevantes para as reflexões da época, utilizaram a percepção de identidade negra para fazer militância, pois um dos objetivos dos Cadernos Negros nas décadas de 1970 e 1980 era fazer com que os próprios escritores negros

encontrassem suas próprias identidades e transformassem em arte seus anseios e desejos perante o olhar que faziam da sociedade, contribuindo dessa forma para que o leitor do periódico interviesse politicamente e buscasse nos movimentos sociais e na arte literária um espaço de diálogo e mudanças.

Portanto, ao reanalisarmos os contos do primeiro e segundo tópico deste capítulo, conseguimos encontrar em muitos destes personagens, o pertencimento indentitário com a causa do movimento negro da época. Além disso, estes personagens trazem a reflexão do ser e pertencer-se negro no Brasil das décadas de 1970-1980, pois as críticas sociais neles apontadas assim como as memórias por eles vividas trazem para o leitor do periódico o sentimento de identidade e reconhecimento da própria história e da memória dos seus antepassados, criando um elo entre o presente vivido e o passado narrado.

Temos, por exemplo, o conto **Tião, Tião** de Neusa Maria Pereira²⁰, ao qual narra à estória de uma mulher que vivia internada numa clínica e expôs ao leitor sua história de vida ao lado de Tião, seu marido. A personagem não conseguia acreditar na morte do seu ente querido e utilizou suas lembranças para diminuir a saudade sentida. Na estória, Tião era um homem negro que tinha orgulho da sua cor de pele e por isso ensinava à comunidade negra do seu entorno que não deveriam ter vergonha das características negras contidas nos fenótipos e costumes.

Segundo a personagem, Tião (CN, 1979, p. 79-80)

Fez ver a gente de nossa comunidade que ela ainda tem um orgulho a defender. Ensinou-lhes a história de Zumbi, contou-lhes a luta em Palmares. Fez ver a nossos irmãos que seus cabelos duros e carapinha eram bonitos, que sua pele Negra é macia e lisa, possuindo um anticorpo mágico que afasta o câncer e aproxima os orixás que nos dá força para resistir a toda forma de dominação. Ensinou para eles, que apesar de todos os ultrajes, SOMOS ALGUÉM, somos seres humanos e pretendemos lutar para que todos acreditem nisto, para que todos respeitem isto.

²⁰ Neusa Maria Pereira é jornalista, trabalhou em jornais importantes na cidade de São Paulo, como o Diário de São Paulo, Diário do Comércio, Editora Abril, Folha Metropolitana, Revista Panorama da Justiça, dentre outros. Além disso, participou como editora do Jornal Versus na década de 1970. Desenvolve trabalhos acerca da participação da mulher negra na literatura brasileira e esteve presente no primeiro ato contra a discriminação racial na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, que deu origem ao Movimento Negro Unificado (MNU).

Ou seja, o personagem Tião era, na verdade, um militante da causa negra que viveu para ensinar aos outros negros de sua comunidade que era necessário lutar para que tivessem os mesmos direitos; que eles não eram inferiores e por isso não precisava abaixar a cabeça quando percebessem algum ato de preconceito contra si motivado pela cor da pele ou formato do cabelo.

A identidade étnica do personagem Tião fez com que ele reconhecesse e valorizasse os traços africanos, seja pelo tipo de cabelo ou cor da pele. Percebe-se na leitura que estas definições do ser e pertencer-se negro eram importantes, principalmente no contexto da época ao qual o conto foi escrito, uma vez que a “branquificação” do negro perante a sociedade fazia com que os próprios negros desvalorizassem seus traços e fizessem com que eles utilizassem artifícios para parecerem cada vez mais com os brancos e distanciarem das suas próprias origens étnicas, seja pelo penteado, pelas roupas ou pelo comportamento social (MNU, 1988).

A própria mídia da época estimulava o padrão europeu de beleza através de propagandas com personagens brancos, loiros e de olhos claros, utilizando roupas de estampas e estilos europeus, enquanto que as personagens negras eram, quase sempre, vistas como inferiores, com papéis secundários, geralmente em cargos de baixo padrão social e nunca vestiam roupas que a identificasse culturalmente. Quando a vestimenta era de origem africana, geralmente a narrativa dava-se em cima do preconceito religioso, colocando a religião afrodescendente como demoníaca, ou seja, fazendo com que o telespectador enxergasse na vestimenta algo negativo.

A partir da reflexão das publicações do MNU acerca desse olhar social nas décadas de 1970-1980, percebeu-se que estes estereótipos construídos desde os tempos de escravidão contribuíram para que a população negra da época se distanciasse das origens africanas e comesçassem a querer usufruir da moda branca europeia (MNU, 1988). Por isso, os Cadernos Negros tentava mostrar à população negra, através de contos e poesias, que existia beleza na cor de pele negra e que os penteados, vestimentas e características negras pertenciam às heranças culturais dos seus antepassados, que lutaram para que os negros brasileiros pós-abolição tivessem a liberdade e o direito de exercer sua identidade.

O personagem de Tião vai além da reflexão acerca da beleza negra, pois a contista Neusa Maria Pereira ao criar um personagem que utilizava seu sentimento

de pertencimento para ensinar à comunidade negra de que era preciso valorizar suas próprias características, faz com que o leitor se sinta na responsabilidade de também dialogar com os negros (as) das suas comunidades e intervir no processo de branqueamento da sua comunidade, problematizando e repensando o espaço do negro na sociedade.

Além deste conto, encontramos no primeiro volume dos CN's outra estória da mesma autora que reflete os ideais do movimento negro para com a questão da identidade negra brasileira. O conto **Passo Marcado** narra a estória de dois personagens: Sônia e José Carlos Bras. Ambos primos-irmãos crescidos juntos desde crianças, mas separados pelo tempo e os caminhos que a vida os levou.

De acordo com o conto,

O afastamento de Sônia se consumiu entre livros, escolas, cursos, festas que **tentaram a deixar menos negra, a esquecer sua gente, sua história**, numa fuga enganosamente feliz. Ele não. Continuou a preservar-se o direito de ser homem negro que sabe os caminhos que tem que seguir na vida. Aprendeu a superar as mesquinhas, os preconceitos e medos. **As amarguras, deixou-as gravadas nas letras de samba de escolas por onde passou.** Foi passista, letrista, cantor, e amante da Escola de Samba Camisa Verde e Branca depois de ficar anos no Vai-Vai (CN, 1979, p. 83-84) [GRIFO NOSSO].

Esta passagem da estória permite-nos compreender que trata-se de duas vertentes distintas da compreensão da formação da identidade a partir do lugar social aos quais eles foram formados. A primeira representada pela personagem Sônia que após o afastamento de José Carlos Brás passou a viver cercada de outras identidades às quais a fizeram distanciar das origens negras de sua infância. O segundo constituído pelo personagem de José Carlos Brás, que diferentemente de Sônia continuou cercada de pessoas com as mesmas características e costumes que valorizavam a etnia negra, sua história e memória.

O conto trata-se, principalmente, da vida de José Carlos Brás (Zé Carlos), identificando-o como um personagem carismático que utiliza o samba para viver e exercer sua identidade. Através do samba o personagem transmitia sua arte e demonstrava sua herança cultural africana. A autora do conto não faz uma crítica contundente à questão do “embranquecimento” da personagem Sônia, mas deixa

claro que o distanciamento dela a fez perder as características inerentes da sua etnia.

A estória criada por Neusa Maria Pereira expressa diversas características da população negra, mas sem a degradação estereotipada feita pela sociedade, pois o objetivo maior era fazer com que o leitor daquele período enxergasse nessas características elementos positivos a partir de um personagem popular e carismático. Ademais, faz-se necessário compreender a importância do samba para identidade negra brasileira, pois durante muitos anos esta expressão artística era sinônimo de “vadiagem”²¹ no Brasil, mas a partir da midiaticização do gênero musical, ele passou a ser valorizado socialmente e publicizado para o mundo como uma cultura legitimamente brasileira.

Entretanto, a participação do negro nesse mercado cultural não teve o mesmo destaque que o gênero musical, fazendo com que o negro criador e produtor de samba ocupasse apenas um papel secundário no bojo da representação cultural. O personagem de José Carlos Brás, por exemplo, apesar de ser um sambista, compositor e cantor oficial da Escola de Samba, possuía outros empregos para sobreviver, pois não existia naquele momento, assim como não existe atualmente, a valorização do seu trabalho de sambista na sociedade.

O título do conto, por sinal, faz referência aos passos de samba marcados pelo personagem Zé Carlos. De acordo com o conto, todo carnaval

[...] o Zé deslizava pela avenida, no seu traje de seda e passos de bailarino do povo, e cantava alto e profundo o samba enredo da sua escola, e as pessoas amontadas nas arquibancadas o reconhecia, destaca sua voz entre todas, e seu jeito maneiro, sua leveza, seu passo “marcado” que deixou história entre os sambistas da cidade (CN, 1979, p. 85).

A estória de Zé Carlos permite-nos perceber a dimensão da identidade negra no Brasil das décadas de 1970-1980, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o samba e o carnaval estavam intimamente ligados à cultura negra. Nos morros e na periferia, a população negra comemorava as festividades de

²¹ A vadiagem era compreendida no Brasil do século XIX até meados do século XX como ato ilícito, podendo levar o indivíduo a prisão. O ilícito consistia em um mecanismo de controle de Estado sobre a liberdade do cidadão. Durante o período da escravidão, geralmente era enquadrado nesta infração os negros libertos e/ou mulatos que estavam nas ruas e não tinham profissões declaradas.

momo utilizando o samba como elemento simbólico da cultura negra brasileira. Dessa forma, o personagem representa não apenas o sambista, mas também todos aqueles que utilizam a arte negra para representar as características da sua herança histórica. É importante lembrar que os Cadernos Negros surgiram na cidade de São Paulo, especificamente no bairro do Bexiga, onde o samba e a arte negra estavam cotidianamente sendo vividos pela comunidade.

Por fim, ainda no primeiro volume de contos dos Cadernos Negros encontramos o conto **O mundo que deu a luz a vida de um “cego”**, escrito pelo contista José Alberto. Este conto é essencial para nossa análise, pois ele consegue sintetizar na mesma estória elementos que utilizam o racismo, a memória e a identidade negra e, ao mesmo tempo, consegue unificar o conto e a poesia negra dos Cadernos Negros.

O personagem Chico Riva conversava através da escrita poética, pois tinha deficiência nas cordas vocais e tinha um senso poético muito forte, o que fazia com que ele caminhasse com seu bloco de papel e caneta, e quando era necessário falar algo com alguém, escrevia no seu papel e repassava para quem queria endereçar. Numa dessas conversas voz-texto, encontrou Zé Preto em um banco de praça e passaram a refletir sobre a vida, a infância, a situação do negro brasileiro, o racismo e a esperança de um mundo melhor.

Na primeira reflexão, o personagem Zé Preto questionou o pensamento de Chico Riva acerca da infância, pois para ele a vida de adulto com tantas responsabilidades era desestimulante e não o fazia feliz. Chico Riva respondeu seu amigo a partir de uma reflexão poética intitulada “A infância que aprende”, onde ele disse (CN, 1979, p. 55):

[...]
 Falar de infância é bonito
 Desde que não seja comigo
 Infância é ensino da vida
 Tomei muita pancada
 E não quero dar pancada em ninguém
 Para ensinar a vida.
 [...]

Em termos de posicionamento social do conto, esta passagem permite-nos compreender a história do negro a partir do passado deste personagem, pois assim

como os militantes negros da época, o objetivo do periódico era fazer com que os leitores enxergassem que o presente poderia ser transformado mesmo que o passado não tivesse sido como desejado.

No decorrer da conversa, ocorreu a segunda problemática levantada pelos personagens: a visão do negro para com as pessoas da mesma etnia. No conto, uma jovem negra chamada Magali passou no momento em que os dois estavam conversando e Chico Riva insinuou que ela tinha um relacionamento com o personagem Zé Preto, ao qual negou imediatamente.

A forma como Zé Preto negou o compromisso com a mulher negra, no entanto, fez com que o mudo Chico Riva indagasse o amigo através do poema intitulado “o tempo dirá”. Numa das passagens do poema, Chico Riva questionou (CN, 1979, p. 57):

[...]
 Negando um amor?
 “Ei... não faça drama
 Negra p’ra mim é só na cama”
 Mas ela não é negra como você?
 Você a nega... porque?
 [...]

O tema central desta passagem da conversa foi à percepção de Chico Riva acerca da aversão à moça negra feita por Zé Preto. Para Chico Riva, Zé Preto estava “cego” e não percebia que a cor da pele não importava, mas sim o sentimento que os dois tinham um pelo outro. Dessa forma, o autor do conto levantou a problemática acerca da percepção dos negros para com a própria etnia, ou seja, o distanciamento entre o ser e o pertencer-se negro. Numa linguagem precisa, o contista José Alberto conseguiu discutir a questão da identidade e do preconceito negro, levando os leitores à reflexão do ato e consequentemente do mundo a sua volta.

O levantamento destas problemáticas foi importante na época, pois o movimento negro estava iniciando as discussões acerca do ser negro no país e da forma como a própria comunidade negra enxergava o pertencimento étnico ao qual se originou. Apesar dos militantes lutarem pelo reconhecimento da cultura negra e pelo espaço na sociedade, eles percebiam que muitas vezes a aversão vem de dentro da própria população negra que passou décadas sendo “ensinada” que ser

negro é ruim e que é necessário miscigenar a população, ou seja, acabar com a discriminação através da diminuição da população negra no país (MNU, 1988).

Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, a falta de atenção governamental aos negros brasileiros após o processo de abolição e o mito de democracia racial criada para disfarçar o preconceito existente em nossa sociedade fez com que a identidade negra fosse deixada de lado em detrimento ao processo de “embranquecimento” da população.

Nessa perspectiva, de acordo com o MNU (1988, p. 36),

[...] a situação da população negra brasileira é ainda mais precária, devido à sua condição de marginalizada na sociedade brasileira. O negro não teve acesso à educação, emprego e moradia. Sem condições para competir, ficou com os piores empregos e salários, sendo obrigado a morar em favelas e invasões das periferias da cidade. Quando o negro consegue as condições mínimas de vida, depois de muito sacrifício seu e de sua família, é coagido a se “embranquecer”, sendo, portanto, forçado a violentar para obter as mínimas vantagens que lhe são oferecidas pela sociedade “branca” brasileira. O processo de “embranquecimento” fez com que o negro rejeitasse o próprio corpo e almejasse o ideal branco.

Dessa forma, percebe-se que quando o autor do conto colocou a questão da aversão do negro para com o outro negro, não queria mostrar que existia racismo na etnia negra, mas fez uma crítica quanto ao processo de formação dessa população, pois historicamente a sociedade brasileira foi ensinada que ser negro no Brasil era sinônimo de inferioridade e subalternidade e os próprios negros acabaram distanciando das suas origens para viverem as identidades estabelecidas pela população branca do país.

O personagem Chico Riva, para debater a justificativa de Zé Preto quanto à aversão à pretendente negra elaborou três novos poemas intitulados “Negação”, “União” e “União Esperada”, aos quais refletiram o posicionamento deste personagem para com a situação do negro no Brasil. Estas reflexões fez Zé Preto refletir sobre a sociedade e perceber o quão “cego” (título do conto) e egoísta ele era perante o mundo a sua volta.

No poema “União Esperada”, Chico Riva compreendeu que (CN, 1979, p. 59-60):

Estamos sujeito a tudo
 Seja preto, branco ou amarelo
 Temos que ser unidos
 Temos que ser amigos
 Cantaremos juntos se precisar
 Gritaremos juntos para melhorar
 Todos temos problemas
 Mas poderíamos juntos solucionar
 Todos temos alegrias
 E poderíamos juntos participar
 Vamos acreditar na amizade
 Vamos abolir a maldade
 Vamos extinguir a falsidade
 E vamos viver na realidade

Ou seja, o objetivo de Chico Riva no poema não era separar o negro do branco, mas criar espaços para que cada um tivesse um lugar de igualdade. Dessa forma, percebe-se também a visão do autor do conto quanto à questão do negro brasileiro, pois apesar da percepção de que existia racismo no Brasil, o objetivo dos Cadernos Negros não era sobrepor o negro ao branco, mas sim mostrar que era possível fazer com que as diversas etnias e identidades que formam nossa nação sobrevivessem juntas de forma harmoniosa.

Por fim, Zé Preto retribuiu todos os poemas recebidos pelo amigo Chico Riva e criou um poema intitulado “É importante e interessante viver” ao qual fez uma reflexão sobre a conversa vivida pelos dois e a importância do autoreconhecimento enquanto negro numa sociedade preconceituosa.

De acordo com o personagem: (CN, 1979, p. 61):

O interessante é,
 A gente ser... o que é
 E não ligar para os outros
 É importante a gente
 Saber existir
 E assumir
 [...]

Portanto, compreende-se que o conto de José Alberto publicado em 1979 – numa época em que o movimento negro estava se constituindo enquanto um grande espaço de discussão acerca do papel do negro na sociedade – faz com que o leitor

perceba essa discussão e interaja com o conto para aguçar o próprio senso crítico acerca do negro na sociedade brasileira.

A questão da identidade, neste sentido, é importante, uma vez que ela congrega tudo aquilo pelo qual os membros do movimento negro e escritores do MNU propunham para a população negra. O (re)conhecimento da população negra para com as histórias e as memórias das suas próprias origens fez surgir tanto à percepção de que o racismo existe e está presente na sociedade quanto à definição do ser e pertencer-se negro.

Os Cadernos Negros, portanto, é uma fonte de inspiração, mas também de crítica social ao qual o Brasil necessitava naquele momento, pois a literatura não apenas congregava diversas pessoas e grupos, mas também colaborou para os próprios membros do movimento negro percebessem problemas sociais para discutir e dialogar através da arte situações reais e/ou ficcionais do cotidiano social aos quais todos estavam inseridos.

Portanto, corroborando com o pensamento de Bauman (2005) e Hall (2006), as identidades são múltiplas, mas é necessário compreendê-las para legitimá-las socialmente. A luta pelo processo de legitimidade da cultura negra brasileira durante o período compreendido entre a abertura política e a efetivação da Constituição Federal passou por processos lentos e graduais, aos quais serviram de aprendizado para as diversas conquistas do movimento negro nos anos posteriores.

Por isso, compreende-se que a participação destes personagens na confecção de um periódico não apenas problematizou a capacidade dos autores negros de fazerem uma literatura rica e legítima, mas também serviu para que a identidade negra ganhasse espaço e procurasse seu caminho na sociedade, uma vez que a temática e o ponto de vista dos autores estavam constantemente sendo problematizados nos versos e rimas das estórias criadas e, conseqüentemente, fez com que o público leitor passasse a fazer críticas contundentes ao *status quo* social. Nesse sentido, percebe-se que a “estrutura de oportunidades políticas” (GOHN, 2006) permitiu que os militantes negros da época obtivessem êxito na empreitada de criar entidades que fizeram a sociedade enxergar com outros olhos o papel do negro na conjuntura sócio-política da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação percebemos que a literatura e a história caminham juntas no que se refere à construção da narrativa enquanto objeto de comunicação, não obstante, percebemos que as operações epistemológicas e conceituais das duas ciências são diferentes na medida em que utilizam metodologias distintas para sua consecução. O autor da ciência literária – sendo ele poeta, contista ou romancista – tem objetivos diferentes do autor da historiografia, portanto, pertencem a mundos diferentes mesmo utilizando as mesmas armas para construção e comunicação com o interlocutor.

A fonte literária, no entanto, é objeto de análise para as duas ciências, o que faz com que elas olhem para o passado e reflitam sobre a sociedade no tempo e espaço. Como vimos ao longo dos capítulos desta dissertação, muitas vezes o autor da literatura utiliza o cotidiano ao seu redor para pensar, refletir e escrever sobre a sua narrativa, enquanto o historiador busca analisar o passado através dos documentos para, dessa forma, entender esse cotidiano ao qual o autor da literatura pensou e escreveu.

Intrínseco nessa discussão encontra-se a literatura negra, pois o próprio aporte teórico-metodológico que utilizamos nesta dissertação permitiu-nos perceber que a escrita literária negra geralmente diz respeito ao passado aos quais os autores viveram, seja através das memórias dos seus antepassados ou da própria realidade onde vivem e da interpretação que eles fazem do tempo e espaço narrado. Portanto, a literatura negra representa não apenas o objeto da escrita literária, mas também uma fonte rica para o historiador compreender o passado e as relações socioculturais aos quais os autores viveram e escreveram.

O crítico literário Eduardo de Assis Duarte (2008) nos apresentou cinco características basilares para compreensão da literatura negra: o estudo da temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público. A partir destes elementos, conseguimos responder problemáticas importantes para compreensão do passado, uma vez que esses conceitos nos mostraram que os autores da literatura negra das décadas de 1970-1980 não estavam dissociados do contexto ao qual viveram. Pelo contrário, a partir da sua essência militante conseguiram elencar temáticas importantes para a luta política, social e cultural do período, criando pontos de vista

críticos sobre a situação dos negros brasileiros e escreveram seus textos pensando em contribuir para a reflexão do público negro em variados contextos.

A partir da reflexão acerca do tempo histórico aos quais os escritores dos Cadernos Negros produziram seus contos, foi possível estabelecer elementos importantes quanto aos seus objetivos, seus ideais e suas metas enquanto grupo literário, uma vez que estas reflexões tentaram representar a sociedade em seu tempo e espaço. Ademais, percebemos que a efervescência dos movimentos sociais da época colaboraram para que novos grupos se formassem e se estabelecessem politicamente na sociedade, como foi o caso do Movimento Negro Unificado (MNU) e de tantos outros do mesmo período.

Nessa conjuntura, a construção dos Cadernos Negros (CN's) em 1978 e do Grupo Quilombhoje em 1980 dentro de um contexto de luta e resistência dos movimentos negros veio contribuir para que a causa negra tivesse um impacto maior em termos de visibilidade social, uma vez que a discussão do papel do negro na política estava sendo feita diariamente nas ruas e nas universidades, seja através dos eventos do MNU (congressos, seminários, encontros etc.), das pesquisas acadêmicas sobre o tema ou da literatura e imprensa negra que circulava em jornais, revistas e periódicos denunciando os desmandos governamentais e o desprezo social frente aos problemas dos negros no Brasil.

Os Cadernos Negros, dessa forma, nasceram com o objetivo de divulgar uma literatura que não estava sendo vivenciada pela sociedade brasileira da época, mas também surgiram com o propósito de apresentar e discutir junto com a sociedade os problemas sociais vividos pela população negra diariamente, seja através do racismo e da discriminação ou pela falta de incentivo governamental, tendo em vista os dados apresentados pelo MNU neste período. Portanto, a contribuição deste periódico enquanto elemento produtor para a divulgação do conhecimento da população negra foi e continua sendo importante para que a sociedade perceba a diversidade cultural existente em nosso país e os problemas advindos do racismo e da discriminação em todos os aspectos sociais, políticos e culturais.

Percebe-se ao longo desta dissertação que o início dos CN's ocorreu na cidade de São Paulo, uma vez que seus fundadores estavam inseridos numa conjuntura de explosão dos movimentos sociais e da restauração do movimento negro brasileiro, através do MNU e de outras frentes de luta que emergiram nas capitais brasileiras. Além disso, a maioria dos fundadores estava inserida no

contexto acadêmico da época, sendo estudantes da graduação que percebiam a discriminação racial e procuravam ler e compreender os motivos que levaram a população negra a este *status quo* sócio-político.

Portanto, compreende-se que o lugar social dos fundadores dos CN's contribuiu de sobremaneira para que a publicação tivesse êxito e que as edições posteriores fossem cada vez mais amplas, tanto com escritores do Estado de São Paulo quanto de outros Estados do Brasil. Não obstante, o papel dos fundadores foi fundamental para que este periódico mantivesse vivo e representativo no bojo dos movimentos negros brasileiros, pois suas perseveranças na organização, divulgação e distribuição do periódico permitiu não apenas o sucesso, mas a inter-relação que fez com que novos autores passassem a publicar na coletânea advindos de várias partes do país.

Nessa perspectiva, percebe-se que os Cadernos Negros e o Grupo Quilombhoje foram importantes na luta do movimento negro do período analisado e sua literatura contribuiu para que o pensamento do movimento negro fosse publicizado em versos e rima, utilizando mecanismos textuais de fácil interpretação e alta comunicação, tanto entre os letrados e os de baixa escolaridade. Os contos dos CN's simbolizam não apenas a visão do autor para com a sociedade, mas a representação de um grupo social que lutava pelo reconhecimento cultural de uma literatura que até então era vista como periférica e secundária no cânone literário brasileiro.

Ademais, percebemos que estes autores e suas literaturas permitiram que boa parte da população negra marginalizada pudesse compreender de forma lúdica a cultura afro-brasileira criando uma identidade distinta daquela que estava sendo imposta pela classe dominante da época, além de colaborar para o sucesso da luta pela cidadania e pelos direitos sociais conquistados na promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e nos diversos setores sociais.

Ao longo dos capítulos percebemos a importância da pesquisa do nosso objeto-fonte literatura para os propósitos da historiografia, passando pela situação política e social vivida no nosso tempo histórico de análise, chegando à confecção dos primeiros volumes dos Cadernos Negros e sua formação enquanto poetas e contistas que almejavam contribuir na luta do movimento negro, mas que também procuraram se estabelecer enquanto uma literatura legitimamente brasileira e que merecia destaque no contexto da indústria cultural do país.

Nosso grande eixo articulador para pensar a problemática dos Cadernos Negros foi à apreensão dos conceitos de racismo, memória e identidade, pois ao longo da pesquisa cada leitura realizada nos contos e prefácios do periódico ficou evidente que o grande objetivo era o combate ao racismo nos espaços sociais, políticos e culturais do país, assim como o MNU e os outros grupos de combate ao racismo da época, mas também a percepção de que era necessário criar laços de memórias no leitor para que ele compreendesse suas próprias existências e, dessa forma, contribuísse para a discussão da identidade negra que estava começando a ser destaque no cenário político e social.

A partir do conceito de racismo apreendido nas referências utilizadas e dos contos analisados, percebemos que a forma como os autores dos CN's enxergavam este problema social partiu da ideia de que os espaços dedicados aos negros na sociedade não condizia com o quantitativo populacional de negros existente na época, como, por exemplo, o número de negros nas universidades era muito inferior à quantidade de negros presentes nos censos populacionais; os cargos ocupados pelos negros geralmente era inferior ao seu nível de escolaridade ou, muitas vezes, não representavam as ocupações pelos quais estavam aptos devido ao preconceito e a discriminação racial existentes na sociedade, além disso, o tratamento para com os povos de etnia negra no cotidiano social geralmente utilizava adjetivos pejorativos e nomenclaturas ofensivas.

Nessa perspectiva, os escritores dos CN's perceberam que havia se constituído culturalmente na sociedade brasileira uma espécie de segregação racial extraoficial, pois enquanto o discurso de democracia racial continuava existindo, a representação dessa democracia não era vista e sentida na população negra. Os contos nos mostraram qual o ponto de vista dos autores e como eles enxergavam este problema social que afetava de sobremaneira a população negra brasileira. A partir da análise destes contos, percebeu-se que a percepção do racismo fez com que os autores dos CN's buscassem elementos no cotidiano social para mostrar as mazelas socioculturais aos quais estavam inseridos.

Ademais, a partir do conceito de memória discutido nesta dissertação, foi possível estabelecer que alguns contos utilizaram o que os autores da historiografia e filosofia da história denominaram de memória individual e memória coletiva para fazer conexões com a realidade do leitor e, dessa forma, fazer com que eles compreendessem a importância do passado, das lembranças e das histórias,

principalmente levando-se em consideração o período escravagista e o pós-abolição.

Entretanto, essa reflexão sobre a escravidão nos contos dos Cadernos Negros e no próprio prefácio dos primeiros volumes do periódico não tinha como objetivo vitimizar os povos de etnia negra brasileira em torno de um passado vivido numa sociedade e no contexto diferente daquela estabelecida nas décadas de 1970-1980, mas a percepção de que alguns dos problemas socioculturais permanentes na população negra foram construídos e estabelecidos desde a sociedade escravista, uma vez que nunca houve uma política de estado que combatesse essa discriminação.

Por fim, a partir da compreensão de que existia racismo na sociedade brasileira e que a memória era um espaço para conhecer a própria história e combater a falta de conhecimento da população negra sobre sua própria existência, chegamos ao conceito de identidade, percebendo que os ideais dos Cadernos Negros não colocava em xeque o estabelecimento de uma superioridade negra frente às outras identidades, mas a constatação de que existia uma identidade eminentemente negra e que era necessário respeitar as diferenças. Sendo assim, percebe-se que para os escritores dos Cadernos Negros o reconhecimento de que existia uma identidade negra era o primeiro ponto para as conquistas dos povos negros brasileiros, além disso, era necessário demonstrar para o leitor negro dos CN's que ele também pertencia a esta identidade cultural, embora esta não seja única e nem superior às outras.

O conceito de identidade estabelecido pelos historiadores e sociólogos aos quais utilizamos neste texto nos mostrou que era possível o leitor dos CN's se deparar com situações onde o negro, a mulher, o religioso, o pobre, o rico e todas as outras identidades culturais se misturassem, mas que a identidade negra também estivesse presente, pois o próprio movimento negro do período percebeu que havia um desconhecimento acerca da identidade negra inclusive entre os próprios integrantes desta cultura, seja porque sempre estiveram inseridos em um contexto em que a hegemonia da classe dominante estabelecia para eles elementos prontos de identidade ou porque ele mesmo desconhecia as características da identidade negra e, por isso, não se identificava dentro deste contexto sociocultural e político.

Dessa forma, as três categorias discutidas nesta dissertação, além da compreensão dos elementos sociopolíticos presentes no tempo e espaço da nossa

pesquisa nos mostraram que os Cadernos Negros foram de vital importância para a construção desta conceituação que se transformou em um novo paradigma da literatura brasileira, onde o autor negro encontrou espaço para produzir e estabelecer parâmetros antes negligenciados pelo cânone literário brasileiro.

Não obstante, o tempo estabelecido para a consecução do trabalho de mestrado nos impediu de aprofundar outros elementos encontrados em nossa pesquisa, como, por exemplo, a análise das primeiras poesias publicadas pelo periódico e a diferença deste gênero em relação aos contos; a reflexão acerca das capas dos Cadernos Negros que representavam não apenas a temática central do ano, mas também uma crítica social; a análise dos contos dos outros volumes dos CN's, uma vez que foi impossível discutir todos nesta dissertação; os personagens da cultura negra brasileira e estrangeira referenciados ao longo dos contos, como, por exemplo, Zumbi dos Palmares, Martin Luther King, Nelson Mandela, dentre outros.

Portanto, é necessário continuar os estudos acerca deste periódico em outros momentos para que seja possível elucidar temas e conceitos importantes para a historiografia do período, uma vez que o trabalho destes autores não apenas demonstram um profundo senso crítico para a situação dos negros brasileiros nas décadas de 1970-1980, mas também fazem com que a literatura e a história caminhem juntas na reflexão acerca da transformação sociocultural da humanidade.

Ademais, entende-se que a escolha pelo objeto literário como fonte histórica, nos permitiu não apenas enxergar os elementos centrais para a historiografia, mas também as concepções de outras ciências (literatura, sociologia, antropologia etc.) para compor nosso trabalho, fazendo dele um texto interdisciplinar e transdisciplinar. Por isso, entendemos que pensar a historiografia do século XXI significa olhar para o passado e perceber as várias relações sociais existentes e os diversos contextos vividos, seja por meio de documentos oficiais ou de outros meios que também reflitam o passado e suas transformações.

Dessa forma, a literatura nos mostrou outra forma de enxergar o passado, pois ela narra não apenas a ficção, mas também os pontos de vista e as reflexões sociais pertencentes a determinados tempos históricos. Por fim, a reflexão acerca do lugar social dos escritores dos CN's nos permitiu perceber seus objetivos e ideais na construção do periódico, pois os autores não estavam dissociados dos acontecimentos que os cercavam nas décadas de 1970-1980. Pelo contrário, estes

acontecimentos contribuíram para que seus textos literários ganhassem vida e identidade, pois a percepção que faziam da sociedade daquele período refletia na sua escrita.

REFERÊNCIAS

Fontes

CADERNOS NEGROS. **Poesia**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 01, 1978.

CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979.

CADERNOS NEGROS. **Poesia**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 03, 1980.

CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 04, 1981.

CADERNOS NEGROS. **Poesia**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 05, 1982.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Contos**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 06, 1983.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Poesia**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 07, 1984.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Contos**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 08, 1985.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Poesia**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 09, 1986.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Contos**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 10, 1987.

QUILOMBHOJE. **Cadernos Negros: Poesia**. São Paulo: Quilombhoje Literatura, Volume 10, 1988.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **1978-1988: Dez anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 10.639 (2003). **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2003.

Bibliografia

ANTÔNIO, Carlindo Fausto. **Cadernos Negros**: Esboço de análise. 2005. 262 f. Tese (Doutorado em Literatura Geral e Comparada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil**: Nunca mais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

ASSUNÇÃO, José Barros de. **Ranke**: considerações sobre seu modelo historiográfico. *Diálogos*, v. 17, n. 3, 2013, p. 977-1004.

AZEVEDO, Sérgio, RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Cultura política, cidadania e voto**: Desafios para governança metropolitana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERND, Zilá. **Antologia de poesia afro-brasileira**: 150 anos de consciência negra no Brasil. São Paulo: Mazza Edições, 2011.

BONFIM, Rosilda da Silva Souza. **Quilombo Literário**: Um olhar sobre a recepção de contos dos Cadernos Negros por estudantes quilombolas. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado da Bahia, Bahia, BA.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BROCHIER, Christophe. **Le concept de <<Democratie Raciale>> Dans L' Historie Intellectuelle Brésilienne**. *Revue de Synthèse*: tome 135, 6ª série, nº 1, 2014, p. 123-150.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 10ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Silva Regina Lorenso. **Corpo e erotismo em Cadernos Negros**: A construção semiótica da liberdade. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

_____. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORREIA, Severino do Ramo. **Quilombhoje**: Um tambor expressando as vozes literárias negras. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo. 1991. Volume 11, nº 5. p 173- 191.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. **A ordem dos livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução: Mary Del Priore. 2ª Edição – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Práticas da leitura**. 5ª Edição – São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. **História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DESLANTES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: Memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira**: Um conceito em construção. (Artigo Científico). Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª Edição, São Paulo: Editora Globo, 2008.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues. **A mulher negra nos Cadernos Negros: Autoria e representações**. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto [et al] (org.). **Dicionário de Política Vol. 1**. Tradução: VARRIALE, Carmen C [et al]. Brasília: UNB, 11ª Edição, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Editora Loyola, 2008a.

_____. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Editora Loyola, 2008b.

_____. **Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2ª Edição - São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Jorge. **Jango: As múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. 4ª Edição – São Paulo: UNICAMP, Instituto de Artes, 1996.

MALERBA, Jurandyr (org.). **A história escrita: Teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MUNANGA, Kabenguelê. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Lenivaldo I. **A história e a cultura afro-brasileira através da literatura no século XIX: Uma experiência histórico-pedagógica na EREM – Professor Cândido Duarte**. 2013. 85 f. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE.

_____. **Solano Trindade: Uma vida de luta e resistência**. 2015. 52 f. Monografia (Especialização em Cultura Pernambucana) – Faculdade Frassinetti do Recife, Recife, PE.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Em busca de outra história: Imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História. São Paulo. 1995

_____. **História & História Cultural**. 2ª Edição – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Negro Brasileiro, nº 25, 1997.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Esmeralda & BARBOSA, Márcio (org.). **Cadernos Negros três décadas: Ensaio, poemas e contos**. São Paulo: Quilombhoje: Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Smênia. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: Aspectos do Movimento Negro dos anos 40 e 50**. Estudos Afro-Asiáticos. [online], 2003, vol.25, n.2, pp. 215-235. ISSN 0101-546X.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **A descoberta do insólito: Literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. 2011. 448 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SOUZA, Florentina & LIMA, Maria Nazaré (org.). **Literatura Afro-Brasileira**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornais do MNU**. 1ª Edição, 1ª Reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. Vol. 6. Brasília: Editora EdUSP, 1994.

Sites

CUTI. **Entrevistas**. Disponível em: <<http://www.cuti.com.br>>. Acesso em: 2016/2017.

FOLHA UOL. **Escritora Maria de Jesus viveu do caos ao caos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>>. Acesso em: 20.Jul.2016.

GRUPO QUILOMBHOJE. **História**. Disponível em: <<http://www.quilombhoje.com.br>>. Acesso em: 2016/2017.

MEMÓRIA DA DEMOCRACIA. **Ato reorganiza o movimento negro**. Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/ato-reorganiza-o-movimento-negro>>. Acesso em 30.dez.2016.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva. **Negros no mundo que lutam por negros**. Minas Gerais: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, vol. 31, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2020/1593>>. Acesso em 15.jan.2017.

PERIÓDICO SCIELLO. **Artigos Científicos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 2016.

PROJETO LITERAFRO. **Biografia dos Autores**. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/=literafro>>. Acesso em: 2016.

PLANALTO. **Leis Federais**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2016.

PORTAL ASSIS. **Biografia Aristides Barbosa**. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/biografias/aristides_barbosa.html>. Acesso em: 28.nov.2016.

SOUZA FILHO, Vinebaldo Aleixo de Souza. **O negro em um carro de êxito de Oswaldo de Camargo**. VI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura – FACON-UFBA, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24888.pdf>>. Acesso em: 25.Jan.2017.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: Alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23_a07>. Acesso em 2016.

- ANEXOS -

- OLHE -

CUTI. Olhe. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 38-42.

Você não arrumava emprego condizente com a sua instrução ginásial. Antes, era porque você estava na idade de servir o exército e nenhum empregador queria perder tempo com um empregado que logo sairia, abandonaria a função. Mas depois de vestir a verde-oliva, bater continências todo durinho, dizer sim senhor quase sempre, dar plantões às vezes sábados e domingos, carregar fúsil e aprender metralhar, ainda as portas estavam fechadas. E como não tinha saída, que o estômago não espera, cutucado pela família que vivia dizendo que não queria sustentar vagabundo, você resolveu trabalhar em qualquer coisa. Servente de pedreiro foi o serviço que você arrumou. Uma mixaria por hora e um trabalho braçal de arriar qualquer um. E você cada dia mais triste, desconfiado. Começou a beber cachaça com um pouco mais de regularidade até que um dia caiu do andaime e quebrou uma perna e algumas costelas. Aí sim, a fossa aumentou e você andou pensando em se matar. A família sem o dinheiro mensal, porque sua carteira não era assinada, peregrinou umas dificuldades, mas seu estado acidentado fez reavivar o sentimento fraterno em todos, menos no seu pai, que a cachaça já tinha deixado ele bobo e sem noção das coisas. Sair da cidade. A ideia pintou na sua cabeça traços de progresso em cores vivas de um futuro desejado. E você se pôs a fazer castelos maravilhosos que a curto prazo seriam todos parte da realidade, da sua realidade. Era só se recuperar. E você então, num trabalho de força de vontade, foi sarando, sarando, e teve alta, mas antes mesmo de começar a colocar os planos em prática, a palavra vagabundo andou lhe dando uns tapas no ouvido. Era a sua irmã que vivia uma revolta acesa desde que tinha concebido um filho sem querer, e, pra falação da vizinhança, sem casar. O gajo tinha dado no pé e mais uma barriga, como dizia sua mãe, tinha ficado para dar despesa. Empregada doméstica em cidade pequena ganha muito pouco, e sua irmã ganhava menos ainda, porque os ricos eram muito tradicionais e não aceitavam moça que tinha se perdido. Então era você que ia virando o bode expiatório dela. Vagabundo, vagabundo, vagabundo... Até que você estourou e deu briga. Não precisava ter batido tanto nela. Afinal ela não passava de uma menina feito mulher à força da ignorância e da pobreza. A briga foi o estopim e você saiu de casa, sem um puta tostão no bolso e ganhou a estrada com uma esperança bêbada e um arrependimento profundo como única bagagem.

.....

Não adianta ficar pensando que é uma desgraça ser negro. Quantas vezes você desculpou aqueles que lhe negavam emprego, ou melhor, quantas vezes você apenas desconfiou mas não aprofundou a questão? Quantas vezes você lavou com cachaça a consciência de que não lhe davam emprego porque você era negro?

Muitas vezes. Lembra-se dos seus sorrisos quando lá na sua cidade o chamavam de negão, macaco, pedaço de fumo? É, precisou muito tempo para você parar e analisar as coisas. Esta cidade barulhenta até financeiramente lhe faz bem, e, não fosse seu sentimento de culpa de ter largado a sua família ao deus-dará, até que se podia dizer que você se deu bem na cidade grande. Aqui, emprego de bater máquina em banco é coisa insignificante. Você ficou contente e nem se lembrou de verificar que na proposta que você tinha preenchido havia o item: COR. Afinal, a gravata lhe trouxe, de certa maneira, uma vida menos sem dinheiro do que na sua cidadezinha, sem contar as “boas maneiras” que se moldaram numa tensão cotidiana. E vieram as contas, as prestações. Com tanto cartaz luminoso dizendo compre, beba, fume, não havia jeito. Você acabou se enterrando em dívidas e contraindo um catarro que não o deixa em paz. Beber, você já bebia. Deixou a cachaça mas pulou no uísque. Mas isso que te encurrula contra o espelho, aonde você vê seu rosto preto, ainda não é o inferno nem a morte. Imagina você o que passa seu sobrinho? Sua irmã? Sua mãe, que você, no dia da sua formatura ginásial, teve vergonha de apresentar aos olhos da maioria branca que o cercava? E agora isso: a mulher branca que você pensou em segurar como a garantia de sua pretensa branquidão, não serviu a seu intento. Ela gostava de você, mas você gostava era da cor da moça. Na verdade você até achava que ela era feinha. Amor desse jeito, tem que dar em nada. Mas você teve azar. Não bastasse perder essa possibilidade de se aproximar mais do privilégio de ser branco, você, no mesmo dia, leva pela cara a certeza de que as barreiras da cor existem, não só dentro de você. A promoção a chefe, tão esperada e merecida, não veio. Foi. Foi pousar numa pele branca, igual a sua esperança falsa, ela, foi pousar como borboleta num outro homem, branco, quem sabe até para ser verdadeira. Se matar? De novo? Este negro que te olha do espelho é você mesmo. É aquele você que foi encoberto pela sua covardia; a união das mágoas que ao invés de você curar, tentou afogar no álcool. Este que te olha pra você deste espelho, é aquele que não gosta dessa sua gravata que enlaça o pescoço e tuas “boas maneiras”, e que murmura todo dia no meio de seus pensamentos: NÃO QUERO SER BRANCO! Olhe bem, não tenha medo, é você mesmo que se transforma, que se transforma, que se encontra depois de muito tempo andar tropeçando sonhos em se tornar branco por dentro, e até acreditando que o “problema” não existe. Olhe!

- A CORRIDA -

ALBERTO, José. **A corrida**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 62-65.

Ao fim da tarde de ontem, na Av. da Estação (a qual assim é denominada porque o seu fim dá-se na porta de uma estação ferroviária), descia correndo um rapaz negro, com quase dois metros de altura.

la numa carreira que parecia mais veloz do que o vento.

Era observável que na avenida muitas pessoas paravam para vê-lo correndo, parecendo até que fugia de algo.

Era notável que ele não estava mal vestido. E corria, corria pela Av. da Estação, corria desviando das pessoas tão facilmente, parecendo que fazia aquilo constantemente.

Aquela corrida tornava-se algo emocionante, até que ouviu-se no espaço um grito: – “Pega ladrão”. A partir daí, deixou de ser emocionante para ser preocupativa.

O indivíduo que gritou, passou também a correr, e corria em direção à pessoa que passara por ele correndo, só que com uns bons metros de diferença. Uns transeuntes que por ali à procura de algo para fazer, passaram também a gritar “Pega ladrão” e logo que gritavam, passavam a correr em direção ao velocista negro.

Ao adiantar a visão, alguns metros à frente do grupo grialhão, notava-se que a diferença entres eles era grande, sendo que o rapaz poderia facilmente ouvir aquela gritaria nas suas costas, mas o mesmo parecia despreocupado, e continuava sua trajetória corrida com a mesma cadência e segurança, sem mesmo olhar para trás.

Toda aquela correria e aquela gritaria já estavam chegando bem próximas à entrada da estação, onde estavam dois guardas de sentinela.

Foi quando um dos corredores alcançou o jovem negro. Esse mesmo que o alcançou, sem nenhuma pergunta, passou-lhe uma rasteira.

O coitado entrelaçou um pé no outro e caiu. Logo que caiu, toda aquela multidão resolveu desabafar as suas preocupações inexplicáveis sobre aquela pessoa, que tinha na face uma cara de não saber o que ocorria.

Os guardas logo que notaram toda aquela multidão batendo em alguém, saíram da porta e foram em direção ao tumulto. Quando conseguiram chegar perto do jovem que apanhava, notaram que o mesmo já estava inconsciente. Os guardas tiraram as pessoas que ali aglomeraram-se e em seguida levaram a vítima para um hospital.

Instantes depois, encontrava-se na porta do quarto do hospital, onde o rapaz estava internado, um punhado de pessoas que ali estacionaram, entre as quais repórteres e alguns dos primeiros indivíduos que correram atrás do moço.

Um repórter perguntava aos que ali estavam:

– O sr. correu atrás dele?

– Corri (respondia rapidamente)

– Por quê?

– Ouvi meus amigos gritarem “Pega Ladrão” e em seguida correram, por isso achei que devia correr também.

– Perguntava no mesmo momento a outro:

– O sr. correu atrás dele?

– Corri.

– Por quê?

– O que é que acha?. A gente vê um baita negrão desse correndo, o que é que a gente pode pensar?, só mesmo é pensar que é ladrão.

– O sr. sabe na verdade se ele é ladrão, o sr. viu roubando?

– Você acha que ele não é ladrão? Por quê estaria correndo?

Nisso outros notaram, pela janelinha da porta do quarto, que o paciente mesmo todo quebrado, pôde levantar um pouco a cabeça, e dizer algo para o doutor, e depois bumba, sua cabeça voltou para o travesseiro e se virou para o lado, como que se tivessem lhe torcido o pescoço.

O doutor saiu de perto da cama do paciente, virou-se para a porta. Deu quatro lentos passos. Abriu a porta e saiu do quarto. Antes mesmo de dar alguns passos no corredor do hospital, os que ali estavam o cercaram e foram logo perguntando?

- Quem era ele?
- Ele morreu?
- O que ele disse?
- Era mesmo um ladrão?
- Por quê ele corria?
- O que ele tinha roubado?

O doutor com a cabeça levantada e com os olhos lacrimejantes respondeu a todos:

– Vocês mataram um homem que corria para não perder o trem, isso para que pudesse chegar mais cedo à escola. E vocês, seus assassinos, mataram um homem porque era negro, e agora o que acham disso?

- TEMPESTADE E ALEGRIA -

BARBOSA, Aristides. **Tempestade e Alegria**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 14-22.

A lei do ministro Euzébio de Queiroz extinguiu o tráfico de escravos, mas ativou, em consequência, o comércio interprovincial da mercadoria humana. É que o negro era o sustentáculo de toda a atividade agrícola da época, e esta, a vigamestra da economia nacional. Da agricultura saíam os produtos de exportação, especialmente o café, o algodão e o fumo. E da exportação vivia o país.

Não podendo mais importar escravos da África, toda a atenção dos escravocratas se voltou no sentido de procurar produzi-los internamente. Lançaram mão de todo o expediente ao alcance para estimular a procriação de negros. Incentivaram a mancebia, transformavam meninas a partir dos doze e meninos a partir dos quinze anos em concúbitos, ludibriando assim a vigilância da igreja que, conquanto, na maioria dos casos, surda e muda ao que se passava com o negro no regime da escravidão, de quando em quando se preocupava e intervinha, falando em nome da moral cristã. E nesse processo não tardou que surgissem fazendas de criação de negros, como as de criação de gado. E não faltaram ali os reprodutores escolhidos a dedos, tal e qual como os reprodutores, nas fazendas de criação de animais.

Não se sabe de onde, apareceu na Fazenda do Lobisomem, um tal Francisco cujo nome os escravos corromperam logo para Chichuma, depois de ter passado por Chico Chumeiro. Segundo uns, Chuchuma era português, segundo outros, espanhol e segundo ele próprio, um pouco de cada ingrediente do povo ibérico.

Chumeiro chegou, viu o comércio de gente, entrou nele e venceu. Entrou de mangas arregaçadas. – “Não vim ao Brasil para perder tempo - costumava dizer. – Vim para fazer a América, ganhar muito dinheiro, depois viver tranquilo na minha boa terrinha, na Europa”. No começo trabalhava como intermediário, Mercadejava os negros ganhando na base de comissão. Mais tarde passou a comprar e vender as suas peças. Ganhou tanto dinheiro, que por volta de 1870 estava podre de rico. Sempre ambicioso, ao invés de voltar para a Europa, resolveu comprar a Fazenda Lobisomem e transformá-la numa fazenda de produção de negros. Pelo menos, essa seria a sua atividade principal.

Conhecedor do ramo, percorreu vários Estados do Brasil procurando os bons negros reprodutores, como os fazendeiros compram machos reprodutores: os bois, os cavalos e os porcos. Selecionou também as mulheres que lhe pareciam de infalível fecundidade. Distribuiu em cota, o número de mulheres que cada reprodutor deveria engravidar. Ele próprio, que se considerava um machão em termos sexuais, e, sobretudo, um autêntico patriarca, resolveu escolher algumas das boas negras para si. Não é preciso dizer que isso provocou a mais ardida divergência na sua família. Sua mulher quis morrer ou matá-lo de ciúmes e de cólera, quando soube de sua decisão. Convocou-se uma reunião de família, presidida pelo padre Ildebrando, capelão e conselheiro espiritual dos donos de fazenda. Frio e calculista Chichuma conseguiu colocar a questão em termos de negócios, fazendo, assim, prevalecer o seu ponto de vista.

O padre Ildebrando, sempre comprimindo sua bíblia no sovaco, colocou a seguinte questão:

– Seu Francisco, eu considero a sua decisão prejudicial sob dois aspectos. Do religioso e do comercial. Do religioso, como cristãos que somos, isso vem de encontro à moral cristã. Do comercial, já que o que se procura, desde mil oitocentos e cinquenta, é substituir o negro africano, por negros produzidos no Brasil, o senhor acha que os seus filhos, que serão mulatos, não alcançarão o mesmo preço dos negros retintos?

Chuchuma piscou os olhos miúdos, cheios de malícia e argumentou:

– Eu acho que a moral cristã está meio perdida no Brasil, país em formação onde se verificam muitos fatores que vêm de encontro a ela. Como cristão, assim que passar esta fase em que procuro ganhar dinheiro, num regime de trabalho e de produção econômica que também contraria a moral cristã, buscarei o recurso estabelecido na religião, para quem peca: a confissão. Quanto ao outro aspecto, o da previsão de lucro na venda dos meus filhos mulatos, vamos ser coerentes e reconhecer que não estou lançando nenhuma novidade, nenhum caso inédito. Desde que brancos e negros se cruzaram neste país, com raras exceções, os mulatos sempre foram confinados nas senzalas juntamente com os negros, e escravizados como negros. Para não irmos muito longe na história, temos um exemplo à nossa frente. O Luiz Gama, esse demônio negro que vem se constituindo num verdadeiro vendaval no movimento de libertação em São Paulo, é um mulato, filho de um branco com uma negra. O próprio pai o vendeu na Bahia, como escravo.

Depois, para arrematar, o que sai do ventre de uma negra, neste regime que não fui eu quem inventou, é mercadoria para negócio.

O padre teve um sobressalto e benzeu-se. O sogro e os cunhados fitaram-no com espanto, concordando no fundo. A esposa pô-se a chorar, mas também reconhecendo que saíram da Europa com fome, agora viviam uma vida de fartura e crescente prosperidade. O padre abriu a bíblia, e cabisbaixo, pôs-se a lê-la. No silêncio que se fez, ele era a única pessoa em quem o olhar de Chichuma se fixou demoradamente. Hipócrita pensou Chumeiro. – Eu sou negociante e você é religioso. Entretanto você odeia os negros, sente repulsa diante deles, vive com lenço sobre o nariz para não lhes sentir o cheiro. Será que não sabe que esse cheiro é da senzala, da promiscuidade, dos mais tratos e não deles? Eu sou negociante padre. Se fosse preciso vender você para um negro eu venderia, sem o menor escrúpulo – concluía ele o pensamento...

De fato o padre Ildebrando não tolerava negros. Tinha o hábito ou mania de caminhar pelos campos da fazenda, lendo a bíblia. Quando as crianças negras, semi-nuas lhe vinham ao encontro, agarrando-lhe a mão dizendo: – “Sunscristo padre”, ele resmungava alguma coisa que não se sabia se era “Deus os abençoe, ou vão pros diabos”.

O negócio de Chichuma corria às mil maravilhas. Impôs a sua vontade. Fez todos os reprodutores cumprirem rigorosamente a sua função. A previsão do lucro era imensa. Havia duzentas mulheres grávidas esperando filhos, para a mesma época, fora as demais, cujas crias variam em sequência bem próxima. Chichuma não se continha na sua satisfação. Era comum vê-lo acariciando os ventres das negras grávidas, passando-lhes a mão pelos rostos, não com o sentimento de um ser humano para com o outro, mas de alguém que acaricia algo que lhe vai trazer muito lucro. Não raro acordava à noite e punha-se a fazer contas, a calcular o quanto ia ganhar. Escrevia cartas a amigos daqui e da Europa exprimindo a sua satisfação.

No dia vinte e sete de setembro, reuniu as duzentas negras, cujas crias estavam previstas para dois ou três dias, mandou o padre Ildebrando rezar uma missa, na porta da casa grande, e abençoá-las para que tivessem um parto feliz. Não queria perder nenhum filhote. O padre rezou a missa. Não distribuiu comunhão por razões óbvias no regime. Mas percorreu o campo da missa, falando em latim e esborrifando água benta na cabeça e no ventre das negras.

Depois da missa o padre encetou a sua caminhada habitual. Tomou a direção do rio, atravessou-o por sobre a pinguela que servia de ponte e foi rezar sentado na pedra grande que ficava sobre uma colina. Orava por mais ou menos duas horas, quando surgiu Janjão, que nas horas de descanso de sua fatigante função de reprodutor, também costumava caminhar pelos campos, colhendo frutas silvestres.

– Sunscristo padre.

Naquele instante o resmungo do padre foi claro: – “Vai pro inferno seu negro pecador”.

Se o padre Ildebrando não gostava dos negros em geral, tinha especial antipatia pelos reprodutores. Nutria terrível ódio contra Janjão, em particular.

– Vai chover padre – disse Janjão, com um aceno de mão se despedindo, ao mesmo tempo indicando uma nuvem escura e grossa num canto do céu. Janjão desceu a colina com um sorriso largo nos lábios.

Poucos minutos depois, todo o céu tornou-se um manancial de pesadas águas. O único abrigo mais próximo ao padre era a choupana de uns negros alforriados, que trabalhavam por ali, como plantadores.

A negra velha Joana acolheu-o carinhosamente. Ofereceu-lhe o melhor dos seus bancos toscos. O padre preferiu ficar de pé. Ofereceu café. Ele recusou com nojo. Ficou de pé, perto da porta olhando a chuva. Bastou uma pancada torrencial de uns quarenta minutos para alagar tudo. Quando o padre Ildebrando chegou ao rio, não havia mais pinguela. Só tinha duas coisas a fazer: esperar que as águas baixassem, o que demoraria algumas horas, ou arriscar atravessá-lo, o que seria uma loucura. O padre rezou em latim, benzeu-se e optou pela loucura.

Foi um alvoroço na fazenda, quando Janjão apareceu completamente ensofado, trazendo nos braços, o padre Ildebrando morto.

Depois do enterro, no dia seguinte, aproveitando que estava na cidade, Chumeiro foi com a família visitar alguns amigos. À tardinha, na casa do dr. Crespo, recebiam a notícia. Fora aprovada a Lei do Vente Livre. A partir daquela data, 28 de setembro de 1871, todos os filhos de escravos nasceriam livres.

Chumeiro sofreu um verdadeiro baque. E as minhas duzentas negras grávidas que vão parir dentro de três dias? E as outras? Toda essa cria nascerá livre? – pensou ele.

À noite, na fazenda, ele calculava desesperadamente o prejuízo que a Lei do Vente Livre lhe traria. Era como o criador de gados, sobre cujos rebanhos advém uma peste, dizimando-os, ou o agricultor sobre cujas plantações cai terrível tempestade, destruindo-as.

O som dos atabaques invadia-lhe a casa como mensageiro da alegria dos negros, em plena euforia nas senzalas.

Festejam – resmungou Chichuma, dando um murro na mesa. – Malditos. Como será que souberam?

Mal sabia ele que as mensagens de Luiz Gama corriam célebres pelas fazendas, como rastilhos de fogo em capim seco.

- O ÚLTIMO TREM -

RODRIGUES, Abelardo. **O último trem**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 06-12.

Estou parado esperando o último trem da noite. Parece uma noite comum, assim como todas as outras noites, sem nada de especial. Meus olhos grandes olhando os imensos mostradores da noite, que se acendem para mim, como se fossem gigantescas teias de aranhas envolvendo-me, seccionando-me, em todas as saídas possíveis, e eu bem o sabia que as coisas são assim como são: assim mesmo, começam com pequenos tique-tiques, e inesperadamente desprendem-se todas, explodem em todas as direções, na cara do sujeito aparvalhado, com cara de

sonso e nem pensa em reagir, que antes do ódio se transformar em sangue, outras considerações já lhe embotaram a mente: é o pagamento da casinha feita há quatro anos aos pedaços, aos domingos, com a mão de um amigo vez ou outra, todos os feriados e Dias Santos, por que senão como iria fazer aquele barraco para sua Rosa morar com Antônio, o caçula, Lúcia, a segunda, e Mauro, o terceiro?

Não não! Eu sei que aqueles luminosos não me dão saída. Olho as horas, e vejo mais uma vez, que o trem está atrasado, se bem que naquele horário pouca gente mesma iria... mas que porra!, afinal todo dia! E o que diria minha Rosa, cansada de lavar roupa e matar pernilongos, dando um jeitinho mais de mulher às paredes mal caiadas da casa, casa? Aquele pedacinho de quarto, sala-cozinha e banheiro, onde mal cabem os sonhos de ambos? Puxa, quanto barro ali! E quantos tijolos, heim Rosa?, e quando fomos para lá, com nossos trapos, nossos filhos, nossa miséria aparentemente satisfeita, naquela noite, apesar de termos feito toda a mudança em nossas costas, e de algum choro das crianças durante a noite fria, puxa, como nos amamos, até agora ainda sinto suas lágrimas de alegria e gozo em meu peito, em minha pele negra, em nosso suor... Eu bem que gostaria de chorar, mesmo que fosse disfarçado, mas naquela noite, nós nos queríamos tanto, não é? E no outro dia até nos fitamos um pouco envergonhados, heim Rosa?

– Mas isso não fica assim! Afinal foram treze anos, que madrugara às quatro da manhã para chegar às seis na fábrica e de repente assim sem mais nem menos, se está no olho da rua, com aqueles míseros cruzeiros que mal daria para... e agora já velho, sem exageros, quase velho, onde, ou aonde eu iria trabalhar, pelo menos para rebocar a casa por dentro? Enfrentar novamente as intermináveis filas, fichas, “mostra documentos”, tira documentos, guarda documentos, por que saiu, por que foi despedido?”, “sempre trabalhei direito, cumpri com minhas obrigações”, “sinto muito mas...”, “o senhor aguarda chamada...”. Não, já não dava mais para isso, já não dava.

“Rosa estava contente. Amanhã seria o aniversário de Tônico – o caçula –, inclusive eu até pensei em chegar mais cedo depois de falar com o Chefe que não daria para fazer horas extras, e então comeríamos, todos, o bolo que a Rosa fizera, e poderíamos cantar o “parabéns prá você, nesta data querida” essas coisas de brancos, sabe?, mas já que Rosa queria, então por que não fazer, né?”

Cada anúncio engraçado com aquelas luzes parecendo um arco-íris desses modernos, já que tudo hoje tem que ser moderno, e eu achava mesmo que por isso as coisas não estavam boas ultimamente na fábrica: afinal parecia ter um clima nervoso lá, e não se via os patrões andando pelas salas e corredores, por entre as máquinas, sempre reclamando de alguma coisa como feitor José atrás contornando as coisas pro lado dele, que ele não é trouxa, mas se fodeu direitinho, porque lá no apartamento pessoal, também estava com aquela cara de alguém pego em flagrante adultério, ou de injustificado pelo que já tinha feito para os que agora esqueciam os tapinhas nas costas, os “muito bem”, e por aí afora.

“Com que cara eu vou chegar pra Rosa e dizer isso? Eu acho que ela vai compreender: são coisas de pobres, e a solução não está ao nosso alcance: são os homens do Sindicato, e nós temos que esperar o resultado em nossas mãos, de

mãos beijadas, prá não dizer a verdade, que às vezes dói, como se todos juntos não poderiam fazer alguma coisa. Agora os jornais estão noticiando... vai ser o maior tendeu se acontecer isso também nas outras fábricas, então eu acho quas coisas vão ficar brancas. E os outros homens vão colocar a cavalaria nisso tudo e as paradas vão comer cedo em cima da gente, tal qual naquele livro que os amigos meus leram sobre um país por aí. E a Rosa estava tão crente pensando que finalmente a gente ia trocar nossa velha televisão por uma mais nova, e poderia comprar uns vestidos e sapatos e roupas para toda a família, prá gente ver os amigos uma vez na vida outra na morte, e ir cumprir nossas obrigações no Terreiro, que isso é muito importante, né?, e quem sabe, até levar as crianças a um cinema... mas qual... O meu compadre Antônio, acha que nós devemos nos contentar com as coisas da vida que só acontecem aos pobres como nós, mas eu acredito que é preciso uma atitude contra a pobreza e coisas assim.

... fazer como fez nosso Zumbi. Eu respeito muito nossos heróis negros, e cá entre nós, vejo as pessoas comemorar datas, datas, e eu penso que nós negros, temos pra comemorarmos... afinal são coisas que..."

– Lá estavam o Carlão, o bigodinho, o João-perneta, o feitor-josé e mais gente para assinar os papéis e receber a mixaria, com a polícia presente para não haver encrenca, e todo mundo calado, se maldizendo por dentro, ou então sonhando antes de receber, com um dinheiro a mais e desanimando-se logo em seguida ao ver as caras dos colegas que acabavam de receber e iam saindo, e uns passavam as mãos calosas pelos cabelos branqueados, outros coçando a barba de dois dias, poucos sorrindo timidamente, (talvez só por terem recebido, que todos têm seus compromissos, né?, cada um sabe de sua dor), outros chamavam fulano e sicrano para tomar uma cachaça no boteco do portuga-da-esquina, e até uma batucada, né, que as tristezas não vão embora com dinheiro mesmo, e o jeito é espantar um pouco numa roda de samba, essas coisas de bar, com os camaradinhas, os chegados, como diz meu primo, o Neto, que também é crioulo, aliás eu não sei se já disse: mas em casa todo mundo lá é crioulo. Bom..., tem uns mulatinhos da pesada também, mas todos de uma linhagem bem antiga, que vem do tempo da escravidão, do começo; uns quatrocentos anos atrás. Agora, essas coisas de escravo e negro, é um troço bem complicado; nós saímos dela há uns oitenta e cacetadas de anos, e segundo disse o Carlos, um dos mulatos (o mais escurinho): ainda temos todos os sofrimentos no sangue, são coisas (quatro séculos são coisas?) que não podem ser esquecidas, porque nos marcaram, estão em nossos olhos, em nossos gestos, nos gestos de muitos brancos que chegaram até por último e já botaram banca nos seus carros, nas suas firmas, o que vale dizer que até os que chegaram por último ainda estão participando do botim... bem... O que eu quero dizer pra finalizar esse assunto que deixa muita gente assustada com a nossa... como eles dizem mesmo?, ah! Petulância, quando falamos disso: é que as brincadeiras por parte deles, essas coisas que eles dizem sempre quando numa roda também está um dos nossos, digo dos meus, que a gente sempre tenta contemporizar com sorrisos porque senão... já viu, né? Eu mesmo não muito chegado a rodas de brancos principalmente aqueles

que fazem esses tipos de brincadeiras, porque não gosto de sair do sério, e você sabe que eu jogo capoeira, ainda dá pra sentir que eu sou mais eu, heim!

O negócio é sentar neste banco frio, e esperar, pensando como vou explicar pra Rosa, todas essas coisas-lá da fábrica. Ah, mas pelo menos o seu vestido vou comprar!, domingo que vem vamos pra Santos, é dia de lemanjá, vamos ver o mar, vamos ofertar os presentes que Ela gosta. Com mais fé, se ainda for possível, né Rosa.

- CHICO DOS PAMPAS -

CUNHA. **Chico dos Pampas**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 32-36.

Dizem que quem conta um conto sempre aumenta um ponto, dizem que memória de escravo é como a do elefante, as histórias são contadas e recontadas para permanecer na lembrança e quando esquecidas acontece tudo de novo para o povo esquecer.

É assim que a negra velha de seus cento e tantos anos que mais parece mil ou milênios, começava as histórias. Foi naquele lugar onde a pedra é preta de rocha dura que o tempo não gasta, de rocha que o mato não cobre, foi ali que nasceu o tal Chico.

Imaginem vocês que os pais de Chico apearam de cavalo somente para o menino nascer. Gente ruim como fogo, gente brava como ninguém, gente cavalgava as manadas de cavalos selvagens espalhadas por estes pampas. A gente de Chico era escravos libertos, perseguidos por muitos senhores perversos, como havia dito, gente ruim porque o mundo os fez assim, gente boa para a sua gente que não poupava luta para tirar negro do tronco, que não parava de correr, cortando cabeça na lâmina do facão e não ficando num ver para como é que o sangue espirava. Assim era a gente do Chico e assim foi que o menino cresceu, cresceu se impondo, não abaixando a cabeça para ninguém pisar.

Para todos da camaradagem de Chico a morte não importava, ela era a passagem de volta de outras terras onde os antepassados reunidos recebiam seus guerreiros com festas, onde toda a sabedoria era trocada e contada, onde os tambores de festas tinham muito som, o som que atordoia e embala, o som de festa, que aquece as guerras desta vida.

Diziam os de Chico que todo negro corajoso poderia ouvir estes sons, que eles vinham muita sabedoria, coisas que esta terra não imaginava. Os sons estão aí, é só apurar os ouvidos para ouvir, e querer ser forte; e a força percorre todo o corpo, corre pelas gotas de sangue e deixa a cabeça boinha de ideias. É este som que gera as crianças fortes, que ajuda do gado tirar o alimento, são estes sons que trazem a bondade e os homens, que alegam as festas e dão coragem para a vida.

Algumas vezes Chico com sua mulher e mais alguns amigos mais chegados, separavam-se do bando e iam lá para as paragens do norte fazer o que ninguém sabe! Existem muitas lendas em torno deste segredo. Uns acham que ele conhecia um rio cheinho de pedras de valor e de ouro, outros falam que a mulher é que todos

os anos ia se romoçar nas águas do rio, que anos após anos a diaba da puta ficava mais bonita, com a pele mais preta e mais brilhante, cabelos mais duros, os beijos mais pretos. Verdade é que o certo ninguém sabe e Chico nunca contou a ninguém.

Numa dessas vezes que destacavam lá pelo norte as coisas tristes aconteceram. Tudo falava para os que ficaram que não ficassem, que não fossem nos arredores das vilas próximas. Mas os pais de Chico ficaram e foram à vila. Estava tudo preparado com a maior perversidade, tudo com o requinte de ruindade de um fazendeiro de gado do qual a família se considerava dona da região e odiava os de Chico.

Eles foram presos numa grande emboscada e colocados a ferro e engaiolados. Não lhes deram morte instantânea, que eles preferiam a passar pelas humilhações, pelas tristezas de estarem presos.

O fazendeiro festejou com churrasco de gado novo, saboreou com o sacrifício dos negros com os maus tratos que os homens tinham que assistir. Numa dessas coisas que só a gente nossa sabe e que os brancos dizem que é coisa de feitiço, no mesmo instantezinho Chico ficou sabendo, todos ficaram sabendo e já se ouvia Chico, Chico nas patas dos cavalos, nos trotes de todos os pampas.

Se ouvia, Chico, Chico que queria todos os negros na guerra, todos os negros na Luta. E Chico sentia, Chico via tudo que acontecia até quando os seus foram apunhalados e sua mãe viva jogada no braseiro. A dor era tanta que Chico sentia, e odiava, a raiva era tamanha que Chico gritava, gritava e cavalgava dezenas de cavalos ao mesmo tempo. E Chico corria, forte que em todos campos se ouvia – Chico, Chico, Chico... Em todas as terras, em todos os lugares os sons de Chico trouxeram a revolta, as lutas.

Muito e muito sangue de branco corria por onde Chico passava.

O galope era tanto e tão rápido que Chico galopa os ventos, passa pelas nuvens no seu furor e os ventos de Chico correram todos os pampas e correm até hoje, como é o minuano, para ninguém esquecer; para quem quiser imaginar o que foi o galope de Chico, que imagine. Nos dias seguintes, depois, todos os negros e negras que não saíram para a luta ficaram doentes, muitos morreram, outros apareceram esfaqueados, queimados. O certo é que houve negro covarde que nunca foi bem quisto. Muitos dizem que foi vingança também pela omissão porque a vida de um dependia da de outro; muitos dizem que foi coisa do além, eu digo que foi coisa de Chico, que basta chamar e Chico esta por aí, veloz como sempre, ligeiro na noite em coma dos cavalos negros, veloz como nunca no sopro dos ventos.

(A história de Chico foi inspirada na poesia de Célia em Cadernos Negros 1 – Poesia).

- TIÃO, TIÃO -

PEREIRA, Neusa Maria. **Tião Tião**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 76-81.

Perto da parede branca estava minha cama. Parece que tinha dormido bem à noite, porque havia amanhecido sem dor de cabeça, e a enfermeira encarregada de cuidar de mim no período noturno não estava no quarto.

Penso que há três meses estou internado nesta clínica para doentes nervosos. Não falo, recuso a escutar o que não quero, não ouço rádio ou vejo televisão, enfim não tenho nenhuma distração. Recuso-me a levantar da cama a não ser para ir ao banheiro. Não gosto de receber visitas. Não quero ir ao pátio ver outros doentes, angustiados e abestalhados como eu. Fujo do sol, irrita-me o contato alegre da grama macia, o cheiro das flores. Detesto as manhãs, porque elas principiam a vida.

Não há outra verdade absoluta a não ser a de que você está morto e eu vazia de qualquer emoção identificada com a vida. Mas eu não acredito na sua morte. Porque você era força e ensinando demais para se deixar matar Tião. Você era caminho e solução demais para ser destruído. Não acredito e pronto. A decisão estava tomada.

Bem lembro aquela tarde de carnaval, quando dois homens cruelmente calmos, apareceram lá em casa, dizendo que deveria acompanhá-los ao Instituto Médico Legal. Minha função era reconhecer seu corpo imóvel, estendido numa mesa mais fria que seu cadáver.

Mas como reconhecer morto o homem que havia despertado tantas consciências para a vida? Como reconhecer morto aquele que havia ensinado que a nossa história precisa ser reescrita para que não tivéssemos mais medo e vergonha de nós mesmos, e começássemos a desconfiar dessa sociedade, onde todos são iguais pela "Graça de Deus"? Como reconhecer morto o homem que me havia dito que o importante não era apenas meu prato estar cheio de comida, mas sim de toda a Comunidade Negra deste país, desonradamente a mais explorada e a que mais tem fome? Como reconhecer morto o homem que havia injetado em mim o soro vital da libertação? Era duro e cruel saber morto quem havia me dado tanta força... tanta força. Então não acreditei. Foi voto inconsciente. Foi voto de sangue envenenado. Voto de cabeça enlouquecida. Voto de ódio.

Beijei sua boca fria tentando redescobrir você, tentando reviver você. Na sua boca me esperava uma saliva baça como naquele momento estava a cor de sua pele. Antes Negra, antes luzidia. Toquei sua cara lisa da barba que o fizera conhecido dos moradores daquele lado virulento da cidade. Sua indiferença alcançou meu cérebro. Tremi, olhando você, muda. Sem saber outra expressão que me afaste da loucura. E senti raiva de você Tião. Raiva da sua coragem, da sua ideologia, da sua necessidade de ser inteiro em todos os instantes da vida. Raiva da sua tolerância para com os assassinos. Raiva por você ter me deixado.

De repente todo aquele desespero pareceu haver passado. Saí quase vencida daquela sala ironicamente azul que se permitia o direito de guardar seu corpo. Saí e fui sentar na escada numa das entradas daquele lugar nojento. Sentei. Cotovelos apoiados nas pernas, mãos encobrindo o rosto e comecei a reproduzir imagens do tempo em que vivemos juntos.

Primeiro vieram imagens de nossa adolescência. Fase cheia de complexos e medos pela obrigação de absorver uma infinidade de falsos valores que nos foram dados por determinados brancos. Complexada ante a possibilidade de acomodação numa cultura que nos havia sido imposta pela força, pela imoralidade daqueles que não possuem nenhuma dignidade moral para se firmarem superiores. Estas pessoas já tinham praticado inúmeros crimes em nome desta supremacia racial e nós sabíamos disto. Tínhamos medos disto, e sabíamos que a luta seria dura. Tínhamos que enfrentar os cristãos. Não com os ensinamentos da Bíblia, mas com a espada que arrebenta as correntes dos povos escravizados.

Apesar da barra de fogo a gente casou aos 20 anos. O seu trabalho na fábrica, o curso de madureza colegial à noite, discriminação sutil no serviço, dificuldade de ser Negro, foram apressando a caminhada em direção à dignidade plena. Desta forma você decidiu iniciar um trabalho em nossa vila. Ensinou a ler inúmeras pessoas. Fez ver a gente de nossa comunidade que ela ainda tem um orgulho a defender. Ensinou-lhes a história de Zumbi, contou-lhes a luta em Palmares. Fez ver a nossos irmãos que seus cabelos duros e carapinha eram bonitos, que sua pele Negra é macia e lisa, possuindo um anticorpo mágico que afasta o câncer e aproxima os orixás que nos dá força para resistir a toda forma de dominação. Ensinou para eles, que apesar de todos os ultrajes, SOMOS ALGUÉM, somos seres humanos e pretendemos lutar para que todos acreditem nisto, para que todos respeitem isto.

Na sucessão de imagens, veio a de nosso filho Martin. Você Tião, aumentou a sua precisão de lutar pela dignidade e direitos de nossos irmãos, por causa dele, pela vida dele. Era muito importante Martin saber, desde os primeiros anos de sua vida, que a qualquer momento ela poderia ser interrompida pela simples cor de sua pele. Era mais importante ainda Martin aprender a lutar contra os inimigos ocultos existentes nas consciências vindas da lama.

Nesta parte das imagens você já deixou o trabalho na fábrica. Trabalha como lavrador num sítio distante de nossa casa, aprendendo a plantar e distribuindo com nossos irmãos, pobre como nós, os poucos frutos e verduras colhidos. À noite, a continuação de sua ação, a perpetuação de acordar os que estão forçadamente dormindo do lado de fora da casa. E foi real e bonito. Uma noite, Tião, você não voltou pra casa. Nem na outra noite, nem nunca mais. Aí começou minha loucura. Porque todos os dias eu tentava arrancar você da terra. Mas agora sei que esta é uma reação inútil. Que eu preciso viver e você me dará forças para isto e juntamente com nossos irmãos, continuarei a lutar contra aqueles que se julgam com o direito de entrar no “reino dos céus”. E enquanto houver uma pessoa sofrendo de olhos secos e coração revoltado porque sua pele é diferente, eu estarei agindo como você Tião... Tião, como amo você.

- O MUNDO QUE DEU A LUZ À VIDA DE UM “CEGO” -

ALBERTO, José. O mundo deu a luz à vida de um “cego”. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 54-61.

Chico Riva, mudo, mas com o sentido auditivo muito bom. Poesia é o seu forte. Interessante sua forma de comunicação. Quando alguém com ele conversa, sempre leva uma aula da vida através de poemas. Isso porque numa conversa suas respostas são escritas numa caderneta através de poesias.

Chico Riva andava num domingo a tarde pelo parque, ouvindo e vendo as crianças, os pássaros e os casais sentados, até que resolveu sentar-se, mas continuando suas observações.

A alguns metros de distância num banco vizinho estava sentado Zé Preto. Zé Preto já sabia do problema vocal de Chico Riva, e também de sua capacidade poética, pois o mesmo já o conhecia há muito.

Zé Preto estava pensativo e só, resolveu ir conversar com Chico Riva. Levantou-se do banco que estava sentado, e foi em direção ao Chico Riva. Chegou, cumprimentou-o e se sentou. Sem titubear, foi logo dizendo o seu problema.

Sabe Chico, não estou gostando do serviço em que estou trabalhando; pô a gente vive no sufoco, há tempo que eu ando dançando... e dançando sem música. Desse jeito não dá, eu vou é ter que dar um jeito nisso. Você vê... como era boa a infância... antes eu fosse criança para toda a vida, é... ser criança é bom, elas não precisam trabalhar, é... eu queria mesmo é ser criança para a vida inteira. E você Chico? O me diz da tua infância?

O Chico Riva pegou sua caderneta no bolso, um lápis e escreveu um poema de nome Infância que Aprende e deu para Zé Preto ler. Zé Preto pegou-o e leu em voz alta:

A INFÂNCIA QUE APRENDE
 Infância é a vida
 É a vida que nos ensina a nascer
 Infância é saudade
 Que temos depois de crescer
 Ela nos dá gostosura
 E nos dá beleza
 Ela nos dá a gordura
 E a magreza.
 Gordura e magreza... hum...
 Infâncias gordas, felizes em berços
 Infâncias magras, tristes em cestos.
 Falar de infância é bonito
 Desde que não seja comigo
 Infância é ensino da vida
 Tomei muita pancada
 E não quero dar pancada em ninguém

Para ensinar a vida.
 É interessante a infância que temos,
 Pois dela nada esquecemos...
 Das brincadeiras, das asneiras, das rendeiras
 Dos chamegos, dos brinquedos, dos oleiros
 Da pirraça, da cachaça
 Do barraco, do malaco
 ... chega...
 A infância é bonita
 Ela chega até a ser sincera
 Ela dá voltas com tanta rapidez
 Que nos deixa até zonzo
 Zum... Zum... Zumbi
 Essa é a infância
 Quando a perdemos, nos jogamos em abismos
 Abismos da gordura, abismos da magreza
 Só deixando lembranças
 Lembranças da vida que...
 aprende, prende e rende

Logo em seguida Zé Preto disse:

- É Chico, acho que a sua infância não foi muito boa.

Logo que Zé Preto terminou de falar, passou pelo parque uma jovem negra conhecida pelos dois, a qual era muito bonita e tinha o nome de Magali. Foi então que Chico Riva gesticulou para Zé Preto, no sentido de que estava de olho nele, e fez uma brincadeira em gestos, dando a perceber que perguntava a Zé Preto, se ela, a Magali era sua namorada. Zé Preto mais depressa disse:

- Eu!, minha não, o que é que você está pensando?

Chico Riva, esqueceu a brincadeira que fez, isso porque sentiu seriedade na resposta de Zé Preto, e tratou logo de abrir a caderneta e escrever um poema para Zé Preto, com o título O Tempo Dirá

O TEMPO DIRÁ
 Neguinho ó tua namorada ali
 Quem? Magali?
 Minha não
 Isso porque ainda sou são
 Você se acha são... sem dor,
 Negando um amor?
 “Ei... não faça drama
 Negra p’ra mim é só na cama”
 Mas ela não é negra como você?
 Você a nega... porque?
 Ela chora pela tua ausência
 E você nem se preocupe com a sua presença

Neguinho você hoje está a evitar
 Amanhã você consciente vai acreditar
 Neguinho você hoje diz estar são
 Amanhã você dirá não ao seu são

Zé Preto leu, ficou pálido, e disse a Chico Riva:

- Ei Chico, não é nada disso, você está exagerando: pô Chico, você está me estranhando.

Chico Riva ao ouvir Zé Preto, apenas com um olhar incriminou-o, Zé Preto tratou logo de se defender, e sem querer se entregou dizendo:

- Ei Chico, não é nada disso, você sabe como é, se eu sair com uma neguinha os caras ficam falando, você sabe, eles ficam tirando uma, e também eu não gosto muito dela.

Chico Riva mais uma vez abriu sua caderneta e escreveu um poema de título Negação, para Zé Preto.

NEGAÇÃO

Nêgo é negado,
 Nêgo é cogitado,
 Nêgo é falado,
 Nêgo é amassado,
 Mas nunca é ouvido
 O nêgo nega a nêga
 O nêgo canta,
 O nêgo chora,
 O nêgo... é negro

Ao terminar a leitura Zé Preto ficou quase sem ação, e disse:

- Eu sei que o negro não está numa boa, e que a pior coisa da vida, ou seja, a pior e maior negação é um negro negar uma negra. Mas o que é que você quer que eu faça?

Foi então que o Chico Riva deu outro poema para Zé Preto, de título União.

UNIÃO

Negro caiu no chão
 Negro estendeu a mão
 Negro levantou Negro
 Em perfeita união
 Negro tinha fome que doía o coração
 Negro deu pão...
 Negro alimentou Negro
 ... Grande ação
 Negro tinha benzo e tédio
 Negro deu remédio

Negro tinha frio e dor
 Negro deu calor e flor
 Negro ajudou negro
 Com respeito e amor

Depois que Zé Preto leu, disse:

- É Chico, você está certo, é isso aí mesmo, pois cada vez que um negro sente que outro necessita dele, dá logo uma de gostoso, sendo que nós devemos é ajudar essas pessoas e não pisoteá-las.

Logo que Zé Preto falou, Chico Riva ficou contente por notar que Zé Preto havia entendido seu poema, escreveu algo e deu a Zé Preto, esse algo era um poema de título A União Esperada.

A UNIÃO ESPERADA
 Estamos sujeito a tudo
 Seja preto, branco ou amarelo
 Temos que ser unidos
 Temos que ser amigos
 Cantaremos juntos se precisar
 Gritaremos juntos para melhorar
 Todos temos problemas
 Mas poderíamos juntos solucionar
 Todos temos alegrias
 E poderíamos juntos participar
 Vamos acreditar na amizade
 Vamos abolir a maldade
 Vamos extinguir a falsidade
 E vamos viver na realidade

Logo que leu, Zé Preto com as mãos cheias de papéis dos poemas de Chico Riva, disse a ele:

- Sabe Chico, quando aqui vim contigo conversar, estava desanimado da vida, estava pensando em parar de trabalhar e passar a ganhar dinheiro num serviço diferente. É verdade cara, estava numa de ser mais um bandido no meio de tantos. Até mesmo minha cor estava negando. Você com seus poemas me mostrou que a vida não é só um trabalho empresarial, mas sim um grande trabalho social. Seus poemas também mostraram que a vida não deve ser explorada e sim usada. Estou muito contente e tenho vontade até de sair gritando, e a única coisa que posso te dar em troca por todos esses poemas de uma vida, é um outro que tentarei fazer para você.

Logo que terminou de falar, sentia-se em Zé Preto uma grande alegria, que ele sentia por descobrir que também era útil aqui na Terra. Foi então que ele pegou a caderneta e o lápis de Chico Riva, escrevendo para ele o poema. É importante e Interessante Viver.

É IMPORTANTE E INTERESSANTE VIVER

O interessante é,
 A gente ser... o que é
 E não ligar para os outros
 É importante a gente
 Saber existir
 E assumir
 O interessante é chorar por...
 E admitir as lágrimas
 É importante e interessante
 Saber cantar, tocar e chorar
 Eu vou vivendo
 E me acho muito interessante e importante
 Para me acabar

Chico Riva recebeu o poema muito contente por sentir que pode ajudar um amigo, ao lê-lo ficou emocionado, levantou-se juntamente com Zé Preto, abraçou-o e Zé Preto sentiu um verdadeiro amor de amizade naquele abraço, e em seguida cada um seguiu para seu lado.

Zé Preto foi correndo em direção de Magali e Chico Riva continuou fazendo seu passeio pelo parque, naquela tarde de domingo ouvindo e vendo as crianças, os pássaros e os casais sentados...

- PASSO MARCADO -

PEREIRA, Neusa Maria. **Passo Marcado**. In: CADERNOS NEGROS. **Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, Volume 02, 1979, p. 82-86.

... “Nós estamos casados”, ele disse numa manhã de sol distante, entre as flores do jardim e em meio à eterna brincadeira de ser “gente grande”, ao som da ciranda ingênua e feliz de nossos pequenos amigos. Sônia com um velho pano branco na cabeça era noite falsamente adulta. Ele com um buquê de hortênsias nas mãos o noivo seguro e contente destinado a conservar ainda que passageiramente aquela ingenuidade de viver.

A aliança veio num doce comprado numa vendinha em frente a casa da avó Maria, casa que sempre determinou os principais acontecimentos da família. E teve vinho. Muito vinho feito do sangue real das amoras maduras apanhadas naquele quintal de muitas frutas, que todos beberam e ficaram embriagados daquele sonho que acreditavam nunca acabar. E aquela cerimônia única tornou-se definitiva para eles.

Ele foi, sem dúvida, o primeiro amor da vida de Sônia. O primeiro homem para quem dirigiu um sentimento novo, diferente daquelas que sentia pelos que formavam a família mais próxima. Era uma indescritível de ficar perto, brincar real de “namoradinho”, rolar juntos na grama envolvendo seus corpos quentes sem a

precipitada noção de perigo, apenas ouvindo o barulho de suas risadas e aquela alegria humanamente possível.

Talvez esta felicidade se explica se se contar que naquela época Sônia tinha cinco anos e ele seis, serem primo-irmãos e se gostarem pra valer, sem nenhum tipo de contaminação. Hoje as torturas na vida de Sônia já são tão marcantes e se acentuaram depois que ele se foi, que a lembrança daquele tempo permaneça apenas com ela.

Veio tempo que a realidade os tornou gente “grande”, separou os caminhos mas conservou o feitiço daquele sentimento nascido em criança. Eles se viam pouco, mas quando isso acontecia era para ficarem quietos um do lado do outro tentando esconder um amor ainda presente.

O afastamento de Sônia se consumiu entre livros, escolas, cursos, festas que tentaram a deixar menos negra, a esquecer sua gente, sua história, numa fuga enganosamente feliz. Ele não. Continuou a preservar-se o direito de ser homem negro que sabe os caminhos que tem que seguir na vida. Aprendeu a superar as mesquinhas, os preconceitos e medos. As amarguras, deixou-as gravadas nas letras de samba de escolas por onde passou. Foi passista, letrista, cantor, e amante da Escola de Samba Camisa Verde e Branca depois de ficar anos no Vai-Vai.

José Carlos Brás, 26 anos, negro, alto, pele macia, cabelo cortado baixinho – pois não gostava do chamado black power – sempre bem arrumado, principalmente nas noites de samba. Imagem quase moderna numa vida antiga, dentes brancos corretos que seduziam, importunavam. Seu jeito simples, sua fala macia, seu amor sempre presente lhes trouxeram muitos amigos. Durante o dia, o Zé Carlos, órfão de pai, arrimo de família trabalhava como ajudante de despachante num velho prédio na Avenida São João. Parte do dinheiro era para casa, necessário ajudar a mãe, servente num parque infantil da cidade. Necessário ajudar os irmãos e mais seis sobrinhos que moravam com eles, para quem fora mais que um pai, fora um Deus de carne e osso que enfrentava as dificuldades com um sorriso e transformava a casa simples num local cheio de música e alegria. Outra parte do dinheiro ia para as noites de samba quente onde quer que ele existisse; para as roupas coloridas, os perfumes, a bebida. Gostava de estar sempre “bonito” no samba onde as conquistas eram certas e geravam muitos casos de amor para um homem sensível como ele. E, como o Carnaval, o Zé deslizava pela avenida, no seu traje de seda e passos de bailarino do povo, e cantava alto e profundo o samba enredo da sua escola, e as pessoas amontadas nas arquibancadas o reconhecia, destaca sua voz entre todas, e seu jeito maneiro, sua leveza, seu passo “marcado” que deixou história entre os sambistas da cidade. E com satisfação incontida ele abria seu riso largo, mandava um beijo pra todo mundo e descia a avenida rodopiando seu corpo, sua vida fantasiada de felicidade. Sônia entre a multidão ficava pequena, tomada de medo e ciúmes diante de tanta força, tanta necessidade de vida... Mas o Zé Carlos passava leve, tomando de luz, cor e música, num contentamento visivelmente egoísta. Naquele momento ele era o amante da mulher samba e Sônia uma mulher sem homem.

Todo aquele encantamento o fazia esquecer depois do desfile teriam que vir injeções, o médico o repouso. Há algum tempo fora descoberto nele um edema pulmonar para o qual jamais ligou. Achava exagero dos parentes sempre a mandá-lo ao médico, a querer interná-lo. Quando a tosse apertava e a ronquidão o impedia de cantar, corria na farmácia do seu Moacir que tinha o remédio certo para acalmar seu sofrimento. E o trabalho continuava, samba continuava, a vida tinha que continuar... Sentira-se tão bem na avenida, o samba e fizera resistir às fraquezas do corpo e agora vinham dizer-lhe que deveria internar-se para se tratar melhor. Jamais faria isto. Não tinha jeito para ficar lendo revistas ou assistindo televisão numa de

Era meio-dia de sol frio quando Sônia desceu daquele carro preto com a impassividade de um autômato. Caminhou como bêbada entre o povo, olhos vidrados, pernas duras, deixando-se dirigir. Entre todos ele, e Sônia como nunca só, desavergonhadamente sofrida. Ele carregado pelos companheiros de ala, coberto pela bandeira do Camisa Verde e Branca e entre todos o som de cuíca lamentava um samba compassado de dor que marcava o coração de Sônia.